

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

ANDRESSA NUNES AMORIM

ECONOMIA SOLIDÁRIA – princípios e contradições

**VITÓRIA
2010**

ANDRESSA NUNES AMORIM

ECONOMIA SOLIDÁRIA – princípios e contradições

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Política Social do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de mestre em política social.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Antônio Carcanholo.

VITÓRIA
2010

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Reinaldo Carcanholo, pela paciência e dedicação na orientação.

Aos membros da banca por aceitarem o convite, prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Lima Herkenhoff e Prof^a. Dr^a. Renata Couto Moreira.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social pela dedicação ao trabalho docente, pelas discussões valiosas e pela convivência....

Agradeço pela receptividade e acolhida dos meus colegas de mestrado à “estranha”, aprendi muito com todos vocês. Pelas ótimas discussões sobre as desigualdades sociais e nosso posicionamento diante dos “acontecimentos de cada dia” agradeço à Aline Pandolfi e Nildete Turra. E agradeço especialmente pelo carinho e pelo apoio nas horas difíceis a Analiza Perini e Camila Taqueti.

Agradeço à Eliézer Tavares pelo incentivo para que esse caminho fosse percorrido.

Agradeço à Rômulo Cabral de Sá pelo apoio, carinho e suporte para que este trabalho pudesse ser feito.

RESUMO

O propósito desta dissertação é analisar se as relações sociais atípicas da economia solidária convergem para a estruturação de um novo modo-de-produção não capitalista. Para isso o procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica a livros, periódicos, teses, dissertações, coletâneas de textos, além de dados de instituições oficiais como Ministério do Trabalho e Emprego e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dessa forma, buscou-se o estudo do movimento cooperativista europeu do século XIX e sua relação com o surgimento da Economia Solidária no Brasil, além da apresentação das diversas concepções teóricas de economia solidária marcadas por imprecisões e incompletudes, passando pelas contradições dos princípios norteadores da autogestão, da solidariedade e na ação concreta, sua relação com o do terceiro setor. A partir desse conjunto de elementos passou-se à análise da economia solidária como meio para a estruturação de um novo modo-de-produção não capitalista, suas limitações e as potencialidades da economia solidária enquanto espaço de formação política e construtora de uma nova sociabilidade. Observou-se que, ao longo da década de 1990 e, sobretudo nos anos 2000, houve uma explosão de novos grupos de economia solidária no Brasil, surgidos como consequência da crise estrutural do emprego, causado pela necessidade de elevação da remuneração do capital. Nesse cenário inspirados por princípios de solidariedade e autogestão os empreendimentos econômicos solidários vivenciam relações contraditórias seja diante de seus próprios princípios, seja pela ligação estreita com o terceiro setor através das entidades de assessoria e fomento, seja pela defesa de uma proposta anticapitalista somada à vivência na economia de mercado. Trata-se, portanto, de uma análise que considera os limites e as possibilidades da economia solidária a partir de suas contradições e sua potencialidade como motor de uma transformação sistêmica.

Palavras-chave: economia solidária, terceiro setor, autogestão, solidariedade, socialismo.

ABSTRACT

The purpose of this essay is to analyze whether atypical social relations of solidarity economy converge for structuring a new mode of capitalist production. For this the methodological procedure used was the bibliography search books, journals, theses, dissertations, collections of texts, plus data from official institutions like the Ministry of labour and Employment and the Brazilian Institute of geography and statistics. Thus, empirical study of the European cooperative movement of the 19th century and its relationship with the emergence of solidarity economy in Brazil, besides the presentation of the various theoretical conceptions of solidarity economy marked by inaccuracies and incompleteness, passing by the contradictions of the guiding principles of self-management, solidarity and action, its relationship with the third sector. From this set of elements passed to the analysis of economic solidarity as a means of structuring a new mode of capitalist production, its limitations and potential of solidarity economy training policy and construction of a new sociability. It was noted that, throughout the 1990s and, in particular during the years 2000, there was an explosion of new groups of solidarity economy in Brazil, arising as a consequence of structural employment crisis, caused by the need to increase return on capital. In this scenario inspired by principles of solidarity and economic solidarity enterprises self-management experience conflicting relations is facing its own principles, whether through close liaison with the third sector through the Advisory and promotion entities, whether for the defence of a proposal anticapitalista combined with the experience in the market economy. This is an analysis that considers the limits and possibilities of solidarity economy from its contradictions and its potentiality as systemic transformation engine.

Keywords: solidarity economy, third sector, self-management, solidarity, socialism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de empreendimentos segundo área de atuação, Brasil e Grandes Regiões 2005 e 2007	53
Tabela 2 – Empreendimentos de economia solidária por forma de organização 2007	55
Tabela 3 – Proporção de empreendimentos segundo motivação para sua criação por área de atuação Brasil e Grandes Regiões 2007	57
Tabela 4 – Capacidade de remuneração dos empreendimentos 2007.....	57
Tabela 5 – Classes de faturamento mensal por região Brasil e Grandes Regiões 2007.....	58
Tabela 6 – Empreendimentos de economia solidária por acesso à apoio	59
Tabela 7 - Distribuição da população em idade ativa, segundo os grupos de anos de estudo (em %) - 2003 a 2009	81
Tabela 8 - Distribuição das pessoas ocupadas segundo os grupos de anos de estudo (em %) - 2009.....	82
Tabela 9 - Distribuição das pessoas desocupadas segundo os grupos de anos de estudo (em %) - 2009	82
Tabela 10 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo e os grupos de anos de estudo – PNAD 2008	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de empreendimentos segundo área de atuação Brasil e Grandes Regiões 2005 e 2007.....	54
Gráfico 2 – Distribuição de empreendimentos com CNPJ segundo área de atuação Brasil 2005 e 2007.....	55
Gráfico 3 – Distribuição de empreendimentos segundo forma de organização Brasil e Grandes Regiões 2005 e 2007	56
Gráfico 4 – Número de empreendimentos segundo período em que tiveram início, por forma de organização Brasil 2005 e 2007 (em números absolutos)	58
Gráfico 5 – Formas de Participação em Empreendimento de Economia Solidária – 2007	85
Gráfico 6 – Capacidade de Remuneração dos Associados por empreendimento - 2007	93
Gráfico 7 – Empreendimentos de Economia Solidária por classe de faturamento mensal - 2007	94
Gráfico 8 – Proporção de empreendimentos de economia solidária por classe de remuneração mensal em salários mínimos (SM) - 2007	94
Gráfico 9 – Proporção de empreendimentos segundo destinação dos produtos ou serviços, por área de atuação (em %) – 2005 e 2007.	95
Gráfico 10 – Proporção de participação social em empreendimentos de economia solidária – 2007	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conjunto de Regras da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale e os Princípios do Cooperativismo da Aliança Cooperativista Internacional..... 39

Quadro 2 – Resumo das denominações no campo da economia solidária 69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária

COPPE – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia

DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos

DRU – Desvinculação de Receitas da União

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FEPS-ES – Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo

FSM – Fórum Social Mundial

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ONG – Organização Não Governamental

PAC's – Projetos Alternativos Comunitários

PET – Programa de Educação Tutorial

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PIA – População em Idade Ativa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I. APRESENTAÇÃO DO TEMA E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA	10
II. MOTIVAÇÃO E RELEVÂNCIA DO TEMA	13
III. OBJETIVOS	15
IV. JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA DE PESQUISA	16
1 ALGUMAS CATEGORIAS	20
1.1 TRABALHO, ALIENAÇÃO, MAIS-VALIA E MODO-DE-PRODUÇÃO	20
1.2 CATEGORIAS CENTRAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	24
2 AS ORIGENS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E ABORDAGENS CONCEITUAIS	33
2.1 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, CLASSE TRABALHADORA E COOPERATIVISMO	35
2.2 CRISE DO MOVIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA.....	40
2.3 O CENÁRIO DAS ECONOMIAS CAPITALISTAS PÓS 1970.....	43
2.4 SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	48
2.5 AS DIVERSAS DENOMINAÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	61
3 ECONOMIA SOLIDÁRIA PRINCÍPIOS E CONTRADIÇÕES	72
3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E TERCEIRO SETOR	73
3.1.1 <i>DESARTICULAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: A CONTRA – REFORMA DO ESTADO E O CHAMADO TERCEIRO SETOR.....</i>	<i>73</i>
3.1.2 <i>ECONOMIA SOLIDÁRIA E “TERCEIRO SETOR”: DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS E IDENTITÁRIAS.....</i>	<i>79</i>
3.2 A ADESÃO AOS PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	83
3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA, CAPITALISMO E SOCIALISMO	90
3.3.1 <i>A CRÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</i>	<i>90</i>
3.3.2 <i>OS PROPÓSITOS DA ES – LIMITES E POSSIBILIDADES</i>	<i>94</i>
3.3.3 <i>ECONOMIA SOLIDÁRIA E SOCIALISMO</i>	<i>103</i>
4 CONCLUSÃO	109
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

I. Apresentação do tema e contextualização histórica e teórica

Desde a década de 1980, com o fim do ciclo da industrialização brasileira, inicia-se um processo de crise que tem seu ápice no início da década seguinte com a implantação de políticas neoliberais à reboque das definições do Consenso de Washington. Passaram, então, a prevalecer, em escala mundial, idéias de liberdade de ação das forças do mercado, redução do Estado às suas funções clássicas, abertura radical e rápida para importações de bens e ingresso de capitais e, ainda, desregulamentação e descentralização de decisões, que permitiriam, segundo seus idealizadores, a alocação ótima dos recursos, o progresso tecnológico incessante, a justa distribuição de renda e o pleno emprego dos fatores de produção. Resultados esses que beneficiariam todos os Estados e todos os indivíduos em um mundo de paz, harmonia e cooperação em economia e sociedade globais.

No campo do trabalho, o que se verificou no Brasil, de fato, foi um acelerado processo de reestruturação produtiva e privatização de empresas públicas que agravou e acirrou as desigualdades existentes no país. Aprofundou-se o ciclo de financeirização da riqueza e a inserção subordinada do Brasil na economia mundial com efeitos regressivos para o mercado de trabalho; e cresceu de maneira singular o trabalho informal e a precarização do trabalho; movimento que empurrou as camadas mais pobres da população, que já viviam à margem do mercado de trabalho formal, a um quadro social perverso.

Paralelamente a esses acontecimentos, e em razão deles, a partir de iniciativas espontâneas e estimuladas por movimentos sociais e religiosos emergem iniciativas de caráter associativo com o objetivo de promover o enfrentamento da pobreza. Tais iniciativas passam a ganhar visibilidade no país a partir dos fóruns sociais mundiais de Porto Alegre e resultaram na institucionalização de uma política nacional de fomento a estas experiências.

Através de um pensamento que seguiu por diversos caminhos, por meio de uma profusão de abordagens, derivadas particularmente do pensamento cristão e do

pensamento socialista, estas experiências passaram a ser reconhecidas pela expressão “economia solidária”.

A economia solidária se caracteriza por uma série de iniciativas de geração de renda através de coletivos de trabalho de diversas naturezas e formas de organização jurídica inspiradas em valores de cooperação, democracia e reciprocidade. E defende princípios de solidariedade e autogestão.

As iniciativas existentes vão desde grupos informais, associações, cooperativas passando por empresas de autogestão, redes de produção e consumo e clubes de troca. Todos estes empreendimentos têm o objetivo de produzir, consumir ou ofertar/obter crédito sob outras bases, distintas das que prevalecem numa economia de mercado. Uma oposição complexa que propõe a subordinação da ordem econômica às dimensões social, cultural, ambiental e política.

Esta oposição dá-se de formas distintas no interior da economia solidária. As concepções existentes passam da perspectiva que reconhece a economia solidária como um importante instrumento de transformação sistêmica aos que “apenas” reconhecem-na como uma possibilidade real de enfrentamento da pobreza através de valores distintos aos do individualismo e da competição.

Os primeiros ancoram sua tese na perspectiva de que a economia solidária seja um embrião de um novo modo-de-produção não capitalista. E, mais que isso, defendem que é através da revolução social que a economia solidária produz (e não da revolução política), sem confrontos ou violência, que se poderá chegar ao socialismo. Ou seja, para os que sustentam esta posição trata-se de uma transformação por dentro da sociedade capitalista da mesma forma que se estabeleceu o próprio capitalismo.

O segundo grupo reconhece a economia solidária como uma estratégia real de enfrentamento da miséria e da pobreza na medida em que cria possibilidades imediatas de geração de trabalho e renda. Mas, reconhecem que seus sujeitos convivem também com práticas e valores como individualismo e desigualdade. Ademais, para esses autores a economia solidária é reconhecida como uma das estratégias frente à crise do trabalho, mas não a única.

Nesse sentido nota-se que o primeiro grupo reconhece na economia solidária além de seu caráter imediato e emergencial uma opção ideológica, que conduzirá a uma nova experiência socialista, em face da experiência fracassada do socialismo real (CUNHA, 2003). Desse grupo fazem parte alguns setores da esquerda, que passaram a identificar na economia Solidária a expressão de seus ideais através de uma estratégia de construção socialista.

Há ainda um terceiro grupo, que está fora do campo da economia solidária, que a considera como uma estratégia forjada no seio do próprio capitalismo, com a atribuição de atenuar as contradições do sistema e conter as insatisfações e sublevações através da coesão. Para estes autores, a economia solidária não é encarada como uma possibilidade viável de geração de renda, nem levaria à construção de novo modo-de-produção não-capitalista. Pelo contrário, a economia solidária representaria um distanciamento da consciência de classe do proletariado.

Paul Singer, secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária –SENAES, desde sua criação, é o principal representante do grupo que reconhece a economia solidária como um modelo de desenvolvimento alternativo. Na percepção de Singer, a economia solidária se configura numa estratégia de enfrentamento do capitalismo com possibilidades reais de transformação sistêmica, mas uma transformação que ocorrerá dentro do próprio capitalismo (SINGER, 2004).

Gaiger, por sua vez, entende que as formulações de que a economia solidária se configura num novo modo-de-produção não-capitalista, tanto pela insuficiência de explicação conceitual, quanto pela tentativa de apresentar respostas definitivas para um tema ainda em construção, são inadequadas.

Numa linguagem lapidar, não basta desejarmos ter a sorte de sermos protagonistas ou testemunhas oculares desse grande momento, tampouco repetirmos vaticínios pessimistas ou catastróficos sobre a ordem presente, esperando com isso apressar a sua ruína. Importa saber se, no horizonte, está selada a derrocada do capitalismo, ceifado que estaria por forças endógenas autodestrutivas, ou exposta a choques exteriores, com suficiente capacidade de abalo e substituição (GAIGER, 2003, p. 196).

Divergindo das argumentações anteriores, outros autores entendem que as tentativas de teorizar a economia solidária não apenas como um conjunto de iniciativas emergenciais destinadas a amenizar os efeitos de problemas sociais, mas

como uma forma de organização social alternativa ao capitalismo, significa ignorar a crítica marxista. Nesse sentido, Germer destaca ainda que estas iniciativas caracterizam a perda da consciência de classe do proletariado, pois seguem por um caminho desfavorável na tentativa de transição para o socialismo, o que por fim neutraliza o “ímpeto revolucionário” do proletariado.

A difusão da ‘economia solidária’ pode ser interpretada como um sintoma do recesso momentâneo da consciência de classe do proletariado, cujo espaço é ocupado pela propagação de ideologias pequeno-burguesas, apoiadas nos mecanismos de difusão do sistema dominante. Não se pode descartar a hipótese de que a adoção de iniciativas de ‘economia solidária’ como política oficial, em diversos países e inclusive por organismos internacionais, corresponda ao interesse de neutralizar o ímpeto revolucionário revelado pelo proletariado mundial durante mais de um século a partir de 1848. A adoção da ‘economia solidária’, em lugar da disputa pelo poder de Estado, como estratégia de transição para o socialismo, consistiria no abandono do terreno em que as condições de luta são relativamente mais favoráveis aos trabalhadores, por um terreno no qual são amplamente desfavoráveis (GERMER, 2006, p. 4).

Esses são, em linhas gerais, alguns dos principais debates que se travam em torno da Economia Solidária na atualidade. Como se vê, as interpretações existentes demonstram o grau de divergência nos campos teórico, político e ideológico da temática. Neste trabalho as discussões ocorreram no entorno destas proposições.

II. Motivação e relevância do tema

A escolha do tema desta dissertação originou-se da minha experiência profissional, embora já tivesse me aproximado da temática anteriormente.

Minha primeira aproximação com a economia solidária foi ainda na graduação, no ano 2002, pouco antes de me formar. Naquela oportunidade o Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo – FEPS e a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES realizaram uma parceria que entre outras iniciativas resultou na realização de um curso de extensão para os empreendimentos ligados ao FEPS.

O curso de extensão tinha a temática “Economia Popular Solidária e Cooperativismo”, com vários módulos. Como aluna do curso de graduação em economia, e bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET, participei como facilitadora, junto com demais colegas do PET e tutor, do módulo “Princípios Gerais de Economia”.

Para a elaboração do curso, definição dos módulos e conteúdos foi formado um grupo de trabalho com representantes de vários departamentos da UFES entre alunos e professores, além de representantes do FEPS. As reuniões de trabalho que precederam o curso foram minha primeira escola na economia solidária. Foi naquele espaço que ouvi pela primeira vez, ainda com certo estranhamento, a expressão economia solidária.

Também lá ouvi o relato de alguns representantes do FEPS sobre a realidade dos grupos, dos sujeitos, as dificuldades encontradas, os desafios a serem superados. Em outras palavras, o mundo real à espera de respostas, soluções, estratégias, alternativas, ações concretas.

Formei-me em Economia naquele mesmo ano e desde então passei a atuar no setor público, onde não raro, tenho me deparado com a realidade socioeconômica do país e a necessidade de uma atuação mais presente do Estado na solução de novos e velhos problemas; heranças de escolhas passadas e presentes, fruto de uma sociedade cada vez mais injusta e desigual.

Em 2006 surgiu para mim um grande desafio, coordenar um programa municipal de economia solidária na capital do Estado, onde antes dessa oportunidade não havia nenhuma ação pública municipal estruturada com essa finalidade.

Desafio aceito, novos desafios surgiam a cada dia na condução do programa e, sobretudo, diante da realidade dos sujeitos da política e das ações já desenvolvidas pelas instituições de fomento, carregadas de vícios e posturas que pouco ajudavam na emancipação pessoal dos indivíduos, como tanto propagavam; além da timidez do próprio Estado na proposição de suas políticas.

Diante da realidade que se apresentava cotidianamente, baixa escolaridade, dificuldades cognitivas, medo, insegurança, violência doméstica, preconceito, racismo, fome, doenças etc., conseqüências de um modelo de sociedade excludente e perverso; intensificaram-se meus questionamentos e angústia quanto a efetividade das ações desenvolvidas.

De fato, a maioria das experiências vivenciadas em Vitória, naquele período, das mais bem estruturadas, apoiadas e divulgadas na mídia a aquelas que pouco são reconhecidas pela comunidade local, apresentavam problemas graves.

A questão que se apresentava era: seria a economia solidária uma possibilidade de criação de um novo modo-de-produção socialista, cerne do debate da economia solidária atualmente, ou apenas um atenuante para as imensas contradições do sistema vigente, cada vez mais devastadoras? De forma mais objetiva, quais seriam os limites e as possibilidades da Economia Solidária?

A experiência acumulada, permitiu-me ao longo dos três anos que estive à frente do programa, avaliar de forma crítica as ações por nós desenvolvidas, bem como pelo movimento de Economia Solidária, organizado em torno do FEPS.

A partir das dúvidas, questionamentos e angústias resultantes da ação diária à frente do programa de Economia Solidária de Vitória, despertou meu interesse em aprofundar meus estudos sobre o que se convencionou chamar Economia Solidária.

Definido o tema, passei a busca da abordagem específica, o caminho pelo qual deveria traçar essa caminhada. Nesse sentido, a temática proposta se adequa à linha de pesquisa 1: reprodução e estrutura do capitalismo contemporâneo, do Programa de Pós-Graduação em Política Social, que, entre outras questões, aborda as profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho.

A opção escolhida é complexa e desafiadora, e este trabalho certamente não encerra as discussões sobre a questão, mas pretende servir como uma possibilidade de análise que certamente será no futuro complementada.

III. Objetivos

Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é analisar as relações sociais atípicas da economia solidária no sentido compreender se convergem para a estruturação de um novo modo-de-produção socialista.

Objetivos Específicos

- Estudar o movimento cooperativista europeu e sua relação com o surgimento da Economia Solidária no Brasil;
- Apresentar as concepções teóricas de economia solidária a partir dos diversos conceitos existentes;
- Discutir a relação da economia solidária com o terceiro setor
- Analisar a economia solidária como meio para a estruturação de um novo modo-de-produção socialista.

IV. Justificativa e metodologia de pesquisa

Conforme já mencionado, o exercício profissional e as angústias dele decorrentes me defrontaram com diversos desafios, que por mais concretos que se apresentassem, não facilitaram o trabalho de elaboração do problema de pesquisa. Parte pelo envolvimento com o tema, parte pela escassa experiência na elaboração de um arcabouço metodológico minimamente consistente, minha tarefa se apresentou mais longa que o habitual.

Após longa reflexão, compreendi que meu problema de pesquisa se delineava a partir da seguinte questão: as relações sociais atípicas da economia solidária convergem para a estruturação de um novo modo-de-produção socialista?

Acreditando ter vencido o primeiro desafio, o seguinte se apresentou ainda mais complexo: construir uma proposta metodológica adequada ao problema de pesquisa. Detalhamento esse que será apresentado a partir daqui.

Destarte, o estudo proposto caracteriza-se por uma pesquisa documental e bibliográfica, com objetivo exploratório, orientada pela teoria marxista sendo, portanto, um trabalho eminentemente teórico e em abordagem qualitativa.

Dessa forma, minha perspectiva toma por base a compreensão de que as experiências de economia solidária não se traduzem na criação de um novo modo-de-produção não capitalista, mas representam uma importante estratégia de enfrentamento da pobreza, se traduzindo numa experiência de inserção laboral para importantes parcelas da sociedade sem qualquer possibilidade de acesso ao mercado formal de trabalho. Tal hipótese tangencia as concepções das abordagens até aqui apresentadas embora não se filie completamente a nenhuma delas.

Assim, por perceber que elementos antagônicos como individualismo, cooperação, solidariedade e economia se relacionam; e também pelo surgimento de algo novo (a economia solidária) dentro do velho (economia capitalista), numa unidade de contrários, o método utilizado será o método dialético que tenta encontrar na parte, a compreensão e a relação como o todo através de uma relação de oposição e complementaridade.

[...] se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói, o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. A dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar na parte, a compreensão e a relação como o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos. Dessa forma, considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende-se uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com que a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou 'objetos sociais' apresentam (MINAYO, 2007, p. 24-25).

Contudo, vale ressaltar que a opção pelo método dialético está diametralmente relacionada ao problema de pesquisa, em outras palavras, o próprio objeto da pesquisa conduziu ao método. Essa definição não dispensa, todavia, o rigor científico nem abandona a lógica formal em favor de qualquer dogmatismo. Aqui, teoria e práxis possuem relevância nuclear, uma vez que foi exatamente a prática cotidiana que conduziu à pesquisa e para responder parte de suas questões será desenvolvida. Dessa forma, a dialética busca equilibrar teoria e prática, sem abandonar o rigor teórico.

O desafio da dialética está em equilibrar os fatores fundamentais da relação teórica e prática. De um lado, não pode perder de vista seu horizonte histórico, considerado geralmente sua alma, sua razão de ser. História não é apenas acontecimento, vicissitude, mas gênese, que além de contextualizar,

explica. De outro lado não pode construir o voluntarismo, que já seria o abandono de qualquer possibilidade de tratamento científico. Precisa de um horizonte de ordenação da história que a torne manejável cientificamente, pelo menos em termos de regularidades, tendências típicas. Isso se encontra de modo geral no conceito de forma, estrutura, tidas como invariantes. Esta combinação entre horizontes invariantes e variantes é o desafio propriamente dito, desde que se queira atribuir a cada um lugar devido, sem subordinações simplificadoras (DEMO, 1995, p. 120).

Ademais, “precisão conceitual e prática coerente, tanto quanto possível, são exigências também para o método dialético” (DEMO, 1995, p 132). As contradições inerentes à economia solidária de se constituir numa economia baseada em práticas de solidariedade e ao mesmo tempo preservar no seu interior valores da economia de mercado; de se apresentar como uma proposta de transição para o socialismo e ao mesmo tempo objetivar essa passagem através de uma revolução pacífica, por meio de mudanças culturais; ou ainda, mesmo se opondo a privatização do Estado, ter boa parte de suas experiências apoiadas por instituições denominadas do terceiro setor, revelam a necessidade da utilização do método dialético.

Definidos teoria, métodos, técnicas e abordagem, passamos à sua operacionalização. Nesse sentido, é importante destacar sua delimitação no tempo e no espaço. O estudo se iniciará a partir da década de 1980, período de emergência de diversas iniciativas brasileiras associativas e populares baseadas na livre adesão, na autogestão e na solidariedade, e se estende até os anos 2000.

Sendo assim, a partir da perspectiva delineada, no primeiro capítulo serão apresentadas algumas categorias de análise consideradas chave no estudo da economia solidária: solidariedade, autogestão, trabalho, mais-valia, alienação e modo-de-produção.

No segundo capítulo, será realizado um breve resgate histórico das primeiras experiências cooperativistas surgidas na Europa e estabelecida sua relação como a economia solidária. Em seguida destaca-se o contexto social, político e econômico mundial quando do surgimento das primeiras iniciativas de economia solidária. Chegando a uma cronologia das primeiras iniciativas de Economia Solidária registradas no Brasil e a apresentação de algumas abordagens de economia solidária existentes, através de uma série de conceitos que abrigam diferentes concepções.

Por fim, no terceiro capítulo, serão analisadas as relações entre o terceiro setor e a Economia Solidária explicitando as contradições entre as duas perspectivas. Em seguida, será analisada a adesão dos empreendimentos da economia solidária aos seus princípios norteadores, a crítica da economia solidária, seus limites e possibilidades e por fim sua potencialidade de transformação sistêmica.

Essa tarefa será executada através pesquisa bibliográfica e pesquisa documental de fonte oficial do Ministério do Trabalho e Emprego, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e autores como Marx, Singer, Gaiger, Kraychete, França Filho, Jamur, Laville, Arruda, Germer e Novaes entre outros.

1 ALGUMAS CATEGORIAS

1.1 Trabalho, alienação, mais-valia e modo-de-produção

A economia solidária é um fenômeno que está inserido no contexto das profundas transformações do mundo do trabalho. A análise da economia solidária nesse sentido passa pela utilização, principalmente, de conceitos como trabalho, alienação, mais-valia e modo-de-produção, entre outros menos utilizados e que não serão aqui explicitados, embora citados ao longo do trabalho. Essa opção se dá em razão da amplitude reduzida desse trabalho e por considerar as demais categorias acessórias na análise aqui proposta.

As concepções de trabalho, alienação, mais-valia e modo-de-produção aqui adotadas seguirão a compreensão de Marx, a partir do próprio autor e interpretações de outros autores de orientação marxista. Sem pretensões de maior fôlego, os elementos aqui apresentados têm o objetivo de evidenciar as concepções seguidas no trabalho, sem, contudo, realizar uma análise mais ampla e detalhada das categorias mencionadas.

Iniciemos pela categoria principal, o trabalho. Primordialmente o trabalho é um processo do qual homem e natureza fazem parte, e é nesse processo que o homem impulsiona sua força e inteligência a fim de transformar a natureza e produzir valores de uso. Nesse sentido, o trabalho é algo primordialmente humano que difere do trabalho animal ou instintivo; ele se configura numa ação planejada que conduz a um objetivo previamente idealizado e útil para sua própria vida (MARX, 2008).

Foi através do trabalho, da transformação da natureza, a fim de melhorar suas condições de vida que a humanidade logrou grandes transformações no modo de habitar, de trabalhar, alimentar, enfim, no modo de viver.

O trabalho é fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (ENGELS, 1876 apud ANTUNES, 2004, p.11).

Na sociedade capitalista, contudo, o trabalhador está separado dos meios de produção. Ele se transforma em trabalhador livre e nessa condição vende sua força de trabalho no mercado aos proprietários dos meios de produção.

Assim, a força de trabalho se transforma em mercadoria e o fruto do trabalho produz valores de uso, pois é capaz de satisfazer necessidades humanas; e valores de troca, pois se destina, enquanto mercadoria, à troca no mercado; e, sobretudo, a produzir mais valor. Em suma, a força de trabalho se transforma em mercadoria e tem como objetivo criar outras mercadorias e valorizar o capital (MARX, 2008).

Assim sendo, ao deixar de produzir para atender suas próprias necessidades e ofertar sua força de trabalho no mercado o homem perde não somente a propriedade dos meios de produção, ele é apartado também do processo produtivo como um todo e em favor da produtividade do trabalho, especializa-se em apenas uma etapa do processo produtivo. Nesse sentido, se aliena do trabalho, é afastado da elaboração restando-lhe a execução e o estranhamento (ANTUNES, 2004).

Esse fato simplesmente subentende que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se lhe opõe como um **ser estranho**, como uma **força independente** do produtor. O produto do trabalho humano é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física; esse produto é uma **objetificação** do trabalho. A execução do trabalho é simultaneamente sua objetificação. A execução do trabalho aparece na esfera da Economia Política como uma perversão do trabalhador, a objetificação como uma **perda e uma servidão ante o objeto, e a apropriação como alienação** (MARX, 2007, f.2, grifos do autor).

Nesse processo o homem não apenas afasta-se da elaboração, como também se afasta da natureza, da sua humanidade e da sua relação com o outro.

A alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo. Quando Marx analisou a alienação nos seus manuscritos de 1844, indicou os seus quatro principais aspectos: **a alienação dos seres humanos em relação à natureza; à sua própria atividade produtiva; à sua espécie, como espécie humana; e de uns em relação aos outros**. E afirmou enfaticamente que isso não é uma “fatalidade da natureza”, mas uma forma de auto-alienação. Dito de outra forma, não é o feito de uma força externa todo-poderosa, natural ou metafísica, mas o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico, que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo de transcender a auto-alienação do trabalho (MÉSZÁROS apud NOVAES, s/d, 2, grifo nosso).

Trabalho, portanto, gera riqueza capitalista. Se a mercadoria é a riqueza na sociedade capitalista e o trabalho é fonte de valor, trabalho produtivo cuja forma é a produção de mais valia, gera riqueza capitalista, ao mesmo tempo, que a força de trabalho também se torna mercadoria.

O trabalhador que vende sua força de trabalho recebe salário com pagamento. Este salário geralmente representa a quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua reprodução e da sua família, que o substituirá como ofertante de força de trabalho no futuro. Porém, o trabalho realizado pelo trabalhador produz mais valor que o valor de sua força de trabalho, é daí que os capitalistas extraem mais-valia do trabalho.

Nesse sentido, para obter mais mais-valia os capitalistas passam a ampliar a jornada de trabalho ou intensificá-la (mais-valia absoluta), ou alteraram quantitativamente a composição da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente de forma a reduzir do tempo de trabalho necessário (mais-valia relativa), ou ainda, a partir de inovações tecnológicas passam a necessitar de menor quantidade de trabalho necessário para produzir e assim se apropriam de mais valor que as demais empresas no mercado (mais-valia extra) (MARX, 2008).

Dessa forma, o trabalho que humanizava o homem passa a ser também algo que o explora e o oprime. A necessidade de extração de mais-valia e de obtenção de lucro faz com que os capitalistas busquem o máximo da força de trabalho, seja via mais-valia absoluta ou relativa. As relações de trabalho se estabelecem de forma que o trabalhador está apartado do fruto do trabalho, alienado da sua produção que pertence agora a outro, tal como ele.

Porém a partir do final do século XX a sociedade capitalista passou a vivenciar uma fase em que se precisava cada vez menos de trabalho estável. Surgem novas formas flexibilizadas e precarizadas de trabalho que resultam num cenário de desemprego estrutural e de super-exploração da força de trabalho, diminuição dos salários reais e remuneração abaixo do mínimo necessário à

subsistência do trabalhador. Contexto do aparecimento da economia solidária que será tratado mais adiante.

Essa dimensão dúplice e mesmo contraditória, presente no mundo do trabalho, que cria, mas também subordina, humaniza e degrada, libera e escraviza, emancipa e aliena, manteve o trabalho humano como questão nodal em nossas vidas. E, neste conturbado limiar do século XXI, um desafio crucial é dar sentido ao trabalho, tornando também a vida fora do trabalho dotada de sentido (ANTUNES, 2005, p.138).

Como vimos, o aumento da produtividade resultante do incremento tecnológico reduz o valor dos meios de produção. Isso resulta no aumento da composição orgânica do capital, por incremento de capital constante. Esse mecanismo resulta na diminuição da taxa de lucro médio ou na tendência decrescente da taxa de lucro, razão da intensiva exploração dos trabalhadores, característica dos tempos atuais (MARX, 2008).

O processo até aqui analisado se dá em determinadas condições históricas típicas do modo-de-produção capitalista. Mas no que se constitui essa categoria? Resumidamente, temos por modo-de-produção a combinação de práticas, estruturas e instâncias ligadas aos aspectos econômico, político-jurídico e ideológico, na qual uma delas se torna dominante, subordinando e influenciando as demais (FIOVARANTE, 1978).

Nesse sentido, cada modo-de-produção surge numa época histórica específica e se utiliza de novas formas materiais (instrumentos de trabalho) e novas práticas sociais, que modificam a estrutura e o funcionamento da sociedade.

Sabemos que modo-de-produção é a categoria mais fundamental e englobante, cunhada por Marx, para expressar sinteticamente as principais determinações que configuram as diferentes formações históricas. Essas determinações encontram-se no modo como os indivíduos, de uma dada sociedade, organizam-se no que tange à produção, à distribuição e ao consumo dos bens materiais necessários à sua subsistência; mais precisamente, na forma que assumem as relações sociais de produção, em correspondência com um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas (GAIGER, 2003, p. 186)

Portanto, o que, como e com que meios se produz e se relacionam as pessoas e as instituições, distingue uma época histórica. Marx em Contribuição à Crítica da Economia Política apresenta sua conclusão a respeito da categoria

modo-de-produção. Através do materialismo histórico demonstra como isso ocorreu para o surgimento do modo-de-produção capitalista (MARX, 1977).

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo-de-produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. [...] Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 1977, p. 24).

Assim, como Rubim afirma em “A teoria marxista do valor” que “o ponto de partida da teoria do valor-trabalho é um ambiente social determinado, uma sociedade com uma determinada estrutura produtiva”. A mudança dessa estrutura produtiva deve alterar os componentes do modo-de-produção. Nesse sentido, é objetivo desse trabalho analisar a potencialidade da economia solidária em alterar as estruturas econômicas, político-jurídicas e ideológicas do atual sistema (RUBIM, 1987, p.77).

1.2 Categorias Centrais da Economia Solidária

Na literatura disponível acerca da economia solidária é possível observar a descrição de seus princípios e valores fundamentais. Entre eles observa-se uma série de categorias de análise que ajudam na compreensão dessa forma de trabalho nova e contraditória. Tal contradição é medida, entre outros fatores, na sua defesa do trabalho emancipatório, baseado em preceitos supracapitalistas, concomitantemente em que sua inserção ocorre através da economia de mercado.

Nesse sentido, uma série de categorias são utilizadas para identificar a economia solidária e em que preceitos se baseiam tais práticas. Solidariedade,

cooperação, participação, autogestão, democracia somados à pressupostos como respeito ao meio ambiente, igualdade das relações de gênero e etnia, socialização dos meios de produção, compõem a teia de preceitos adotados.

Entre as categorias mencionadas, existem algumas que são defendidas por expressiva parcela do movimento¹ da economia solidária, ao passo que outras são utilizadas apenas por alguns autores e, outras delas, em determinadas práticas, nem poderiam ser adequadamente referenciadas.

Neste trabalho serão reconhecidas as categorias de solidariedade e autogestão como as categorias centrais da economia solidária, pois no entendimento aqui utilizado estas categorias aglutinam as demais característica defendidas como necessárias a um empreendimento de economia solidária, embora como veremos no capítulo 3, nem sempre tais princípios sejam seguidos.

A solidariedade é a categoria chave da economia solidária; é ela que empresta a carga simbólica e subjetiva da expressão. E é através dela que se estabelece a contradição com o outro termo da expressão, considerado o termo “pejorativo”, a economia. Nesse caso, embora a solidariedade apenas adjetive a expressão ela é considerada o termo substantivo e quase definidor do conceito.

A novidade, a força e o diferencial da economia solidária gravita na idéia de solidariedade. Na economia solidária o elemento solidariedade não é um mero adjetivo: é central, reformata a lógica e o metabolismo econômico. A economia solidária incorpora a solidariedade no centro da atividade econômica (LISBOA, 2005, p. 3).

Ademais, carrega o adjetivo “solidariedade” boa parte das expressões que designam os diversos conceitos de economia solidária². Note-se também que a expressão solidária está em diferentes programas de diferentes instituições

1 O movimento da economia solidária é composto por empreendimentos de economia solidária, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos.

2 Os diversos conceitos de economia solidária e os seus significados políticos e ideológicos serão tratados no capítulo 2.

como empresas, governos, sociedade civil. O que leva a crer, por consequência, que a solidariedade também serve a diferentes interesses.

O conceito de solidariedade, contudo, está longe de pertencer a uma disciplina específica. Seus significados e conceituações perpassam o campo da filosofia, da sociologia e da política. É, pois, um conceito amplo de interpretação polissêmica e impregnado de valores diferentes e às vezes opostos.

Embora não seja um termo novo e seus sentidos e significados sejam estudados desde suas manifestações na antiguidade, a categoria solidariedade tal qual a compreendemos hoje é fruto das discussões do século XIX. Mas ela ressurgiu de forma mais intensa a partir dos anos 1990, tal qual a economia solidária, provocando discussão e reflexão de estudiosos, teóricos da economia solidária e parte do movimento.

La Ville destaca duas concepções de solidariedade, uma de origem inglesa e outra de origem francesa. Ambas surgem a partir da incapacidade da economia de mercado manter a paz social prometida diante da pobreza por ela desencadeada. Essa pobreza imprevista acentuou a contradição entre a liberdade política e a dependência econômica. A instabilidade social resultante do crescimento da pobreza e do surgimento da questão social levou à necessidade da instauração de algo que amenizasse tal instabilidade: a solidariedade (LA VILLE, 2008).

A concepção inglesa de solidariedade é marcada pela noção de filantropia e ancorada na consciência benemerita dos cidadãos, a partir da necessidade de uma sociedade ética e altruísta. Essa concepção se baseia na satisfação de necessidades imediatas e urgentes, a fim de amenizar os problemas dos pobres e garantir a paz social. É estruturada em relações sociais hierarquizadas de forma a garantir a manutenção das desigualdades e o papel dos atores sociais (LA VILLE, 2008).

A inclinação para ajudar o outro, valorizada como um elemento constitutivo da cidadania responsável carrega nela a ameaça de uma doação sem reciprocidade, que só permite, como única volta, uma gratidão sem limites, criando uma dívida que não pode nunca ser honrada pelos beneficiários. As

relações de dependência pessoal que a solidariedade favorece correm o risco de aprisionar o pobre numa situação de inferioridade (LA VILLE, 2008, p. 23).

De base liberal, esta concepção marcou as representações das associações anglo-saxônicas. Sua formatação, como se vê, permite o estabelecimento de relações de poder e dominação, na qual o recebedor do ato solidário permanece indefinidamente aprisionado numa posição de dívida e inferioridade. Fixando-o permanentemente no local que lhe cabe naquela sociedade.

Já a concepção de solidariedade francesa, segundo La Ville, é inspirada em valores tais, que fazem desta, algo “Indissociável da herança revolucionária³ e do ideal republicano”, cujo princípio está na democratização da sociedade. Ao abandonar a concepção caritativa de solidariedade, a noção francesa reconhece todos os indivíduos como livres e iguais e pertencentes ao espaço político, inspirada dessa forma no ideal de cidadania⁴ (LA VILLE, 2008).

Com o passar o tempo essa noção de solidariedade se transforma e passa a remeter a idéia de uma solidariedade de co-dependência social. Não cumprir sua parcela de obrigações na vida em sociedade significa a quebra do contrato, a fuga por violação de um princípio e regra de justiça (LA VILLE, 2008).

Jamur, outra autora a se debruçar sobre o tema da solidariedade, ao analisar o conceito aponta que o termo tem sido usado em múltiplos sentidos, mas destaca três entre os usos e significados que têm sido empregados. Eles se referem à dependência recíproca entre os sujeitos em sociedade; a naturalização da solidariedade como constitutiva dos seres; e a solidariedade

3 La Ville (2008) refere-se aqui à herança revolucionária da Revolução Francesa que molda o ideário nacional francês.

4 Apesar dessa noção de solidariedade democrática, o governo Francês encarou com desconfiança a organização de trabalhadores no final do século XVII início do século XIX, pois compreendia a associação como algo contraditório à liberdade individual e ao princípio da soberania. Ação essa semelhante ao que ocorrera na Inglaterra no mesmo período, conforme será destacado no capítulo 2, em relação às combinations acts.

como objeto das ciências naturais antes mesmo das ciências sociais (JAMUR, 2005).

Jamur no exame do tema solidariedade apresenta duas formas de manifestação, as formas tradicionais e as formas modernas, situadas em diferentes momentos históricos e inspiradas por diferentes matrizes intelectuais. Embora, como se verá, ambas as concepções por vezes se misturem na atualidade (JAMUR, 2005).

As formas tradicionais de solidariedade baseiam-se em matrizes intelectuais do estoicismo e do cristianismo primitivo. A primeira, o estoicismo, caracteriza-se como uma filosofia do individualismo a partir da tomada de consciência de si no mundo, do “eu” como figura central da existência. Já o cristianismo primitivo, ainda não caracterizado como filosofia naquele momento, se firma através da comunhão de “uma identidade de ser a ser, de uma igualdade de todos e de cada um, mediada pela noção de pecado e um futuro comum, o julgamento do além” (JAMUR, 2005, p.477).

Ambas as matrizes intelectuais em que se inscrevem as formas tradicionais de solidariedade estão baseadas num forte componente moral, na solidariedade não terrestre e marcada por uma aristocracia individualista. Por essa razão, caracterizam as formas de solidariedade tradicional os laços de sangue, as relações entre membros das mesmas ordens de crenças, das mesmas ordens profissionais ou entre criminosos. Em suma, é uma solidariedade voltada para si e per si, para sociedades fechadas, que parte de uma condição ideal, individualista, característica da natureza humana e situada no âmbito da vida privada (JAMUR, 2005).

As formas modernas de solidariedade se inspiram em ideais iluministas, estão assim vinculadas à modernidade histórica, caracterizando uma nova concepção de natureza humana e com olhar predominante sobre a dimensão social.

Essa mudança de paradigma dá às formas modernas de solidariedade contornos substancialmente diferentes na medida em que inauguram a idéia de que as relações não são ideais, como nas formas tradicionais, mas instituídas socialmente, que estão baseadas numa reciprocidade entre o todo e as partes da sociedade e cuja dimensão passe a estar presente na vida pública abandonando a exclusividade da noção moral. Além disso, passa-se à necessidade de questionar que espécie de relações de solidariedades se deseja, baseadas em quais valores e condições e a partir de quais compromissos pactuados.

Uma outra análise da solidariedade, enquanto efeito de poder, foi desenvolvida por Demo. O autor apresenta um estudo que toma por base elementos da sociologia e da biologia para compreender solidariedade. Sua abordagem histórico-estrutural compreende a existência de dois tipos de solidariedade, a solidariedade de cima e a solidariedade de baixo (DEMO, 2002).

Solidariedade de cima é caracterizada como aquela empregada pelo centro do capitalismo mundial para com a periferia do sistema ou pela elite das sociedades para aqueles que estão à margem dela. Essa forma de solidariedade é marcada, salvo raras exceções, pelo efeito de poder. O efeito de poder ao qual Demo se refere é a ação solidária marcada pelos interesses de quem a oferta, cuja resposta esperada é a atitude domesticada (DEMO, 2002).

Um exemplo desse caráter solidário-opressor utilizado por Demo no nível institucional, é a posição dos Estados Unidos que se arvora defensor dos direitos humanos em nível planetário. Trata-se, pois, de um país ultra-imperialista que realiza uma política colonial da cultura à economia. Ou seja, ao optar pela ação solidária, volta-se para si mesmo e espera nada menos que o consentimento domesticado dos demais países. Situação que se reproduz no nível das relações pessoais da mesma forma que nas relações institucionais (DEMO, 2002).

Apesar da solidariedade de cima ser muito difundida, Demo reconhece potencialidades na solidariedade de baixo através de experiências inovadoras

que buscam mudanças à atual sociedade, como a economia solidária. Estratégias que caminham para a construção de uma sociedade mais democrática, por meio de uma cidadania coletiva que permita àqueles que estão fora dos sistemas a possibilidade de enfrentamento ao status quo (DEMO, 2002).

O grande desafio das propostas solidárias é o que Harding (1998) chama de *standpoint epistemology*: a capacidade honesta de partir e de respeitar o ponto de vista de outra cultura. [...]. Significa o gesto generoso de tentar entender o outro a partir do outro. Esse tipo de solidariedade não parte do solidário, mas do outro. Não pretende levar ao outro como objeto recado já prepotente, mas busca manter com o outro relação de sujeitos. Não implica alinhamento subalterno por parte do outro, antes busca proporcionar ao outro condições para que possa comandar sua emancipação. Olhando assim, solidariedade é gesto de extrema exigência e radicalidade que não se esgota em ofertas moralistas e muito menos em assistencialismos (DEMO, 2002, p. 259-260).

O autor reconhece a potencialidade de transformação social da solidariedade e da economia solidária através de cinco pontos: autogestão (1); formação política (2); busca da educação e do conhecimento (3); rompimento com formas sociais excludentes (4); e pela busca da reprodução ampliada da vida (5). Nesse sentido, Demo finaliza sua análise indicando que a solidariedade oferece condições de sucesso superiores a formas individualistas de relação social.

Solidariedade para que não seja mero efeito de poder, necessita, primeiro, de autocrítica, por conta de sua natural ambigüidade. [...] Segundo, a solidariedade dos marginalizados significa a oportunidade da cidadania coletiva em marcha, para que possa ser feito o bom combate. Terceiro, é crucial que a solidariedade dos marginalizados não perca de vista o projeto contra-hegemônico como obra coletiva que precisa ficar acima de todas as querelas possíveis. [...] Quarto, solidariedade, nesse contexto, significa redistribuição de renda e de poder: qualidade de vida de cada qual está em função da qualidade de vida de todos. Quinto, embora seja imprescindível confrontar-se com os opressores, até as últimas consequências, afinal é mister também fazê-los parte do mesmo projeto emancipatório, o que significa ser solidário com os não solidários. Vale, aqui, o argumento da seleção grupal: grupos com indivíduos mais solidários têm melhores chances de sobreviver (DEMO, 2002, p. 272).

Outra categoria importante que orbita a economia solidária é a autogestão. O termo autogestão está presente nas diversas teorias socialistas e anarquistas surgidas a partir do século XIX. Trata-se de uma prática social e política que defende o exercício coletivo do poder (CASTANHEIRA e PEREIRA, 2008;

NASCIMENTO, 2004). Para um breve resgate da discussão sobre autogestão, veremos a contribuição de alguns autores que se detiveram na análise desta categoria.

Viana destaca a relação entre heterogestão e trabalho alienado em oposição à autogestão. Nesse sentido o autor pondera que se o trabalho alienado é aquele que o indivíduo é controlado, dirigido e sem controle da atividade produtiva, este tipo de trabalho é realizado em heterogestão. Assim, o caminho para a autogestão é a emancipação da classe trabalhadora (VIANA, 2008).

Viana defende que existem duas formas de entender a autogestão: uma voltada para a gestão de empresas e inserida na sociedade capitalista e outra que se dá através do processo de autogestão social (VIANA, 2008).

A primeira forma volta-se para a gestão de unidades de produção capitalistas ou sob a égide de formas capitalistas de produção, distribuição ou consumo e assim sendo, necessariamente submetidas à divisão social do trabalho. A segunda forma se refere a um conjunto de relações sociais baseadas em novas modalidades de produção, partindo assim da produção e se expandindo para as demais esferas da vida social (VIANA, 2008). O que revela a proximidade da economia solidária com os valores defendidos necessários à autogestão.

Contudo, a concepção de autogestão de Viana, ademais, exclui a possibilidade de existência de autogestão na sociedade capitalista e acrescenta que a economia solidária e formas cooperativas não estão incluídas no conceito.

Os ideólogos buscaram transformar a autogestão apenas em empresas capitalistas, “economia solidária”, ou mesmo “autogestão no capitalismo de estado” no caso iugoslavo. Estas concepções ideológicas de autogestão apontam para o isolamento da prática autogestionária em uma ou algumas empresas, que continuam sendo capitalistas sem nenhuma alteração radical nas demais relações sociais (permanece o mercado e o Estado) transformando a referida autogestão em mero participacionismo dos trabalhadores na gestão capitalista de empresas ou então em cooperativas subordinadas ao capital e ao Estado, sendo mera propriedade nominal e que funciona como pequenas propriedades capitalistas geridas e supostamente pertencentes aos trabalhadores (VIANA, 2008, p.9).

Nascimento, por sua vez, reconhece a autogestão, senão como sinônimo de economia solidária, mas como termos indissociáveis. A autogestão, assim, se traduz num ideal de democracia econômica e gestão coletiva inseridos num novo modo-de-produção, não capitalista e que conduz a experiência socialista (NASCIMENTO, 2004).

O autor destaca que o conceito passou a ser utilizado na Alemanha no primeiro pós-guerra, no contexto dos debates da socialização da economia e o papel dos conselhos operários, que significa o controle e a gestão das fábricas através da conquista do poder político pelos trabalhadores.

A autogestão a que Nascimento se refere não é limitada ao controle operário nem ao âmbito da economia, antes, refere-se à sociedade como um todo, um autogoverno em todas as dimensões sociais, mas também pela organização do trabalho. Ou seja, a gestão dos meios de produção pelos próprios trabalhadores (NASCIMENTO, 2004).

É essa autogestão de todos os aspectos da vida social que conduz ao socialismo, um projeto que engloba as dimensões econômica, política e cultural. O que, segundo Nascimento implica num modo radicalmente novo de organização, uma revolução social profunda e de longa duração (NASCIMENTO, 1997).

O que pode ser observado na definição de autogestão presente na Revolução dos Cravos, que previa um processo de ampla abrangência, via democracia direta e conduzidos pelos trabalhadores, ou produtores-cidadãos.

A autogestão é a construção permanente de um modelo de socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos (NASCIMENTO, 2004, p.2)

Como se vê a autogestão é uma categoria ampla e aglutinadora de uma série de pressupostos para sua real experimentação. A partir das concepções dos autores aqui tratados, mesmo divergindo se as experiências da economia solidária traduzem ou não a autogestão, há consenso de suas exigências. Entre elas estão a propriedade coletiva dos meios de produção, a gestão democrática, a autonomia do trabalhador para além das dimensões econômicas. Ou ainda para todas as dimensões sociais, posição que orientará o sentido de autogestão neste trabalho.

Já no que se refere à solidariedade, tomar-se-á por referência a perspectiva de solidariedade emancipadora, desvinculada de obrigações perpétuas que não altera as correlações de força social. Prevalece a concepção de uma solidariedade de reciprocidade estabelecida na vida pública. Porém, essa posição da solidariedade que se preocupa com os pactos firmados não é única em nossa sociedade, por essa razão, não se ignora a existência de formas tradicionais de solidariedade baseadas no individualismo e na moral, na filantropia e nas dívidas perpétuas.

Consideraremos como desejáveis as formas de solidariedade emancipadoras, reconhecendo a existência de formas opressoras e mistas de relações solidárias. Uma vez que as relações sociais que se tratam neste trabalho estão inseridas numa sociedade capitalista e as propostas aqui discutidas pressupõem relações supracapitalistas.

2 AS ORIGENS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E ABORDAGENS CONCEITUAIS

A compreensão do novo na maior parte das vezes exige uma leitura histórica, seja para o conhecimento de seus pilares, seja para situar suas razões ideológicas, seja pelo simples acompanhar de sua trajetória, seja por todas essas razões e outras tantas necessárias para se decifrar o novo.

A economia Solidária é um conceito novo, controverso e pouco conhecido, mas ao mesmo tempo atrelado de alguma forma a experiências não tão

recentes. Por essa razão, optou-se por iniciar a travessia por essa temática através de uma breve passagem pelo processo histórico que resultou, inspirou ou legitima, em alguma medida, essa nova expressão do trabalho, isto é, começar-se-á pelo surgimento do cooperativismo.

Há controvérsias quanto a fiel relação das origens históricas do cooperativismo com a economia solidária. E, nesta fase do trabalho serão apresentadas as perspectivas divergentes de dois grupos de autores, no que se refere à relação da economia solidária com o cooperativismo.

O primeiro grupo formado por SINGER (2002), VIEIRA (2005) e CUNHA (2002), entre outros, defende que as origens históricas da economia solidária estão baseadas no cooperativismo operário surgido na Europa no contexto da revolução industrial. Advogam que os princípios da economia solidária se inspiram nos mesmos princípios das primeiras cooperativas.

Ao passo que o segundo grupo, formado por autores como COSTA (2007), GERMER (2007) e KESSLER (2008), acreditam que o surgimento da economia solidária é recente razão pela qual se torna difícil a tarefa de traçar análises mais consistentes sobre o fenômeno ainda em transformação. Nesse sentido, entendem que a iniciativa de relacionar a economia solidária com o surgimento do movimento cooperativista nada mais é que uma tentativa de legitimar a economia solidária a partir de um movimento surgido das lutas da classe operária. Para esse autores foram as profundas transformações ocorridas a partir dos anos 1970 e suas implicações para a classe trabalhadora que criaram as condições propícias para o desenvolvimento de formas de enfrentamento ao desemprego e a pobreza, entre elas a economia solidária.

Sendo assim, este capítulo tratará da origem do cooperativismo e sua relação com a economia solidária, passando pela trajetória da classe trabalhadora, bem como a situação de complexidade que a envolve atualmente, e as transformações políticas, econômicas, sociais e ideológicas que ocorreram a partir dos anos 1970 em escala mundial e particularmente no caso brasileiro, as duas origens da economia solidária. Além de discorrer sobre o surgimento

da economia solidária e analisar as concepções teóricas da economia solidária a partir dos diversos conceitos existentes. Com a abordagem desses pontos pretende-se atingir os dois primeiros objetivos específicos⁵ desse trabalho.

2.1 Revolução Industrial, Classe Trabalhadora e Cooperativismo

Muitas são as experimentações que se buscam enquanto crítica à sociedade capitalista, através da construção de um outro modelo de sociedade, mais harmônico e sem desigualdades. A primeira tentativa empírica surgiu na Europa, no século XIX enquanto reação às transformações resultantes da Revolução Industrial, por meio do pensamento dos socialistas utópicos (GRADE e AUED, 2000).

Isso se deu a partir da Revolução Industrial que teve início no século XVIII e trouxe consigo uma série de mudanças tecnológicas que afetaram de maneira substantiva os processos produtivos existentes, com importantes impactos econômicos e sociais. A produção nas cidades até então era realizada por artesãos que dominavam, senão por completo, pelo menos a maior parte do processo produtivo; da obtenção dos insumos ao produto final.

Nos campos, estava a base da atividade econômica. A maior parte da população vivia do trabalho agrícola e o processo produtivo ocorria sem a utilização de máquinas, em terras chamadas comunais, ainda com vestígios de relações sociais feudais.

A força da revolução industrial mudou drasticamente o quadro acima descrito.

O padrão produtivo se alterou, bem como as condições de vida dos trabalhadores. As transformações tecnológicas, somadas às condições

⁵ Objetivos específicos: 1) Estudar o movimento cooperativista e sua relação com o surgimento da Economia Solidária no Brasil; 2) Apresentar as concepções políticas e teóricas de economia solidária a partir dos diversos conceitos existentes; 3) Discutir a relação da economia solidária com o terceiro setor; e 4) Analisar a economia solidária como meio para a estruturação de um novo modo de produção não-capitalista.

políticas e econômicas que gozava a Inglaterra no final do século XVIII permitiram um rápido e avassalador desenvolvimento do capitalismo industrial. A soma dessas variáveis também criou condições propícias para a separação dos trabalhadores de seus meios de produção, como veremos brevemente, a seguir. Via-se a instauração completa de um novo modo-de-produção.

Diante do cenário descrito, os artesãos, incapazes de concorrer com as indústrias, passaram por um processo de empobrecimento que os impeliu à ofertar no mercado sua força de trabalho. Essa situação somada à massa de camponeses expulsos dos campos pelos *enclosures*⁶, desencadeou o processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção (SINGER, 2002).

[...] a Revolução Industrial tendeu a expropriar o trabalhador utilizando-se das mais diversas formas, seja tirando as pessoas das antigas comunidades e não lhes dando emprego, seja tirando-lhes o ofício que lhes era próprio, visto que este não poderia concorrer com o modo-de-produção nascente, baseado na mecanização da produção e na divisão do trabalho. Nessas condições é que o surgimento da classe operária se deu com os operários têxteis, artesãos, tinteiros, tipógrafos e sapateiros assalariados e trouxe à cena um novo tipo de trabalhador, aquele expropriado de seus meios de produção (OLIVEIRA, 2004, p. 92)

O contingente de desocupados na Inglaterra se constituiu na força de trabalho em potencial para as indústrias nascentes. De toda forma, não havia mais alternativa para os pobres senão o ingresso nas indústrias ainda que fosse para garantir uma sobrevivência pífia.

As condições de vida da população quando do surgimento da indústria também pioraram muito, a despeito de tentativas de se demonstrar sua

⁶ “*Enclosures*” ou cercamento dos campos refere-se a reorganização da base fundiária da Inglaterra iniciada no século XVIII, que compreende a perda das terras comunais ou públicas pelos camponeses que passaram à propriedade privada para a criação de ovelhas. Esse processo se dá na transição do feudalismo para o capitalismo, deixando para trás a relação de vassalagem, típica da época feudal, e ao mesmo tempo privando milhares de famílias do uso da terra para o cultivo que garantia sua subsistência através utilização dessas áreas. O processo de concentração da propriedade da terra e expropriação dos camponeses resultou num grande êxodo rural. Uma massa de trabalhadores desocupados esteve então à disposição do capital para o desenvolvimento da indústria. Para conhecer mais sobre o assunto consultar Hobsbawm, 1986; Wood, 2001.

melhoria, como alguns trabalhos de Marshall⁷. Essa realidade é possível de ser constatada na passagem de Engels acerca de um bairro de Londres, St. Giles, sobre as condições de vida e moradia extremamente precárias:

As casas são habitadas dos porões aos desvãos, são tão sujas no exterior como no interior e têm um tal aspecto que ninguém as desejaria habitar. Mas isto ainda não é nada comparado às habitações nos corredores e vielas transversais onde se chega através de passagens cobertas, e onde a sujeira e a ruína ultrapassam a imaginação; não se vê, por assim dizer, um único vidro inteiro, as paredes estão leprosas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas – quando as há – são feitas de pranchas velhas pregadas umas às outras [...]. Em toda a parte montes de detritos e as cinzas e as águas vertidas em frente às portas acabam por formar charcos nauseabundos. É aí que habitam os mais pobres dos pobres, os trabalhadores mais mal pagos, com os ladrões, os escroques e as vítimas da prostituição, todos misturados (ENGELS, 1985, p.39).

Já as condições de trabalho nas indústrias não eram menos aterradoras. Caracterizavam-se por jornadas muito longas, com a utilização de mão de obra infantil, ambientes de trabalho insalubres, sujos e úmidos, e os salários aviltantes. O cenário de exploração da força de trabalho era tão intenso que limitava a reprodução biológica do proletariado, provocando a debilidade física e ampliando a mortalidade dos trabalhadores (SINGER, 2002).

O contexto de extrema exploração do proletariado resultou na insatisfação dos trabalhadores. E com o fim das *Combinations Acts*⁸, legislação que proibia a associação de trabalhadores, abre-se espaço para o surgimento do movimento

⁷ Preocupados com o crescimento do pauperismo na Inglaterra e, sobretudo, na defesa do crescimento econômico, algumas pesquisas foram realizadas no intuito de demonstrar as benesses trazidas pelo desenvolvimento da indústria e do desenvolvimento do capitalismo industrial. Marshall (1896) escreveu um ensaio em que defendia a melhoria da qualidade de vida, a partir da conquista de direitos políticos, e pela existência de uma “atmosfera industrial” que gerava “economias externas” que potencializavam as vantagens econômicas propiciadas pela proximidade entre as firmas. Vantagens essas que poderiam ser aproveitadas por todas as empresas que operassem em um mesmo território.

⁸ As primeiras iniciativas de organização dos trabalhadores têm origem nas corporações de ofício na idade média. Contudo, com o advento da Revolução Francesa a idéia de organização coletiva foi contraposta a de liberdade individual num entendimento de que a organização em corporações suprimia a livre manifestação individual em favorecimento da vontade coletiva. Essa compreensão levou à proibição dessas organizações em vários países da Europa e nos Estados Unidos. Com a Revolução industrial e a constatação dos desequilíbrios econômicos e jurídicos entre a classe de explorados e dos proprietários dos meios de produção, passa-se da concepção da igualdade pura para a igualdade jurídica. Nesse contexto a Inglaterra revogou as *Combinations Acts* (leis de coalizões) nos anos de 1824 e 1825 e em 1871 as organizações sindicais deixavam de ser consideradas organizações criminosas pela Lei Sindical (Observatório Social, 2004).

operário. E isso se deu através do desenvolvimento dos três pilares: partidos políticos, sindicatos e cooperativas. Embora a luta dos explorados contra os opressores não fosse uma novidade, nesse momento histórico inicia-se a luta dos trabalhadores contra o capitalismo (GERMER, 2007).

Os socialistas utópicos Proudhon, Fourier e Owen, deram as bases teóricas ao movimento associativista. E embora impusessem uma crítica ao capitalismo, entendiam que havia a possibilidade do estabelecimento de um acordo entre as classes sociais. Em outras palavras, havia uma crítica ao capitalismo cujo enfrentamento era uma proposta de reforma social, no âmbito do próprio capitalismo. Um apaziguamento da exploração com a manutenção da lógica do modo-de-produção vigente, isto é, a mesma base econômica, as mesmas instituições e a mesma ideologia (GERMER, 2007).

Todavia, as cooperativas que surgiram nesse período podiam ou não caminhar na direção do movimento operário nascente. Sua manifestação dava-se de a partir da ocupação de fábricas falidas, como reação ao desemprego e as precárias condições de vida, ainda sem atitudes conscientes de socialização dos meios de produção, uma vez ancoradas no pensamento reformista de seus pensadores. Nesse sentido, em muitos casos estavam ainda voltadas especificamente para a solução de questões econômicas distantes da política, da ideologia e da cultura, quando ainda não possuíam uma identidade de classe (GERMER, 2007).

Dessa forma, essas primeiras iniciativas podem ser classificadas como integrantes do cooperativismo utópico, na medida que as preocupações dos teóricos, estavam ancoradas no agravamento da questão social, e a dos trabalhadores, nos efeitos práticos da ocupação das fábricas ou da criação de outras cooperativas (GERMER, 2007).

Posteriormente, as lutas operárias demonstraram a consciência de classe dos trabalhadores e união das lutas práticas às bases teóricas que as sustentavam. Vê-se também nesse período a disputa interna da classe trabalhadora entre as lutas econômicas e as lutas políticas e ideológicas

O cooperativismo formou-se a partir de duas diferentes origens: por um lado, a partir da formação de associações de pequenos capitalistas, que evoluíram para a forma de cooperativas empresariais. [...] A segunda origem do cooperativismo foi a reação de trabalhadores assalariados, principalmente operários industriais, à piora contínua das suas condições de vida, em contextos de conflito político explícito com a classe capitalista, o que conferiu a essas cooperativas nítido caráter militante. Também neste caso há duas variantes que diferem qualitativamente. Por um lado, as cooperativas de consumo, nas quais a cooperação não se dá na produção, e os associados, na sua maioria, beneficiam-se da cooperativa apenas como consumidores. Quando bem-sucedidas, estas cooperativas expandiram-se, em diversos casos, a ponto de adquirir empresas capitalistas convencionais fornecedoras dos principais meios de consumo, sem no entanto convertê-las em cooperativas (GERMER, 2007, p. 63-64).

De toda forma, uma das principais experiências de cooperativismo que serve de inspiração para os defensores do movimento cooperativista até a atualidade foi a criação da Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, formada por operários tecelões. Seu sucesso baseou-se no estabelecimento de princípios e regras que lhes conferiu uma identidade cooperativa empregada por parte das experiências cooperativas recentes, bem como de boa parte dos empreendimentos de economia solidária, conforme pode-se observar no quadro a seguir:

Quadro 1 – Conjunto de Regras da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale e os Princípios do Cooperativismo da Aliança Cooperativista Internacional.

	Sociedade dos Pioneiros de Rochdale	Aliança Cooperativista Internacional
Princípios do Cooperativismo.	Autenticidade Socialista da Cooperativa: • Autogoverno democrático; • Abertura a novos sócios; • Educação cooperativa; • Neutralidade política e religiosa. Viabilidade do Empreendimento Econômico: • Taxa fixa de juros; • Dividendos proporcionais às compras; • Vendas exclusivamente à dinheiro; • Venda de produtos puros.	• Adesão voluntária e livre; • Gestão democrática; • Autonomia e independência; • Educação, formação e informação dos associados e do público em geral; • Intercooperação; • Preocupação com a comunidade.

Fonte: Bitelmam, 2005.

Todavia a experiência de Rochdale enfrentou diversas dificuldades de sustentação financeira e de disputas internas. Pouco à pouco os princípios propostos quando da sua criação, foram substituídos por outros mais próximos à lógica do modo-de-produção existente. Os capitalistas que faziam parte da cooperativa voltaram atrás nas benesses previamente concedidas, em prol de benefícios próprios, como é possível verificar no depoimento de John Brerley, secretário dos “pioneiros”, dado em 1867 (MONTEIRO, 1982).

Em 1855 se estabeleceu, nesta cidade uma cooperativa de produção... Seu propósito era entregar parte das utilidades obtidas ao capital e parte ao trabalho. Esta sociedade teve muito êxito em seus primeiros anos, mas os sócios capitalistas pensaram que os trabalhadores iriam receber demasiados benefícios. Resolveram, então, suprimir a parte reservada ao trabalho. Esperamos ver dentro em pouco, restabelecido este direito e os princípios da cooperação completamente desenvolvidos, pois estamos convencidos que encerram incalculáveis vantagens para o povo (HOLYOAKE, 1969 apud MONTEIRO, 1982, p. 103).

De fato, parece improvável, senão impossível, a combinação de interesse da classe trabalhadora e dos capitalistas. Tanto o é, que a expectativa de Brerley nunca se confirmou. Por outro lado, melhorias sociais existiram ainda que de forma complementar ou associada à economia capitalista. Mas garantindo a distinção entre trabalho e capital.

2.2 Crise do movimento da classe trabalhadora

Outras experiências cooperativas se espalharam pela Europa. Entretanto, com o fortalecimento do movimento sindical, a classe trabalhadora obteve uma série de conquistas que resultaram num processo de aristocratização do proletariado.

Segundo Hobsbawn há pelo menos seis razões que devem ser consideradas para a existência da aristocracia do trabalho: a) regularidade salarial; b) perspectivas de seguridade social; c) melhores condições de trabalho; d) estabelecimento de relações com camadas sociais abaixo e acima da que se

situa; e) as (boas) condições de vida que possui e f) suas perspectivas de ascensão social e progresso dos filhos (HOBSBAWN, 2000).

Contudo, a regularidade salarial era o ponto que efetivamente conferia certa distinção social na medida em que permitia melhores condições de vida e perspectivas para o operário e sua família, tendo acesso a condições de moradia mais dignas, por exemplo.

Nesse sentido, a camada melhor remunerada da classe operária “fundiu-se com o que se pode chamar imprecisamente de ‘classe média inferior’”. De toda forma, era tênue a linha que separava a aristocracia do trabalho dos demais trabalhadores. Era possível que uns e outros se misturassem, ora parecendo pertencer a esse ou aquele grupo, em outras palavras estar nessa categoria podia ser algo bastante preciso ou bastante impreciso. Mas fazer parte desta “classe média inferior” ou desejar fazer parte dela, em muitos casos, afastou o trabalhador das lutas operárias contrárias ao capitalismo (HOBSBAWM, 2000, p.321).

Todavia, no século XX, já na fase do capitalismo monopolista, as condições da aristocracia do trabalho sofrem algumas alterações; seu número se amplia o que resulta num contingente maior de trabalhadores satisfeitos, que mesmo inseridos nos grandes sindicatos gerais da Inglaterra, de orientação marxista, começavam a apresentar posicionamentos conservadores, de direita.

O proletariado inglês está se tornando cada vez mais burguês, de forma que esta mais burguesa de todas as nações está aparentemente desejando em última análise a posse de uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês bem como de uma burguesia. Para uma nação que explora o mundo inteiro isto é naturalmente até certo ponto justificável. (MARX; ENGELS, 1984 apud HOBSBAWM, 2000, p.353).

De toda forma, essa aristocracia do trabalho só pôde se manter no centro da economia capitalista. A América Latina e os demais países da periferia do sistema, nunca atingiram os patamares de satisfação e proteção social experimentados pelo proletariado europeu, por exemplo (BOSCHETT, 2006).

Exceção feita a alguns poucos setores industriais⁹ específicos em alguns países periféricos.

Essa situação de conforto material da classe trabalhadora, recebedora de salários acima do trabalho necessário, só foi possível em razão da dinâmica da acumulação de capital em escala mundial. Dinâmica na qual a América Latina e o restante da periferia do mundo mantêm-se subdesenvolvidos para que haja desenvolvimento nos países centrais.

Os países coloniais e semi-coloniais não estão sob o domínio de um capitalismo nativo, mas do imperialismo estrangeiro. Mas este fato fortalece, em vez de debilitar, a necessidade de laços diretos, diários e práticos entre os magnatas do capitalismo e os governos que deles dependem nos países coloniais e semicoloniais. À medida que o capitalismo imperialista cria nas colônias e semicolônias um estrato de aristocratas e burocratas operários, estes necessitam do apoio dos governos coloniais e semicoloniais, que desempenhem o papel de protetores, patrocinadores e às vezes árbitros. Esta é a base social mais importante de caráter bonapartista e semibonapartista dos governos das colônias e dos países atrasados em geral (TROTSKY, 1840 apud CASTRO, 2008, p. 93).

Nesse caso específico, a classe trabalhadora da periferia recebe salários mais baixos para que o pacto keynesiano possa ser cumprido no centro. A proteção social dos trabalhares dos países ricos é obtida a partir dos salários muito baixos pagos aos trabalhadores dos países subdesenvolvidos, obtidos pela super-exploração do trabalho.

Os condicionantes da dependência estão basicamente relacionados às desigualdades dos termos de troca, às transferências de remessas de lucros, juros e dividendos aos países centrais e a dependência de créditos externos a juros oscilantes e oferta inconstante¹⁰(CARCANHOLO, M. 2008).

A dialética do desenvolvimento, assim percebida, concebe que o subdesenvolvimento de alguns países/regiões resulta precisamente do que determina o desenvolvimento dos demais. A lógica de acumulação de capital em escala mundial possui características que, ao mesmo tempo, produzem o desenvolvimento de determinadas economias e o subdesenvolvimento de outras. É a esta dependência dos países

⁹ Por exemplo, os metalúrgicos do ABCD paulista no Brasil.

¹⁰ Para saber mais sobre a teoria da dependência acessar Marini (1977), Prebisch (1949;1950) e Furtado (1961; 1967). Ainda sobre a dependência da América Latina Boron (2008) e Cattani (2005).

periféricos, frente à acumulação de capital, *centrada* em determinadas regiões, que a teoria da dependência chamou a atenção (CARCANHOLO, M. 2008, p.8)

Esses pressupostos fornecem elementos para a relativização dessa aristocracia do proletariado em países periféricos. Nesse sentido, o que fragiliza a organização da classe trabalhadora em países periféricos é a docilização e a domesticação do trabalhador a partir da naturalização da sua exploração, sobretudo pelas conquistas obtidas ainda que estas sejam inferiores ao esforço entregue pela classe trabalhadora (CATTANI, 2005).

Esse processo de alienação do trabalhador ocorreu tanto na periferia como no centro do capitalismo mundial. A ideologia do indivíduo livre e soberano, em última instância, convenceu o proletariado que as “leis milagrosas do livre mercado” garantiriam a todos aqueles que se dedicassem arduamente ao trabalho, o acesso às benesses do capital.

Efetivamente, importantes camadas de trabalhadores obtiveram ganhos materiais e seu padrão de vida melhorou com o acesso aos bens da sociedade de consumo; a fruição de bens culturais, antes reservados às elites, foi estendida ao conjunto da população da mesma forma que a educação. Entre os resultados positivos, destacam-se também o aumento da longevidade e dos cuidados médicos. Entretanto o preço pago foi muito alto: a organização do trabalho sob vários modelos gerenciais, em particular sob o taylorismo/fordismo, acarretou a intensificação da exploração e o embotamento da inteligência devido à divisão do trabalho com seu corolário envolvendo parcelização das operações, hierarquias opressivas e tarefas repetitivas e fastidiosas. As consequências da alienação do trabalho fizeram-se sentir, sobretudo, na resignação, no acomodamento, na aceitação de formas medíocres de disciplinamento que vão além do espaço produtivo, contaminando o conjunto da vida em sociedade (CATTANI, 2005, p.53).

No Brasil, esse processo se desenvolve ao longo do século XX. Porém, com o fim da fase de crescimento mundial essa situação se modifica intensamente, com resultados regressivos para a classe trabalhadora.

2.3 O cenário das economias capitalistas pós 1970

Ao longo do século XX, mas sobretudo na fase de ouro do capitalismo mundial, registrado por um longo período de crescimento e prosperidade, a

situação de “estabilidade”¹¹ da classe trabalhadora prevaleceu. O nível de exploração capitalista nesta fase permitiu a reprodução da classe trabalhadora a patamares satisfatórios com possibilidades de ascensão social, sobretudo nos países ricos e em menor medida na periferia (CARCANOLO & NAKATANI, 2006). Contudo, foi a partir dos anos 1970 com a crise econômica internacional, que a crise do movimento operário e sindical tomou dimensões mais amplas, resultando num cenário especialmente complexo.

A crise econômica dos anos 1970 atingiu os países capitalistas que enfrentaram um processo de crise estrutural do capital, resultado da quebra do sistema monetário internacional¹², da explosão da dívida externa e da tendência decrescente da taxa de lucro. Essa crise estrutural teve como consequência um processo de reestruturação do capital com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo (ANTUNES, 2005; CARCANOLO & NAKATANI, 2006).

Essas transformações ocorreram paralelamente às mudanças no processo produtivo com a substituição do padrão de acumulação fordista e taylorista por várias formas de acumulação flexível; avanços tecnológicos e a passagem da prevalência de uma base produtiva para a uma financeira num contexto de mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas que dão sustentação ao desenvolvimento do neoliberalismo¹³.

Esse período inaugura uma nova fase do capitalismo denominada especulativa em que, nas palavras de Carcanholo e Nakatani, caracteriza-se pela

¹¹ Por “estabilidade” refiro-me à estabilidade do emprego formal e da seguridade social dos países centrais e a relativa estabilidade nos países da periferia que embora não tivessem experimentado os benefícios do *welfare state* tinham acesso ao mercado de trabalho, que reproduzia sua força de trabalho.

¹² A quebra do sistema econômico internacional é traduzida pelo rompimento unilateral do acordo de Bretton Woods por parte dos Estados Unidos, em 1971. O acordo que previa a conversibilidade dólar-ouro, mantendo a moeda norte-americana como reserva internacional. Com o fim do acordo, o sistema monetário internacional deixa para trás a política cambial de taxas fixas passando ao sistema de taxas flexíveis encaminhando o sistema para uma fase de profunda instabilidade e volatilidade nas taxas de câmbio e de juros, que abriram o caminho para a expansão da especulação internacional dos anos oitenta e noventa (NAKATANI, 2002; KILSZTAJN, 1989).

¹³ Nesse caso as transformações em tela não conduzem a uma mudança de modo de produção, pelo contrário, trata-se de fato, de uma intensificação do capitalismo numa tentativa de reafirmá-lo enquanto modo de produção.

**“financeirização mundializada do capital; o domínio do capital especulativo parasitário sobre o capital substantivo, no âmbito mundial do capitalismo”
(CARCANHOLO E NAKATANI, 2006, p.2),**

**Em outras palavras, o capital produtivo torna-se subordinado ao capital fictício que em sua fase desenvolvida toma a forma de capital especulativo parasitário. Razão pela qual se torna central frente à base real e produtiva da economia. Ademais toma essa dimensão na medida em que ao mesmo tempo em que é fictício, por não produzir mais-valia nem estar vinculado à constituição de capital substantivo, ele é real na medida em que é negociado e reconhecido como riqueza material real e remunerado por lucros fictícios
(CARCANHOLO & NAKATANI, 2006).**

A crise do lucro somada aos avanços tecnológicos conquistados resultou na super-exploração da força de trabalho limitando sua reprodução. As novas tecnologias possibilitaram a redução no tempo de produção, mas em vez de redução das jornadas de trabalho, o que foi observado foi o prolongamento dessas jornadas com extração de mais-valia absoluta e relativa, atingindo-se a subsunção real do trabalho ao capital (ANTUNES, 2005).

**Essas medidas visavam equilibrar os ganhos do capital a fim de manter elevadas a composição orgânica do capital e a taxa de lucro, uma vez que esta é uma função da mais-valia e da composição orgânica do capital
(CARCANHOLO, M., 2000).**

O movimento de reestruturação do capital foi tão intenso que tangenciou a destruição das forças produtivas e do meio ambiente; e suas dimensões da crise foram tão intensas que após assolar a periferia do sistema, atingiu também o centro. O sinal mais simbólico foi o aumento persistente do nível de desemprego e a precarização do trabalho.

A reorganização do capital a partir de seus aspectos ideológicos e políticos de dominação através do neoliberalismo, a privatização do Estado e reestruturação da produção e do trabalho ganhou força com a queda do

socialismo do leste europeu com a idéia de fim do socialismo(ANTUNES, 2005).

Concomitantemente à derrocada da experiência do socialismo real, a social democracia também entrou em crise diante do fim do *welfare state* ou Estado de Bem-Estar. E com a social-democratização da esquerda observa-se um processo de adesão do trabalhador aos desígnios do capital (ANTUNES, 2005).

Nas palavras de Antunes “[...] a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais”, pois a classe trabalhadora qualificou-se em alguns setores e precarizou-se em outros, tornando-se assim muito heterogênea, compondo-se por qualificados e desqualificados; trabalhadores com vínculos formais ou informais sem vínculo algum; mulheres cada vez mais demandadas para os trabalhos menos qualificados; trabalhos instáveis e precários entre tantas outras diferenciações internas (ANTUNES, 2005, p. 191).

Dessa forma, cresce o contingente de precarizados, marginais do sistema produtivo que elevam os níveis de desemprego estrutural. O que demonstrou que quanto mais se acirra a competição inter capitalista, mais graves são as conseqüências para a classe trabalhadora.

Como destacamos anteriormente a breve análise histórica interposta nesse trabalho tem por objetivo apresentar duas das possibilidades advogadas como passado histórico da economia solidária, quais sejam, o surgimento do cooperativismo no século XIX e as intensas transformações políticas, econômicas, sociais e ideológicas ocorridas a partir da década de 70 do século XX, cujas conseqüências são vivenciadas até a atualidade.

No caso da primeira tese, que defende o cooperativismo como passado histórico da economia solidária, seus autores defendem também que a economia solidária ressurge no final do século XX, diante das transformações acima mencionadas, na realidade das economias capitalistas em nível mundial e especialmente no Brasil.

Dessa forma, embora admitam um passado remoto como origem histórica da economia solidária, reconhecem também que as mudanças ocorridas em nível planetário influenciaram não um surgimento, na medida que as experiências em questão já existiram outrora, mas um ressurgimento de experiências passadas.

Para a segunda tese, conforme já destacado no início desse capítulo as experiências de enfrentamento ao desemprego e a pobreza surgidas a partir dos anos 1970 e reconhecidas como “Economia Solidária” são conseqüências das especificidades da fase atual do capitalismo. Fase esta que impõem os desígnios do capital sobre a classe trabalhadora, de forma mais voraz que as experimentadas até então.

A recomposição dos lucros capitalistas, que tendem ao decrescimento; ocorrem, e sempre ocorreram, à custa do esforço dos trabalhadores. O que difere esse momento histórico da sociedade capitalista dos demais é a mudança de uma base real da produção para uma base fictícia que necessita empreender uma super-exploração dos trabalhadores para garantir um nível de remuneração satisfatório ao capital.

Em ambas as explicações é consenso que as mudanças ocorridas a partir dos anos 1970 resultaram num nível de precariedade do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores que teve como conseqüência a agudização da questão social. Pois, como vimos, além da piora das condições do trabalho, o desemprego passa a assolar contingentes expressivos da população, em patamares nunca antes experimentados. O cenário do mundo do trabalho passa a ser de trabalhadores instáveis, precarizados ou desempregados, excluídos e pauperizados. A classe trabalhadora fragmentada, os movimentos sociais fragilizados e a organização sindical enfraquecida.

Sabe-se que há outras explicações sobre o passado originário da economia solidária, inclusive a partir de experiência surgidas na antiguidade. Todavia, serão evidenciadas as concepções de surgimento da economia solidária a

partir das profundas transformações no capitalismo mundial no final do século XX e início do século XXI.

2.4 Surgimento das primeiras experiências de economia solidária no Brasil

Diante do cenário de crise acima descrito e, a ele fortemente vinculado, surgem as primeiras iniciativas de organização coletiva de contingentes populacionais pobres, apartados do mercado de trabalho. Essas iniciativas despontaram em diversas partes do mundo, mas especialmente no Brasil tiveram uma trajetória expressiva num curto intervalo histórico.

As experiências acima descritas receberam diversas denominações, mas em pouco tempo, passaram a utilizar a denominação aglutinadora de Economia Solidária. As primeiras ações da economia solidária foram implementadas ao longo dos anos 1980 por organizações sociais e religiosas inspiradas por princípios de cooperação, autogestão e solidariedade.

Mas foi nos anos 1990 que essas experiências passaram a ganhar visibilidade.

O termo Economia Solidária se difundiu e multiplicaram-se entidades de assessoria e fomento, associações, organizações sociais, incubadoras universitárias, sindicatos, igrejas, ONG's, poder público, fundos e agências internacionais que passaram a apoiar iniciativas autônomas dessa natureza (COSTA, 2007).

As entidades de assessoria e fomento surgiram com o objetivo de permitir a formação e a incorporação de tecnologias à produção, à gestão, à comercialização, enfim a todas as deficiências observadas ao longo das primeiras iniciativas intentadas.

Ainda na década de 1980, a Caritas Arquidiocesana Brasileira, instituição de assistência social ligada à igreja católica, desenvolveu um projeto denominado PAC's – Projetos Alternativos Comunitários, sob a influência de setores ligados à teologia da libertação. Os PAC's eram voltados para populações

desassistidas, movimentos comunitários e sindicatos. O foco do trabalho era a assistência social e projetos econômicos coletivos de produção e prestação de serviços, que buscavam mais que a emancipação econômica (CUNHA, 2002).

Com isso [ou seja, com os PAC'S] desejava-se, não apenas a geração de trabalho e renda onde as condições de vida fossem extremamente precárias, mas ao mesmo tempo se fortalecer as relações comunitárias, resgatar a auto-estima dos envolvidos e promover sua emancipação política (COSTA, 2007).

Com o passar do tempo, a experiência adquirida e principalmente a aproximação com a Universidade Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, os PAC's se aderem cada vez mais à iniciativas nos moldes do que se chama hoje economia solidária, redefinem a metodologia de trabalho, incluem novas formas de avaliação e participação dos grupos (COSTA, 2007).

A abrangência das ações da Caritas é bastante expressiva. De acordo com dados da Caritas Arquidiocesana Nacional, entre 2004 e 2007, cerca de 10.000 trabalhadores associados foram apoiados por meio de fortalecimento de redes de produção, comercialização e consumo, em aproximadamente 2.000 grupos.

Voltando a cronologia dos acontecimentos, ainda na década de 1980, outra organização social, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, pouco tempo após a sua criação, começou a vislumbrar no cooperativismo a possibilidade de viabilizar economicamente a produção em assentamentos já conquistados; o que se consolidou no interior do movimento nos anos 1990 através da criação do Sistema Cooperativista de Assentados (CUNHA, 2002).

A opção por orientar a produção nos assentamentos em moldes cooperativistas é oriunda da posição crítica que o MST assume diante das desigualdades da sociedade capitalista. Embora a estratégia tenha sofrido resistências, principalmente pela ausência de uma cultura de cooperação e associação para o trabalho entre os assentados, a proposta se manteve.

Atualmente o MST agrega ao cooperativismo produtivo, outras formas menos complexas de associação dos assentados. As estratégias utilizadas vão desde

a cooperação na comercialização, consumo, obtenção de crédito, passando pela formação de núcleos familiares entre assentados de lotes próximos para discussões cotidianas ou simples socialização. Essas iniciativas não se configuram em formas cooperativas clássicas, mas ajudam a diminuir o isolamento individualista, estimulam discussões coletivas e despertam para a importância da participação e organização coletiva (CUNHA, 2002).

Entre as instituições surgidas na década de 1990, a primeira a despontar no cenário da economia solidária foi a ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária. Criada em 1994, tinha como objetivo prestar assessoria técnica e de formação, conforme princípios de autogestão, aos trabalhadores de empresas adquiridas e administradas por eles após falências.

Em 1991, apoiada pelo Dieese – Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos, e em conjunto com sindicatos locais a ANTEAG realizou um trabalho com a empresa de calçados Makerli, de Franca, estado de São Paulo, para gerir a empresa em parceria com os trabalhadores. Essa foi a primeira iniciativa da associação conduzida a partir de experiências norte-americanas em co-gestão. Atualmente a ANTEAG possui metodologia própria que desenvolveu junto aos trabalhadores e que é transferida às empresas associadas (CUNHA, 2002).

Em nível nacional, no ano de 1995 foi criada a primeira incubadora universitária de cooperativas populares do Brasil, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Apesar da distância usual da academia às questões da sociedade que a cerca, foi através da sua integração à campanha contra a fome intitulada Ação da

Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida¹⁴ que a UFRJ se lançou no projeto da incubadora.

A COPPE/UFRJ – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reuniu professores e estudantes de graduação e pós-graduação a fim de estruturar a incubadora, que rapidamente atraiu o desejo de capacitação de outras universidades que buscavam a COPPE/UFRJ para criarem suas próprias incubadoras. Essa iniciativa foi seguida de diversas outras similares nos anos seguintes em universidades públicas e privadas.

Paralelamente, foi criada uma rede de incubadoras universitárias de cooperativas a Fundação Inter-universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - Unitrabalho. Atualmente a rede conta com 92 universidades e instituições de nível superior em todas as regiões brasileiras. Sua missão é entre outros aspectos diminuir a distância entre academia e sociedade em prol de melhores condições de vida e trabalho para as pessoas.

A missão da Unitrabalho é integrar universidades e trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho. Para isso, busca a síntese do saber da academia com o saber dos trabalhadores e, assim qualificar a organização e a ação social (ANTEAG, 2010).

Já pelo lado do movimento sindical, em 1999, foi criada a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, ligada à Central Única dos Trabalhadores¹⁵ – CUT, que surgiu com o objetivo de fomentar novas oportunidades de trabalho, à pesquisa e à criação de metodologias de educação popular.

¹⁴ A campanha Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida foi criada em 1993, desencadeada pelo Movimento pela ética na Política. A partir dela ganhou visibilidade a extensão da miséria no país. No mesmo ano de seu lançamento o IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas divulgou Mapas da Fome que identificavam a existência de 32 milhões de pessoas vivendo em condições de indigência no Brasil (COSTA e PASQUAL, 2006).

¹⁵ A entrada da Central Única dos Trabalhadores no campo da economia solidária se deu através de muitos enfrentamentos. Havia, e ainda há, forte resistência de parte da central sindical quanto a implementação de ações de economia solidária, sobretudo por parte de setores mais à esquerda. Seus opositores entendiam que o foco da central deveria ser a luta pela ampliação do emprego formal e não por formas precarizadas de trabalho, apartadas de direitos trabalhistas, como reconheciam as experiências de economia solidária (ZARPELON, 2003).

Paralelamente à criação das instituições acima mencionadas, nos anos 1990, foram realizados uma série de encontros que tiveram como tema a economia solidária. As discussões em torno da nova expressão do trabalho aumentavam a visibilidade para o fenômeno e ampliavam o alcance do debate.

Na década seguinte, o setor público se insere nesse processo. Em 2001 pela primeira vez um estado brasileiro institui uma política pública de economia solidária através do Programa de Economia Solidária do estado do Rio Grande do Sul. Esta iniciativa revelou o poder público como “ator afirmativo” da economia solidária.

Antes, porém, algumas ações já vinham sendo implantadas no estado do Rio Grande do Sul, através da criação de setor específico para desenvolvimento de projetos ligados à economia solidária e convênios com instituições como a ANTEAG, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ITCP/COPPE-UFRJ, universidades regionais e EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Além disso, o governo do estado do Rio Grande do Sul começava uma discussão em âmbito partidário e a nível nacional sobre estratégias de desenvolvimento econômico com base na economia solidária. Espaço no qual lança as bases do programa de economia solidária implantado em 2001(COSTA, 2007).

É importante destacar a tradição cooperativista do Rio Grande do Sul, que desde o final do século XIX abriga inúmeras iniciativas de organização coletiva de trabalhadores. Esse passado certamente favoreceu o pioneirismo gaúcho no campo da economia solidária. Tanto o é que ao institucionalizar a política o fizeram orientada para o desenvolvimento econômico e social e não como política assistencial. Seus idealizadores a vislumbravam como espaço de atuação concreta e reconheciam nela possibilidades de transformação social (COSTA, 2007).

As discussões sobre economia solidária no Rio Grande do Sul são anteriores a implantação da política. Desde 1998 iniciaram as primeiras iniciativas que resultaram na implantação do programa estadual. Os debates em espaços partidários de discussão e formação, contribuíram ainda para ampliação do conhecimento sobre a economia solidária para todos os estados da federação, mesmo que limitadas aos militantes de um único partido.

Após essa primeira iniciativa, os governos fossem eles federal, estadual, ou municipal, se associaram às incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, de forma a utilizarem o conhecimento adquirido em seus processos de incubação para os empreendimentos de suas cidades ou estados, numa ação de transferência de tecnologia social.

Já no campo político é a partir dos anos 2000 que a economia solidária ganha visibilidade em mais espaços de mobilização. Em 2001 tem início em Porto Alegre o primeiro Fórum Social Mundial – FSM , que tinha como meta fazer um contraponto ao Fórum Econômico de Davos.

A Economia Solidária também esteve inserida nos debates realizados no fórum, e nessa ocasião foi criado um Grupo de Trabalho específico sobre a temática da Economia Solidária. O espaço do FSM permitiu uma maior integração política e organizativa dos militantes da temática e possibilitou maior integração nacional e contatos internacionais acerca das experiências que vinham se desenvolvendo em várias partes do mundo, além do Brasil.

No ano seguinte, 2002, no segundo FSM, foi realizada a primeira plenária da economia solidária. Iniciou-se naquela ocasião um processo de discussão dos documentos marco do movimento da economia solidária que apresentavam suas metas e princípios: a plataforma da economia solidária e a carta de princípios do movimento.

Em 2003, como resultado do terceiro FSM, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. Diversos fóruns estaduais, municipais foram criados desde então em todo o país. Neste ano, após discussão em 18 estados

brasileiros a plataforma e a carta de princípios são aprovadas pelo movimento da economia solidária.

Ainda em 2003 com a eleição de um governo de origem da classe trabalhadora, o movimento da economia solidária encontrou bases propícias para pressionar o Estado para a formulação de políticas públicas de economia solidária em nível nacional. O resultado das pressões do FBES foi a criação da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Posteriormente, em junho de 2003, foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES, concebido como órgão consultivo e propositivo de interlocução entre setores do governo e da sociedade civil que atuam na economia solidária.

Desde então foram realizados pela SENAES dois mapeamentos dos empreendimentos de economia solidária existentes no Brasil, um em 2005 e outro em 2007 e em 2010 está sendo realizado um novo levantamento cujos dados devem estar disponíveis para consulta em 2011.

No último mapeamento, realizado em 2007, existiam no Brasil 21.857 empreendimentos mapeados. Desses, cerca de 43% localizados na região Nordeste do país e o Rio Grande do Sul era o estado da Federação com maior número de empreendimentos mapeados, 2.713.

Em nível nacional, se considerarmos os empreendimentos de atuação nos meios rural e urbano e aqueles que atuam exclusivamente no meio rural, mais de 65% dos empreendimentos de economia solidária desempenham atividades ligadas ao campo. Declarados com atuação exclusiva no meio rural foram identificados 48% dos empreendimentos, 17% declararam desenvolver atividades no meio rural e urbano e 35% atuam no meio urbano.

Tabela 1 - Percentual de empreendimentos segundo área de atuação, Brasil e Grandes Regiões 2005 e 2007.

Brasil, Grandes Regiões	Rural	Urbana	Rural e Urbana
--------------------------------	--------------	---------------	-----------------------

Norte	51,2	29,5	19,3
Nordeste	62,8	22,9	14,3
Sudeste	25,8	59,6	14,5
Sul	36,4	40,6	23,0
Centro-Oeste	41,6	37,5	20,9
Brasil	48,3	34,6	17,1

Fonte: MTE/ Secretaria Nacional de Economia Solidária

Elaboração: DIEESE

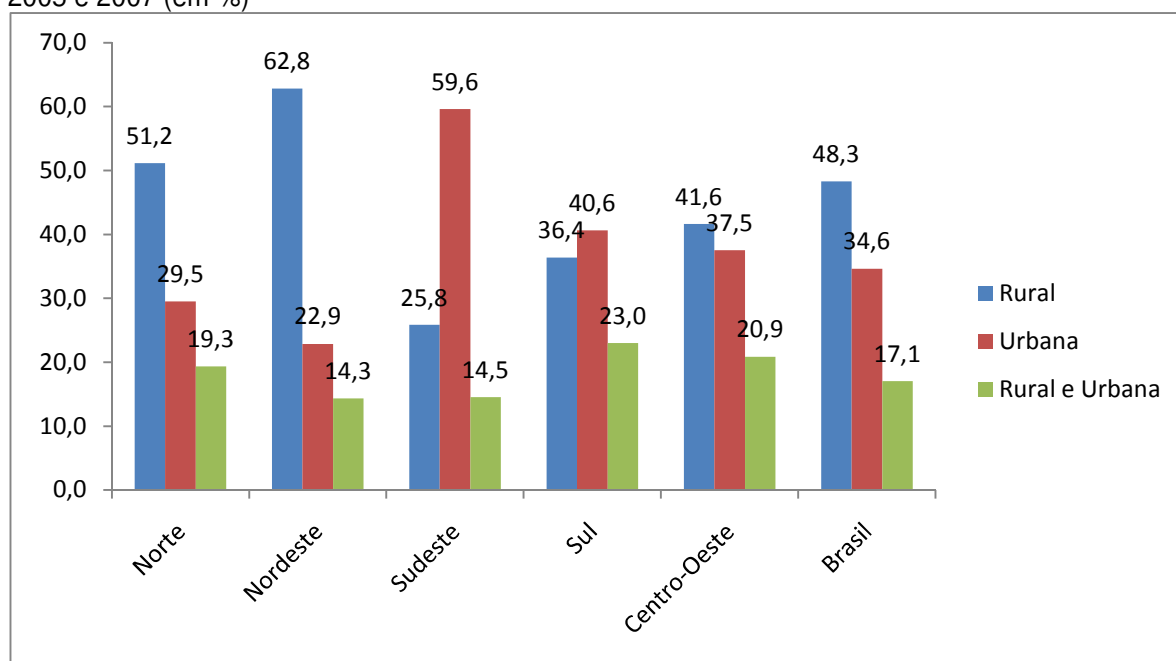
Obs.: a) O número total empreendimentos econômicos solidários é igual a 21.587. Deste total apenas 94 não declararam área de atuação.

b) Considerados somente os empreendimentos com informação para área de atuação.

Esse resultado reflete a expressiva presença de empreendimentos rurais em quase todas as regiões do país. As exceções são verificadas nas regiões Sul e Sudeste. Na região Sul, embora exista 36,4% dos grupos em áreas rurais a diferença para os empreendimentos de atuação urbana não é tão grande (40,6%), principalmente se observarmos que 23,0% dos empreendimentos possuem atuação mista, nos meios rural e urbano.

Já na região Sudeste essa relação se inverte, pois quase 60% das iniciativas são urbanas e apenas 25,8% delas estão no meio rural. Retrato inverso da realidade do Nordeste brasileiro.

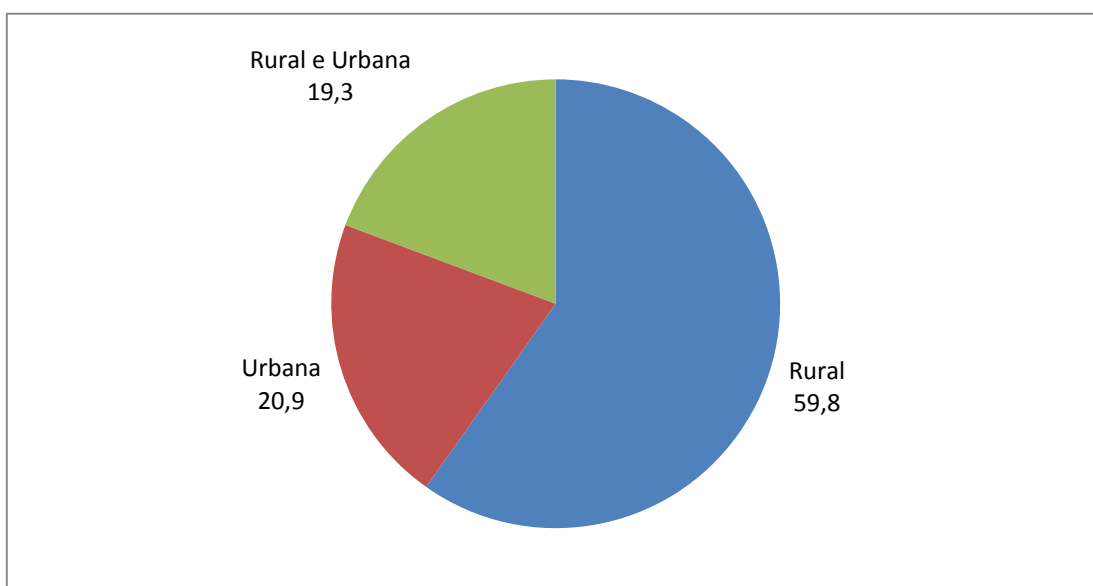
Gráfico 1 – Distribuição de empreendimentos segundo área de atuação, Brasil e Grandes Regiões, 2005 e 2007 (em %)



Fonte: MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária
Elaboração: Dieese

Quanto a formalização dos empreendimentos, a maior parte daqueles que conseguem atuar de forma legal, 59,8% são empreendimentos rurais. Isso pode ser observado pelo número de empreendimentos que possuem CNPJ segundo sua área de atuação, conforme demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição dos empreendimentos com CNPJ segundo área de atuação, Brasil 2005 e 2007 (em %).



Fonte: MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária

Elaboração: Dieese

Contudo, as cooperativas representam menos de 10% do total de empreendimentos de economia solidária conforme respostas obtidas do mapeamento 2007. A forma principal de organização é a associação, que embora não seja o modelo jurídico mais adequado é aquele que apresenta menores dificuldades de implementação e menores exigências tributárias.

É expressiva também a existência de empreendimentos informais, 36,7%, resultado também influenciado pela incapacidade de se submeter a pesada tributação que não apresenta nenhuma diferenciação para empreendimentos de economia solidária.

Tabela 2 - Empreendimentos de Economia Solidária segundo forma de organização 2007

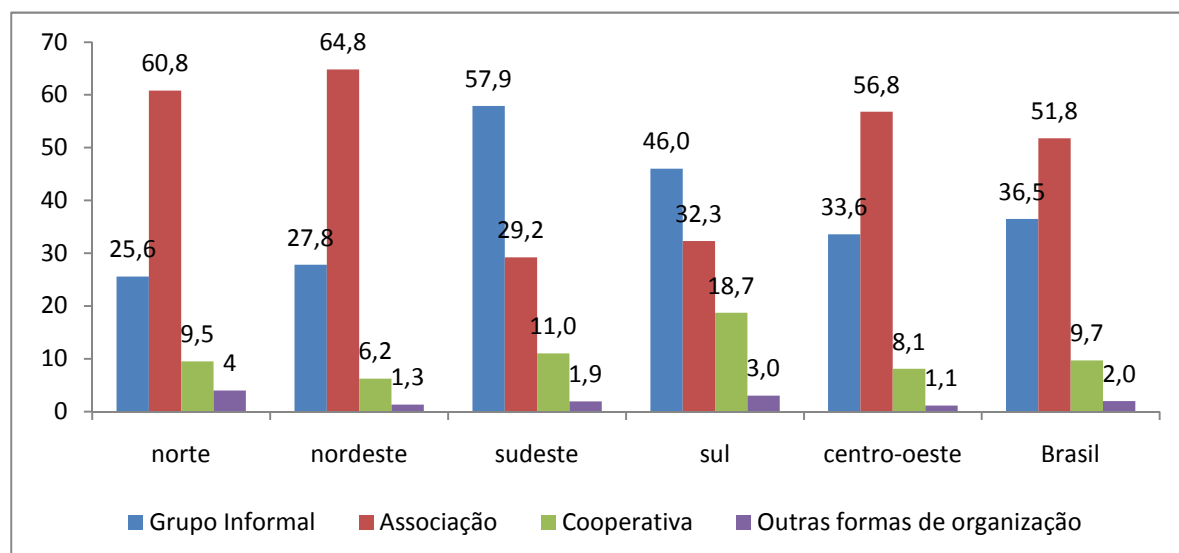
Região	Associação	Cooperativa	Grupo Informal	Outras formas de organização
Norte	1.616	253	681	68
Nordeste	6.153	586	2.640	70
Sudeste	1.144	429	2.265	51
Sul	1.158	669	1.649	86
Centro-Oeste	1.255	178	743	27
Total	11.326	2.115	7.978	302

Fonte: MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária/SIES.

A maior presença de associações, seguida de grupos informais e por fim cooperativas e outras formas de organização, na composição dos empreendimentos de economia solidária no Brasil, se repete nas regiões. As exceções novamente estão situadas nos sul e sudeste onde a maior parte dos grupos são informais.

Vale lembrar que nessas regiões as características dos empreendimentos são diferentes das demais regiões do país, principalmente em dois aspectos, quais sejam, a preponderância de grupos urbanos e a sua informalidade. Fato que talvez possa ser explicado por essas serem as regiões de maior dinamismo econômico do país, onde a competição no mercado se mostra mais acirrada e a exigência por qualidade, variedade e rapidez na entrega de produtos e serviços são maiores, entre outros aspectos.

Gráfico 3 – Distribuição dos empreendimentos segundo forma de organização, Brasil e Grandes Regiões 2005 e 2007 (em %).



Fonte: MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária
Elaboração: Dieese

Quanto a motivação para a formação de grupos de economia solidária a maior parte deles declara a “alternativa” ao desemprego como principal elemento motivador. Observa-se também que esta motivação está mais presente nos empreendimentos de atuação urbana. Um dado interessante é que a principal motivação entre os empreendimentos rurais para formação de empreendimentos de economia solidária, cerca de 22%, é a exigência dessa formação para obtenção de crédito.

Tabela 3 - Proporção de empreendimentos segundo motivação para sua criação, por área de atuação, Brasil 2005 e 2007 (em %).

Motivação	Rural	Urbana	Rural e Urbano	Total
Uma alternativa ao desemprego	20,4	49,6	26,5	31,5
Obter maiores ganhos em um empreendimento	19,9	8	19	15,6
Uma fonte complementar de renda para os/as associados/as	12,5	15,3	17,4	14,3
Desenvolver uma atividade onde todos são donos	8,7	5,6	7,0	7,3
Condição exigida para ter acesso a financiamentos	22,4	2,7	9,5	13,4
Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	0,2	0,7	0,2	0,4
Motivação social, filantrópica e religiosa.	2,3	6,3	4,2	4
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	5,9	4,5	5,1	5,3
Alternativa organizativa e de qualificação	4,7	3,4	6	4,5
Outra	2,9	3,8	5	3,6
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária

Elaboração: DIEESE

Obs.:a) Considerados apenas os empreendimentos com informação para área de atuação e forma de organização.

b) Optou-se por considerar somente o principal motivo declarado.

Contudo, não são todos os grupos conseguem remunerar seus membros. No mapeamento do MTE/SENAES, quando questionados sobre a capacidade de remuneração dos sócios, entre os que responderam à pergunta, 4.634 empreendimentos afirmaram não conseguir remuneração.

Tabela 4 - Capacidade de remuneração dos empreendimentos, Brasil e Grande Regiões - 2007

Região	Consegue Remunerar	Não Remunera
Norte	1.339	498
Nordeste	4.660	2.345

Sudeste	2.821	753
Sul	2.158	481
Centro-Oeste	1.242	557
Brasil	12.220	4.634

Fonte: MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária/SIES.

Na tabela 5, observamos as classes de faturamento mensal por grandes regiões brasileiras por empreendimentos mapeados. Vimos que 6.754 empreendimentos não tiveram qualquer faturamento, isso representa mais de 30% dos empreendimentos mapeados.

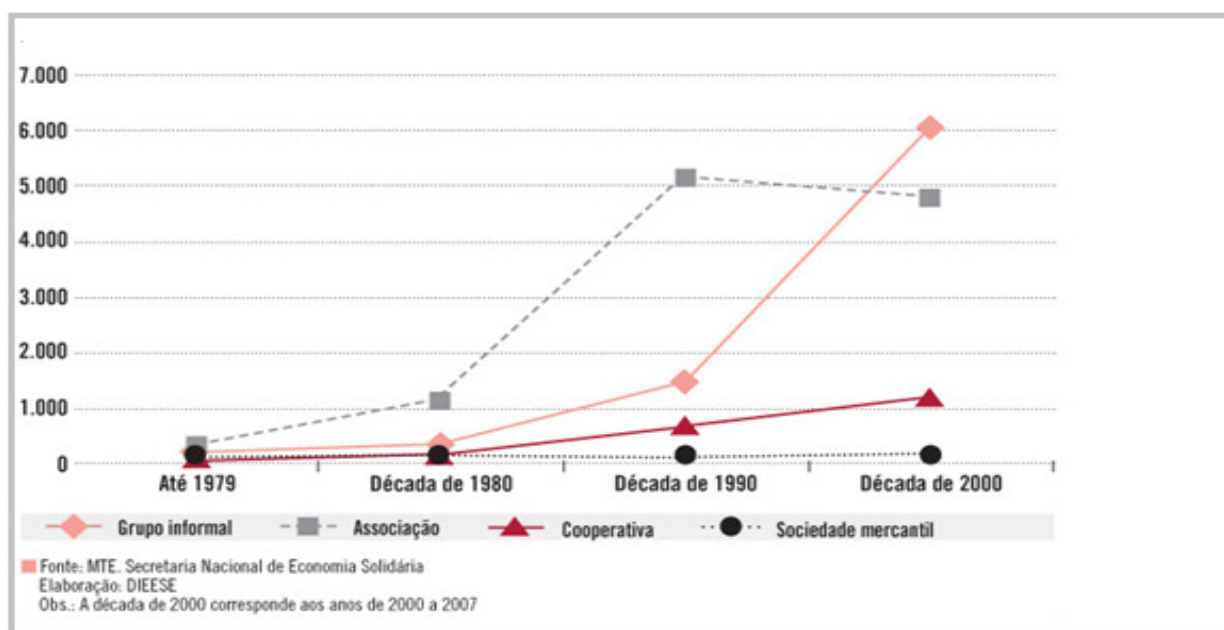
Tabela 5 - Classes de faturamento mensal dos empreendimentos, Brasil e Grandes Regiões 2007.

Região	Classe de Faturamento						
	Sem faturamento	Até 1.000	De 1.001 a 5.000	De 5.001 a 10.000	De 10.001 a 50.000	De 50.001 a 100.000	Mais de 100.000
Norte	901	428	637	218	330	61	81
Nordeste	2.751	1.479	2.358	969	1.319	261	361
Sudeste	1.192	661	963	379	495	92	130
Sul	1.235	538	877	327	439	67	100
Centro-Oeste	675	359	535	194	297	67	83
Brasil	6.754	3.465	5.370	2.087	2.880	548	755

Fonte: MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária/SIES.

O crescimento dos empreendimentos de economia solidária, conforme mencionado anteriormente, também foi constatado a partir do surgimento de novas iniciativas de associação. Conforme destacamos o surgimento de empreendimentos de economia solidária começa a partir dos anos 1980, quando ocorre um pequeno aumento no quantitativo de associações. Nos anos 1990 há uma elevação significativa no número de grupos informais e cooperativas e uma explosão de associações. No caso das associações uma ressalva deve ser interposta, pois em muitos casos, empreendimentos e entidades de assessoria e fomento se misturam, o que pode dar a nuance dessa elevação.

Gráfico 4 – Número de Empreendimentos segundo período que tiveram início, por forma de organização – Brasil 2005 e 2007 (em números absolutos)



Fonte: MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária
Elaboração: Dieese
Obs: a década de 2000 corresponde aos anos de 2000 a 2007

Já nos anos 2000, a explosão verificada ocorre no quantitativo de grupos informais somado a uma elevação também significativa no número de cooperativas. Esses dados revelam o cenário de grande difusão da economia solidária no país, inclusive com o apoio do setor público.

O crescimento das instituições de assessoria e fomento também pôde ser confirmado nesse mapeamento, pois, mais de 72% dos empreendimentos de economia solidária mapeados possuem acesso às formas de apoio ofertadas por essas instituições. Na Região Sul onde se verifica maior tradição em atividades cooperativas e maior dinamismo do poder público no fomento às iniciativas de economia solidária, a presença de entidades de assessoria e fomento é de tal monta que menos de 20% dos grupos não possuem apoio ou assessoria dessas instituições.

Tabela 6 - Empreendimentos de Economia Solidária por acesso à apoio de entidades de assessoria e fomento 2007.

Região	EES_com_acesso	EES_sem_acesso
Região Norte	1.755	901
Região Nordeste	6.824	2.674

Região Sudeste	2.962	950
Região Sul	2.880	703
Região Centro-Oeste	1.465	745
Total	15.886	5.973

Fonte: Fonte: MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária/SIES

Sabemos que não é recente a tentativa de construção de um mundo melhor para se viver, bem como a busca por novas formas de trabalho mais emancipadoras. Também é fato que as transformações socioeconômicas recentes da sociedade capitalista impulsionaram o surgimento da economia solidária.

O rápido processo de desenvolvimento da economia solidária mostrado acima, revela também, que esta é uma experiência nova, em franco processo de transformação e da qual somos sujeitos de seu desenvolvimento, seja na produção, formação, incubação, assessoria, fomento ou pesquisa.

Essa contemporaneidade torna mais complexa a análise do processo em questão, sobretudo por tratar-se de um fenômeno que ainda não é consenso entre a própria militância, profissionais e estudiosos da economia solidária. Dessa forma, o próximo passo desse trabalho é buscar a compreensão do quem vem a ser economia solidária. Identificar os conceitos atribuídos à prática da organização coletiva ancorada em valores de autogestão e solidariedade, suas aproximações e distanciamentos.

2.5 As diversas denominações da economia solidária

Como vimos, as intensas transformações ocorridas no mundo do trabalho ao longo das últimas duas ou três décadas resultaram na diminuição do emprego formal e na condução de parcelas importantes da população, especialmente as mais vulneráveis, à atividades informais, desprotegidas, às vezes de caráter familiar, às vezes inseridas em relações de solidariedade recíproca, mas indubitavelmente resultantes de um esforço pessoal de produzi-las enquanto

geradoras de riqueza. Em suma, contingentes crescentes da massa trabalhadora se viu diante da necessidade e da responsabilidade, de criar condições de sobrevivência ancoradas na perspectiva empreendedora. A economia solidária surge nesse contexto.

O termo economia solidária apareceu no Brasil pela primeira vez nos anos 1990, cunhado por Paul Singer, economista, doutor em sociologia, uma das personalidades mais carismáticas do movimento da economia solidária e atual Secretário Nacional de Economia Solidária (MOTTA, 2004).

Embora possua uma série de outras denominações para a mesma manifestação política-econômica-social, o termo economia solidária é atualmente o mais largamente utilizado.

Todavia, são inúmeras e diversificadas as experiências que provém como desfecho de um mesmo contexto político, social e econômico. Também distintas são as denominações a essas experiências: economia solidária, socioeconomia solidária, economia dos setores populares, economia social e até mesmo empreendimentos econômicos solidários, numa referência à experiência concreta dos grupos produtivos, são denominações que carregam conceitos e distinções marcados ora por certo rigor, ora por sutilezas.

De toda forma, a existência de outras denominações demonstra que embora haja um consenso em abrigar-se sob a denominação da economia solidária existem divergências de concepções. Nada, contudo, que ultrapasse as questões centrais nas quais se ancoram princípios e valores da economia solidária.

É importante notar que cada um desses conceitos é vinculado a um ou mais teóricos-militantes da economia solidária e das demais denominações apresentadas. Essa vinculação revela uma ação política que é marca do

movimento da economia solidária¹⁶. Os teóricos, professores universitários, pesquisadores e militantes que atuam nesse campo forjam nesses conceitos suas concepções de sociedade.

Neste ponto do trabalho trataremos das características, princípios básicos ou metas dos diferentes conceitos até aqui apresentados.

A economia solidária é o conceito mais utilizado, e está relacionado a Paul Singer. Reflete um conjunto de experiências cujo princípio básico repousa na propriedade coletiva dos meios de produção, na adesão livre e voluntária dos sócios, na democracia participativa e na liberdade para permanecer ou não no grupo produtivo, associação ou cooperativa.

Destaca-se também que as diversas experiências se ancoram em diferentes formas de organização jurídica: associações, cooperativas, empresas de auto-gestão e até mesmo organizações informais. O cooperativismo é o formato jurídico de referência, mas não é o único. Pois como vimos nos dados do mapeamento da economia solidária, menos de 10% dos empreendimentos estão adotam o formato jurídico de cooperativa.

Ao compreender a economia solidária como uma possibilidade real de geração de trabalho e renda, seus idealizadores a vislumbram também como uma forma de difundir um novo modo de organização da atividade econômica, ou ainda, em outras palavras, um novo modo de produzir, numa perspectiva econômica, política e militante. Não se trata apenas de um movimento econômico, é também um movimento social.

Contudo, para atingir esse objetivo, ou seja, gerar trabalho e renda numa perspectiva de solidariedade mútua, sua atividade produtiva está inserida na economia existente, a economia capitalista. A concepção da economia solidária, portanto, é a da transformação das relações de trabalho, através da

¹⁶ O movimento da economia solidária é formado por três segmentos: empreendimentos econômicos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos.

propriedade coletiva, inspirada por relações de cooperação e solidariedade mútua, que ampliadas para contingentes maiores de pessoas conduziria a uma transformação sistêmica e produziria um novo modelo de sociedade pós capitalista. Assim, a economia solidária se apresenta como um instrumento de transformação da sociedade.

A grande diferença, em relação às revoluções anteriores, está em que, na economia solidária, não é preciso esperar pela tomada do poder político, mas ela é parte da revolução, ela mesma é parte da transição e da construção do socialismo. (NUÑEZ, 1997 apud CUNHA, 2003, p. 63)

Nesse sentido, a perspectiva da economia solidária é a transformação da sociedade capitalista a partir de seu próprio interior, sem revolução violenta e tomada do poder político. Tal transformação se daria de forma pacífica através de uma revolução social dos valores e princípios da economia solidária.

A socioeconomia solidária, por sua vez, aparece como uma reconceitualização da economia solidária, a partir de outros paradigmas. Sua diferença da economia solidária está na ênfase ao sentido social que deve ter a verdadeira economia, a partir da origem etimológica da palavra (WALTIER, 2004).

Arruda é um dos principais autores brasileiros que defendem essa concepção. Para ele a economia deve ser compreendida como a “arte de cuidar da casa”. Concebe essa perspectiva a partir do desejo do fim da acumulação capitalista e num tom associado à religiosidade cristã. Em suma, apresenta uma economia voltada para a satisfação das necessidades, que por sua vez são limitadas. Essa economia do “suficiente sustentável” é voltada para necessidades humanas e sociais e não para acumulação: a socioeconomia solidária (ARRUDA, 2006).

Numa economia que “cuida da casa” seus sujeitos são, conseqüentemente, os habitantes da casa, a família. Uma contradição para a forma de organização do capitalismo que difunde a cultura do individualismo. Mas ao contrário dessa premissa, a socioeconomia solidária tem como valor a auteridade, a preocupação com o outro que privilegia uma outra cultura, uma nova sociabilidade baseada na solidariedade e não na competição.

A cultura da socioeconomia [solidária] reinventada é a da valorização da diversidade com base para a elaboração de projetos em comum e da colaboração para torná-los realidade. Esta é também a cultura do respeito ao outro, do acolhimento, da busca de complementaridades que enriqueçam o que sou e tenho, a fim de que juntos e conscientemente solidários, sejamos mais e melhores do que temos e somos individualmente. A cultura da colaboração solidária é também a cultura do amor. Não “caridade”, não enamoramento, não paixão instintiva, mas o fenômeno natural e biológico do amor (ARRUDA, 2006, p. 66-67).

Já a economia Popular Solidária designa uma série de atividades que não visam à acumulação de capital, mas à satisfação de necessidades básicas ou à melhoria da qualidade de vida de seus integrantes. Seu sentido ético político, de forma semelhante à socioeconomia solidária, é a reprodução ampliada da vida. Assemelha-se também à economia solidária por assumir igualmente os ideais de solidariedade que permeiam as relações econômicas.

A diferença da economia popular solidária dos demais conceitos está na compreensão de que seus sujeitos não são apenas os trabalhadores que estão nas cooperativas ou empreendimentos solidários, mas todos aqueles que de forma direta ou indireta participam do processo de reprodução ampliada da vida (WALTIER, 2004).

Outra diferença da Economia Popular Solidária é que ela abrange as iniciativas econômicas baseadas em relações de solidariedade mútua especificamente dos setores populares. Ademais, é ampla, difusa, heterogênea e ambígua, o que dificulta sua interpretação (LISBOA, 2005).

Por tudo isso, a economia popular solidária não deve ser confundida com a economia informal cuja racionalidade é a flexibilização das relações entre trabalho e capital. Ela não envolve apenas trabalhadores desempregados, mas também aqueles, que devido a baixos salários, procuram alternativas de ampliação da renda, através de uma rede de solidariedade que garante a sobrevivência. Aqueles que fazem parte da economia popular podem ter dedicação exclusiva ou complementar à atividade profissional, a fim de garantir a subsistência ou melhorar o nível de renda do trabalhador.

O fato de pertencer ao setor popular não faz de um trabalhador informal parte da economia popular. O que faz da economia popular também solidária é a adesão ao conjunto de regras e princípios que norteiam a atividade produtiva.

Podemos identificar nessa categoria vendedores de doces, consertos diversos, artesanato de forma periódica ou sazonal, empregados domésticos, ou seja, uma série de atividades fragmentadas e heterogêneas. Kraychete, um dos autores que utilizam a denominação de economia dos setores populares, sintetiza as características desse conceito.

[...] convencionamos designar por economia dos setores populares as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados à prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. No âmbito dessa economia dos setores populares convivem, além das atividades realizadas de forma individual ou familiar, as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não, a exemplo das cooperativas, empreendimentos autogestionários, oficinas de produção associada, centrais de comercialização de agricultores familiares, associações de artesãos, escolas e projetos de educação e formação de trabalhadores, organizações de micro-crédito, fundos rotativos, etc. Esta designação, portanto, pretende expressar um conjunto de atividades heterogêneas, sem idealizar, a priori, os diferentes valores e práticas que lhes são concernentes (KRAICHETE, p.1, 2000).

Em suma, o que parece ser o ponto central do conceito de economia popular solidária é sua referência aos seus atores sociais. A base comunitária, os excluídos dos processos produtivos formais, os mais pobres, configuram-se no eixo central dessa terminologia, que associada aos princípios e valores da solidariedade, da cooperação, da autogestão, apresentam o contorno de seu conceito ideal.

Uma forma peculiar de designar o movimento das transformações do mundo do trabalho que resultam em formas de organização econômicas atípicas como as que foram apresentadas até aqui é a denominação dos próprios grupos produtivos, como empreendimentos econômicos solidários. Gaiger é um desses autores que não se atém a um modelo específico de economia solidária, mas sim às análises empíricas da realidade baseadas em experiências sociais concretas.

Esse autor preocupa-se com as condições técnicas e econômicas que garantam a viabilidade do empreendimento. A formação para o trabalho e a forma como ele está organizado. Voltam-se, como já destacado, para as questões empíricas do funcionamento do empreendimento e menos para as nuances das diversas nomenclaturas.

A eficiência de uma organização econômica diz respeito à sua capacidade de preservar-se e consolidar-se em resultado do seu funcionamento. Refere-se a aspectos da operação econômica que garantem a sobrevivência do empreendimento no presente e não a comprometem no futuro próximo. Implica assim requisitos básicos em vista da solvência do empreendimento: não remunerar o trabalho de forma insuficiente e insatisfatória; não contrair dívidas acima da capacidade de adimplência; não consumir os ativos (capital de giro, por exemplo) e dilapidar o empreendimento; não retrair as atividades econômicas irreversivelmente; não ampliar situações de dependência financeira ou institucional. A eficiência comporta uma série de ações, cuja efetividade pode ser considerada como um indicador positivo: Utilização de técnicas de contabilidade e de gestão econômico-financeira; Existência de estratégias de produção e de comercialização; Inversões na qualificação dos recursos humanos; Autonomia econômico-financeira e institucional; Preservação econômica do empreendimento; Melhoria nas condições gerais de vida dos associados; Preservação do quadro social do empreendimento.

A sustentabilidade do empreendimento diz respeito à sua capacidade de gerar condições de viabilidade e prosseguir funcionando a médio e longo prazo. Envolve aspectos internos e externos, mas exclui aquelas estratégias que simplesmente adiam compromissos assumidos ou transferem determinados custos da operação à sociedade, como o emprego de tecnologias baratas e poluentes ou a depredação do ambiente natural. A sustentabilidade implica um nível de desempenho que não produza os benefícios esperados apenas à custa de insolvências futuras, a exemplo da usura do trabalho e da depreciação de máquinas e equipamentos. A sustentabilidade requer um conjunto de ações, em vista da perenidade do empreendimento: autosuficiência econômico-financeira; capacidade de investimento; incremento produtivo planejado; educação e a qualificação permanente dos trabalhadores; ampliação social do empreendimento; preservação de articulações e de parcerias estratégicas; emprego de tecnologias limpas e de processos compatíveis com o ambiente natural (GAIGER, 2008a, p. 66-67).

Contudo, não ignora características fundamentais que traduzem esse tipo de organização dos trabalhadores ao qual esse trabalho se refere.

As ações que se relacionam ao incremento ou ao crescimento do empreendimento associativo merecem um esclarecimento. Não se trata de aderir à perspectiva de acumulação incessante típica das empresas capitalistas, tampouco ao paradigma que vê o crescimento econômico como uma finalidade inquestionável, uma tendência natural e um caminho obrigatório para resolver os grandes problemas do desenvolvimento. Trata-se de reconhecer que algum grau e algum tipo de crescimento são indispensáveis à consolidação e à viabilidade das empresas econômicas formadas por trabalhadores (GAIGER, 2008a, p. 67).

Gaiger ao destacar a importância da gestão, da eficiência e da viabilidade dos empreendimentos produtivos, do campo da economia solidária, deixa claro a perspectiva de compreender a sua organização a partir da sua experiência concreta e não através da conceituação do fenômeno. O fundamental nessa ótica é a superação das fragilidades dos grupos com vistas à conquista da autonomia.

No caso dos empreendimentos associativos, o incremento quantitativo e qualitativo em geral é demandado como forma de superar suas inúmeras fragilidades. Muitos deles, em seus inícios, apenas garantem a subsistência dos trabalhadores, impondo para isso renúncias e sacrifícios que não se podem eternizar. A sua consolidação econômica, tanto quanto a conquista de autonomia, supõe um desenvolvimento em distintas frentes, tais como o aproveitamento sistemático dos saberes práticos existentes, o aperfeiçoamento tecnológico, as melhorias na gestão, o aumento da produtividade do trabalho e a ampliação da capacidade de poupança (GAIGER, 2008a, p. 68).

Um conceito pouco utilizado no Brasil, mas que influencia os teóricos brasileiros da economia solidária é o de Economia Social. Este conceito é muito utilizado na Europa, principalmente na França e diferente da realidade brasileira, e do restante da América Latina, está vinculado à crise do Estado de providência.

Caracteriza-se por compor um conjunto de empresas cujas atividades produtivas respondem a princípios prioritários: adesão livre, democracia interna, lucratividade limitada, respeito à dimensão humana. Ademais, tem o propósito de corrigir os efeitos sociais da difusão do mercado, de conciliar interesse e justiça. (WALTIER, 2004).

Possui uma forte relação com o Estado que financia vigorosamente suas iniciativas e está ancorada numa solidariedade distribuidora, mas que se distingue da filantropia, e é criticada por se aproximar demais da economia capitalista.

De toda forma, Lechat argumenta que é difícil definir o que o conceito de economia social pode abranger, na medida em que há mais de um século referiu-se a diferentes manifestações. Utiliza-se da conceituação de Guélin,

autor francês que estuda a temática, como possibilidade de entendimento da sua manifestação.

Quanto à definição atual da Economia Social, segundo o mesmo autor, “ela é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros” (Guélin, 1998 apud Lechat, 2002, p. 175).

Caieiro também destaca as dificuldades de compreensão do que seja economia social. Mas adverte que o conceito está relacionado ao socialismo utópico e que sua gênese está diretamente articulada com os ideais da revolução Francesa de liberdade, fraternidade e da igualdade que resultou no início do movimento associativo ligado ao proletariado. Ressalta ainda que essa noção de economia social passa a ter mais visibilidade a partir da crise do Estado de providência.

(...) a economia social se define por um intervalo entre o Estado e o mercado, quer no sentido da concretização das acções que o Estado não pretende resolver, quer no daquelas que a economia privada não vislumbra interesses lucrativos para a sua realização (CAIEIRO, 2008, p. 64)

Todavia, mesmo diante das dificuldades de delimitação conceitual da economia social o autor apresenta, conforme citação supra, uma conceituação para o termo na qual, expõe outra faceta da questão que é a relação do terceiro setor, com a economia social e inclui-se a economia solidária. Ao apontar essa dificuldade o autor expõe elementos sensíveis nesse debate como a relação que se estabelece entre a economia solidária, o terceiro setor, o Estado e o mercado.

O conceito de economia social tem nos últimos tempos sido alvo de um intenso e animado debate, no sentido da procura de um fio condutor suficientemente forte para permitir de forma consistente entender o que se pretende significar. Tem sido também objecto de alguma dificuldade a tentativa de distinção entre economia social e os outros conceitos relacionados de uma ou outra forma com as actividades ligadas à intervenção social, especialmente o de ‘terceiro sector’, ‘organizações sem fim lucrativo’ ou ‘economia solidária’, sendo a escolha a mais das vezes fundamentada em critérios subjectivos ou pelo menos pouco concretos do ponto de vista científico. Pode, todavia, entender-se com alguma facilidade, que os conceitos de economia social, de terceiro sector e economia solidária, sejam utilizados de forma indistinta e até confusa por muitos autores que analisam esta realidade. Não se afigura fácil tal distinção e muitas vezes é mais fácil não a fazer, optando-se pelo uso indiscriminado

do termo. Aliás, parece-nos que em muitas circunstâncias a tentativa de separação que se pretende fazer não vai além de puro e pretenso preciosismo linguístico. O que prevalece para lá das questões de caracterização conceptual é a realidade social e económica em que se insere a economia social ou o terceiro sector, fundamentando-se num evidente distanciamento quer do mercado quer do Estado ainda que sem renegar a qualquer destas realidades (CAIEIRO, 2008, p. 62).

Nessa parte do trabalho foram apresentados os conceitos e denominações mais usuais no campo da economia solidária, suas significações, aproximações e distanciamentos, bem como os teóricos relacionados a essas denominações. Essa tarefa faz cumprir o objetivo específico desta dissertação de apresentar as concepções teóricas de economia solidária a partir dos diversos conceitos existentes.

Como resultado apresenta-se um breve levantamento-resumo das denominações aqui apresentadas, relacionadas aos teóricos-militantes, princípios, formas de organização, e características diferenciadoras, expostas no quadro 2.

Quadro 2 - Resumo das Denominações no campo da Economia Solidária

Expressão utilizada	Teórico-militante	Princípios	Formas de Organização	Características Diferenciadoras
Economia Solidária	Paul Singer (2002, 2004, 2006)	• Propriedade coletiva dos meios de produção; • Adesão livre e voluntária; • Solidariedade e reciprocidade;	• Associações; • Cooperativas; • Empreendimentos informais; • Empresas de autogestão; • Redes de produção e consumo; • Clubes de troca.	A economia solidária é entendida como um instrumento de transformação que levará a transição para o socialismo através da revolução cultural e social própria de sua experiência. Esse processo ocorrerá sem revolução política ou tomada do poder pela classe trabalhadora. A transformação se dará de dentro do próprio capitalismo.
Socioeconomia Solidária	Marcos Arruda(2006)	• Valorização do social em detrimento do econômico; • Democracia participativa;		Propõe a construção de uma economia voltada para a satisfação das necessidades, numa referência à origem etimológica da palavra economia. Concebe essa perspectiva a partir do desejo do fim da acumulação capitalista e num tom próximo à religiosidade cristã.
Empreendimentos econômicos solidários	Luiz Ignácio Gaiger (2001, 2003, 2008 a e b)			Sua principal preocupação não é com a conceituação do fenômeno, mas sim a gestão, a eficiência e a viabilidade dos empreendimentos econômicos solidários. Por esta razão não utiliza apenas uma denominação genérica para todos os grupos produtivos.
Economia Popular Solidária ou Economia dos Setores Populares	Gabriel Kraychete (2000)		A maioria dos existentes na ES, mas exclusivos para aqueles grupos formados por setores populares. Incluem ainda consumidores, trabalhadores que complementam sua renda nos grupos produtivos e todos os demais que de forma direta ou indireta participam da economia solidária, como por exemplo: educadores, formadores e demais profissionais que atuam nesse campo.	Voltada para os setores populares, mas diferente da economia informal.
Economia Social	Jean-Louis La Ville (2008)	• Adesão livre e voluntária; • Democracia interna; • Lucratividade limitada; • Respeito à dimensão humana; • Corrigir os efeitos sociais da difusão do mercado; • Justiça.	• Empresas; • Cooperativas.	Tem o propósito de corrigir os efeitos sociais da difusão do capitalismo e da economia de mercado através da proteção das empresas e cooperativas.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA PRINCÍPIOS E CONTRADIÇÕES

Como vimos, a economia solidária é fenômeno social novo e que carrega consigo uma série de contradições seja no que se refere aos seus princípios seja no que se refere às suas práticas.

No campo prático, das experiências concretas, há uma situação de tensão entre economia solidária e terceiro setor. Isso porque o terceiro setor é um dos conceitos que se confundem ao de economia solidária. De fato, o terceiro setor e a economia solidária no Brasil estão profundamente vinculados. Diversas experiências estão baseadas nessa forma de organização da sociedade, que vaga num espaço entre o Estado e o mercado. De toda forma, é inegável a contribuição de diversas instituições do terceiro setor no trabalho desenvolvido no âmbito da economia solidária.

Nesse sentido para uma melhor compreensão desse cenário no item 3.1.1 será feito um breve relato da forma como o terceiro setor se expande no Brasil, como desarticula o Estado num processo aqui reconhecido como a contra-reforma do Estado. Em seguida, no item 3.1.2, a partir dos elementos apresentados sobre a atuação do terceiro setor, tratar-se-á das divergências conceituais e identitárias da economia solidária com o terceiro setor, buscando, dessa forma, cumprir com o objetivo específico relacionado a essa temática.

Vimos também que a discussão mais ampla em torno da economia solidária, bem como a discussão do seu potencial de transformação sistêmica, caminho para a superação do modo-de-produção capitalista, possui algumas categorias que ora se apresentam como orientadoras do debate ora como condição necessária para a percurso proposto.

Assim, no item 3.2, busca-se analisar a adesão da economia solidária a esses princípios, em que medida se afasta deles e de que forma poderia conduzir a uma mudança no modo-de-produção vigente.

Em seguida, no item 3.3, serão apresentados a crítica da economia solidária, seus argumentos e as ponderações à sua crítica. Nesse sentido, serão apontados os pontos positivos das práticas de economia solidária e suas potencialidades. E por fim, discutir-se-ão os limites da economia solidária enquanto propulsora de um novo modo-de-produção socialista.

3.1 Economia Solidária e Terceiro Setor

3.1.1 Desarticulação do Estado brasileiro: a contra – reforma do Estado e o chamado Terceiro Setor

As relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade no Brasil são marcadas pela herança colonial. As relações econômicas, políticas e sociais estabelecidas nesse período moldaram um padrão de relacionamento cujos fragmentos estiveram presentes ao longo do processo de construção do Estado brasileiro e que, em maior ou menor grau, ainda se mantém na atualidade.

Nem mesmo a introdução do modo-de-produção capitalista no Brasil (ainda que periférico e dependente) que exige uma série de relações sociais, políticas e econômicas mais modernas impediu a conservação de seus traços iniciais (FERNANDES, 1974).

Dessa forma, as características de uma sociedade patrimonialista, baseada numa estrutura de classes estamental e rígida, marcada por privilégios dos mais poderosos, escravocrata e senhorial, resistiram.

Assim, o Estado brasileiro, em sua constituição, preservou traços das relações coloniais, representadas, sobretudo, pelo clientelismo. Mais recentemente, porém, precisamente a partir da década de 1990, passa a vigorar no Brasil e na

América Latina um “pensamento único” que propunha uma chamada reforma e inovação do Estado.

A contra-reforma se resumia na diminuição do Estado e na valorização do mercado sob o argumento da necessidade de modernização do país. Essas mudanças o tornaria mais competitivo deixando para trás as principais características atribuídas ao Estado: ineficiente, perdulário e grande demais (NOGUEIRA, 2004). Pensamento esse vinculado ao neoliberalismo e instrumental utilizado para a recomposição dos ganhos do capital, mesmo processo no qual a super-exploração do trabalho está inserida.

Esse processo “destrutivo e não conservador” como denomina Behring, ou seja, esse processo que não garantiu “saltos adiante” como nas modernizações conservadoras ou nas “revoluções passivas pelo alto”, mas sim “saltos para trás”, não pode ser caracterizado como um processo de reforma, mas de uma contra-reforma do Estado na medida em que impôs importantes retrocessos. Nas palavras de Behring o que houve foi “[...] uma contra-reforma do Estado que implicou num profundo retrocesso social, em benefício de poucos” (BEHRING, 2003, p. 22 e 23).

Nesse sentido, o resultado dessa ofensiva foi a desvalorização da política e o afastamento da sociedade das questões centrais da vida brasileira, isto é, representou um freio no avanço da vida democrática no país. Assim, o sistema político evoluiu como uma democracia sem sociedade e sem Estado (NOGUEIRA, 2004).

Ao passo da redução do Estado, vivenciou-se a partir de então um agravamento da questão social, sem produzir um Estado efetivamente melhor. O sistema “reformista” baseou-se no ajuste e fracassou na tentativa de apresentar um projeto nacional para o país e acabou por fracionar a vida política (NOGUEIRA, 2004).

Para dar coerência ao pensamento de descentralização, os defensores desse novo Estado, apresentam idéias de participação, cidadania e sociedade civil.

Nesse sentido, participação e sociedade civil passaram a significar a consciência benemerita dos cidadãos, dos grupos, das empresas, das associações (NOGUEIRA, 2004).

Diante desse cenário os movimentos sociais assumem uma posição pragmática, com expectativas menos exigentes e mais voltadas para a gestão que para a oposição e proposição de políticas públicas.

É nesse contexto de redução do Estado que surge o chamado “terceiro setor”, expressão essa que segundo Montaño possui como característica fundamental uma carência de rigor teórico e cuja existência possui capacidade de desarticulação do social de modo a dividir a realidade social em três esferas: o Estado, o mercado e a sociedade civil (MONTAÑO, 2002).

Contudo, antes de analisar as características do chamado “terceiro setor” é preciso situá-lo na conjuntura política e econômica mundial, repetidamente pontuada neste trabalho a fim de não perder o fio condutor e histórico dos processos analisados.

Montaño afirma que o “terceiro setor” é resultado do processo de reestruturação do capital na medida em que se apresenta como uma opção teórico-metodológica capaz de responder às demandas das questões sociais. Assim, faz parte das medidas para a contra-reforma do Estado amparada pela suposta escassez de recursos do Estado e pela existência de uma nova questão social da qual o terceiro setor seria mais apto e competente para solucioná-la (MONTAÑO, 2002).

Nesse contexto a responsabilidade de resposta à questão social deixa de ser do Estado e passa a ser do indivíduo. Cabe a este último atender suas próprias demandas, solucioná-las, satisfazê-las. O contrário, ou seja, a impossibilidade de uma resposta individual, é taxado como fracasso ou incompetência. O aspecto valorativo passa a ser o espírito empreendedor.

Contudo, a assistência, ou os serviços que não são atrativos à iniciativa privada, permanecem sendo de responsabilidade do Estado, que cumpre sua função de forma precária. Já aqueles que podem ser pagos, são privatizados, como é o caso dos serviços de saúde. Isso mostra que há uma profunda diferença entre o padrão universalista e fortemente fundado no Estado, próprio do *welfare state* e o padrão da política social no contexto neoliberal que desresponsabiliza o Estado, desonera o capital e auto-responsabiliza o cidadão (MONTAÑO, 2002).

Diante desse quadro, o chamado “terceiro setor” teria o papel de ocupar o lugar de um Estado ineficiente, corrupto, rígido, burocrático dando espaço a uma instituição mais dinâmica, democrática, flexível e popular, capaz de atender as demandas específicas de regiões e categorias sociais.

Situado o papel do Estado para os neoliberais, e a função do terceiro setor, podemos voltar ao debate conceitual. O autor aponta que o terceiro setor, como vimos, assume a função de resposta às demandas sociais que antes eram de responsabilidade do Estado, ancorado nos valores da solidariedade local, auto-ajuda, ajuda mútua e ao mesmo tempo repudiando e substituindo os valores de solidariedade social, universalidade e direito de serviços cidadão (MONTAÑO, 2002).

Isso demonstra que há, portanto, como afirma o autor um equívoco conceitual na utilização do termo setor no lugar do termo função social. Contudo, tal equívoco, bem como adverte o autor, não pode ser encarado como um “acidente teórico”, o que está no centro da questão é a desarticulação do Estado e a apresentação do mercado como resposta às demandas sociais; e não o simplório e funcional argumento da organização da sociedade civil (MONTAÑO, 2002).

O resultado da desarticulação do Estado é trágico para a questão social, pois, não apenas limita as ações da política social, como as piora fortemente.

[...] as limitações que existiam no padrão anterior de resposta à “questão social” não apenas não são resolvidas pela reestruturação liberal, mas em

muitos casos são agravadas; assim: a má distribuição e baixa cobertura dos programas sociais; o caráter predominantemente contratualista (excluindo os não contribuintes); a estratificação de benefícios, reproduzindo as desigualdades; a inexistência de um enfoque redistributivista da política social; ausência de proteção econômica para o desempregado; um padrão financeiro perverso, insuficiente e regressivo [...] é caracterizado pela primazia de “programas assistencialistas de caráter apenas suplementar e emergencial, dirigidos apenas para os pobres (MONTAÑO, 2002, p.194).

Esse cenário é produzido a partir de cortes sistemáticos dos recursos de financiamento dos programas estatais da área social. A redução dos recursos e o desvio deles, através de mecanismos fiscais como a Desvinculação de Receitas da União – DRU, no caso brasileiro, fazem minguar os recursos da seguridade, ao passo que descaracterizam as conquistas obtidas na Constituição de 1988 (BEHRING, 2008).

Esse processo de redução dos recursos destinados à política social é encarado como um processo natural e necessário, diante da necessidade urgente de modernização do Estado. Ademais, esse processo é visto como uma “passagem da intervenção estatal para a intervenção comunitária na área social” (MONTAÑO, 2002, p. 22). Dessa forma, a diminuição de recursos se apresenta como uma compensação diante do crescimento da sociedade civil.

Contudo, o que se constata é que as ONG’s, em sua maioria, não tem capacidade de auto-financiar suas atividades. Sua existência depende do financiamento estatal o que refuta o argumento de falta de recursos do Estado.

Em suma o que se vê é a retirada do Estado, a perda das conquistas sociais e a oferta de um prêmio de consolação que atenua possíveis convulsões sociais, que encobrem a desregulação dos direitos trabalhistas, o esvaziamento dos direitos democráticos, sociais e particularmente a segmentação das políticas sociais (MONTAÑO, 2002).

A “parceria” entre o Estado e o “terceiro setor” tem a clara função ideológica de encobrir o seu fundamento, a essência do fenômeno – ser parte da estratégia de reestruturação do capital – e fetichizá-lo em “transferência” levando a população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro dos níveis de conflitividade institucional aceitáveis para a manutenção do sistema, ainda mais, para a atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo (MONTAÑO, 2002, p. 227).

A função ideológica do terceiro setor passa a ser a única resposta plausível para o seu financiamento diante da “crise fiscal do Estado”. Caso a suposta crise atingisse o ponto de cessar os recursos para o financiamento do terceiro setor, veríamos que pouco restaria de tais iniciativas sem o aporte financeiro do Estado.

Conforme é destacado por Montañó essa função que o terceiro setor desempenha sedimenta o projeto neoliberal tornando o terceiro setor instrumento para desarticulação do Estado, desonerando o capital e despolitizando os conflitos sociais, entre outras ações, como pode-se observar nos tópicos a seguir:

- *justificar e legitimar o processo de desestruturação da seguridade social e desresponsabilização do Estado na intervenção social;*
- *desonerar o capital da responsabilidade de co-financiar as respostas às refrações da questão social mediante políticas sociais estatais – deixando para trás a responsabilidade do conjunto da sociedade em financiar políticas sociais para a auto-responsabilidade dos indivíduos necessitados;*
- *despolitizar os conflitos sociais dissipando-os e pulverizando-os e transformar as “lutas contra a reforma do Estado” em “parcerias com o Estado” – atenua a luta de classes em prol de atividades de ajuda mútua de forma “amigável”;*
- *criar a cultura/ideologia do “possibilismo” – descrédito ao socialismo, à sociedade democrática e ao Estado. A desesperança atinge as instituições democráticas;*
- *reduzir impactos (negativos ao sistema) do aumento do desemprego;*
- *A localização e a trivialização da “questão social” e a auto-responsabilização pelas respostas às suas seqüelas (MONTAÑO, 2002, p. 233-239).*

Tudo isso mostra a face perversa desse novo modelo de atendimento à questão social, que tem ocupado o lugar do Estado de forma surpreendentemente “natural”, ou sem causar estranheza, ao passo que seus impactos e conseqüências têm provocado o agravamento da questão social a níveis elevados.

Nesse contexto passa-se a questionar o papel de uma nova forma de organização do trabalho, cuja formação em boa parte das vezes dá-se por meio de instituições do terceiro setor: a economia solidária. Paradoxalmente essas iniciativas aparecem ancoradas numa proposta de construção socialista, vinculada à movimentos sociais de esquerda .

3.1.2 Economia Solidária e “Terceiro Setor”: divergências conceituais e identitárias

No vasto campo conceitual que se situa a economia solidária há uma outra divergência ainda não resolvida: a relação entre economia solidária e terceiro setor. Sobretudo pelo fato desse movimento emergir do campo da esquerda.

Muitas discussões sobre a economia solidária abordam sua relação com a economia social, termo largamente utilizado na Europa, sobretudo na França, para designar as iniciativas dos trabalhadores em resposta à crise econômica do final do século XIX.

Quando o assunto é abordado, a maioria dos autores defende que economia solidária, economia social e terceiro setor referem-se a diferentes contextos sócio-políticos, o que resulta em importantes diferenças, principalmente no que se refere ao papel que desempenham e no discurso que proferem.

França Filho defende que economia solidária e economia social possuem um passado comum e um presente distinto. Isso porque para esse autor as experiências de economia social hoje se isolaram em seus estatutos jurídicos, ao passo que também se integraram ao sistema econômico dominante. Nesse sentido, observa-se uma mudança de perfil nos quadros internos: saem os militantes políticos e entram profissionais tecnoburocráticos, o que reflete na

substituição do projeto político pela dimensão técnica e funcional¹⁷ (FRANÇA FILHO, 2002).

Já a economia solidária, França Filho caracteriza como uma série de experiências produtivas baseadas em novas formas de solidariedade, opostas à solidariedade praticada pelo Estado e por aquelas de caráter comunitário.

Assim, embora contenha elementos contraditórios (“economia” e “solidariedade”) a economia solidária tem sua solidariedade voltada para a construção de uma nova forma de sociedade cuja primazia está no social, na pessoa, e não apenas no econômico. Funda-se numa perspectiva política de transformação social a partir de suas práticas (FRANÇA FILHO, 2002).

Portanto, segundo este autor, a economia solidária seria distinta do terceiro setor, na medida em que este pensa a solidariedade nos termos da filantropia, ou seja, funciona como ajuste do sistema. Em suma, o terceiro setor viria ocupar um lugar deixado pelo Estado e pelo mercado, privilegiando o aspecto econômico e subordinado à lógica mercantil. O que demonstra diferentes sentidos de solidariedade entre as práticas.

Assim, embora esteja submetida às leis mercantis, uma vez que está inserida na sociedade capitalista, a economia solidária permanece preservando seus princípios éticos, baseados em valores de uma solidariedade moderna, que emerge de baixo. De forma, que seu objetivo é possibilitar melhores condições de vida através do trabalho e não pela via da filantropia e da dependência perpétua.

Gaiger, por sua vez, admite que o terceiro setor “[...] engloba organizações e iniciativas as mais diversas, com diferentes origens e vinculações sociais, por vezes com interesses ambíguos ou dificilmente conciliáveis”. Acrescenta que

¹⁷ No Brasil há referências dessa problemática em algumas das experiências de cooperativas ligadas ao MST que obtiveram melhor desempenho. Esse sucesso resultou no crescimento das cooperativas e na necessidade de contratação de profissionais que sem ligação com os princípios e valores defendidos pelo movimento acabam por pressionar pela adoção de técnicas gerenciais que põe por terra os avanços em autogestão (Cunha, 2002).

tal definição (terceiro setor) inclui as organizações de fomento à economia solidária, mas não incluem a economia solidária como tal, pois esta se apresenta, primordialmente em um conjunto de empreendimentos produtivos que visam objetivos para si e entre si. Suas ações, não se dão em bases filantrópicas “mas com decisivo investimento em trabalho de quem neles encontra uma alternativa de sobrevivência” (GAIGER, 2001, p.141).

Observa-se assim, que há uma recusa do movimento da economia solidária em relacioná-lo com o terceiro setor. Sua plataforma política e ideologia indicam as razões da recusa em igualar economia solidária e terceiro setor. Contudo, parte da economia solidária é também parte do terceiro setor.

Ao mesmo tempo é impossível negar, conforme o breve relato apresentado até aqui, que o terceiro setor possui aspectos negativos sobre o social. Entretanto, não se pode ocultar também que parte das experiências das entidades de assessoria e fomento da economia solidária se inspiram em razões político-ideológicas fundamentadas num outro modelo de sociedade, de inspiração socialista, ainda que carreguem consigo elementos contraditórios. E assim sendo, seus programas estimulam o coletivismo em vez do individualismo e seu foco de ação é claramente anticapitalista.

Barbosa complementa essa discussão em seu trabalho de análise dos discursos do terceiro setor no Brasil. Neste trabalho, a autora apresenta o posicionamento daqueles que analisam o terceiro setor a partir do campo teórico, através da perspectiva da totalidade histórica e da essência dos fenômenos, e daqueles que produzem suas análises do terceiro setor a partir da experiência prática, cuja perspectiva se situa no ato individual e isolado com foco na aparência (BARBOSA, 2006).

Aqueles que estão ligados à prática do terceiro setor atem-se às estatísticas e aos resultados visíveis do seu trabalho, a partir da perspectiva do “pensar local e agir local”. Já aqueles que propõem análises globais a partir da totalidade, em sua crítica, apontam que as ações desenvolvidas são paliativas e não tocam a causa do

problema, e acabam por gerar dependência dos beneficiários, além de serem instrumentalizadas a partir de uma perspectiva neoliberal (BARBOSA, 2006).

Contudo, segundo a autora, ambas as visões são verdadeiras. Essa proposição da autora baseia-se na perspectiva de que a partir do ângulo de análise escolhido as duas concepções apresentam diagnósticos corretos, já que essência e aparência são ambas dimensões reais. Isso revela a complexidade da análise do terceiro setor e da ação das ONGs num cenário de problemas que aguardam por respostas definitivas, mas também rápidas.

Em suma, apesar das críticas ao terceiro setor, por este ser parte da reestruturação do capital, justificando e legitimando a desestruturação da seguridade social, esta constatação é apenas parte do real. Na perspectiva da aparência, que também é real, o terceiro setor (ou as entidades de assessoria e fomento) produz resultados positivos. É inegável que existem importantes experiências da economia solidária desenvolvidas por entidades de assessoria e fomento cujos princípios são os mesmos da economia solidária, que buscam um outro modelo de sociedade.

Por outro lado, o surgimento da economia solidária também pode ser compreendido como uma reação ao destino invariavelmente trágico de boa parte da população do país: o desemprego e a miséria, além de uma sorte infindável de desalentos resultantes dessa realidade. Vê-se que os pobres são os mesmos do nosso passado escravocrata e que as relações sociais estabelecidas hoje mantêm de forma sutil o mesmo padrão de submissão de outrora.

O Estado clientelista foi capaz de atenuar os conflitos sociais, mas a introdução de políticas sociais universais foi demasiadamente lenta e tardia a ponto de que antes mesmo de alcançarmos os padrões de proteção do *welfare state* fomos surpreendidos pelo desmonte do Estado e a desestruturação das políticas sociais até então implementadas. Ações imediatas, nesse sentido, são também importantes.

3.2 A adesão aos princípios norteadores

No que se refere às experiências de economia solidária, podemos afirmar que as categorias de solidariedade e autogestão, além de serem se constituírem em elementos chave para a compreensão do fenômeno inspiram as experiências e complementam o significado da expressão.

Mesmo compreendendo que a Economia Solidária está para além do econômico e que inclui amplos aspectos da vida, a autogestão muitas vezes não é vivenciada em sua plenitude. Entretanto, sabe-se também, que os empreendimentos de economia solidária buscam vincular suas experiências, senão à autogestão, a algo próximo dela.

O primeiro ponto de tensão na vivência da autogestão nos empreendimentos de economia solidária é refletido nas dificuldades de gestão do empreendimento frente à baixa escolarização e qualificação profissional dos associados.

Na maior parte das vezes, os trabalhadores da economia solidária são pessoas que possuem poucos anos de escolarização, detêm pouca ou nenhuma qualificação profissional; e enfrentam, por consequência, maiores dificuldades em desenvolver qualificações necessárias ao processo produtivo e à gestão, o que dificulta o trabalho coletivo.

Na medida em que os segmentos que participam dessas práticas são segmentos que historicamente não tiveram acesso à educação, as deficiências causadas pelo sistema educacional brasileiro vêm agravando profundamente a inserção no trabalho desses sujeitos sociais. Nesse processo, além da fragilidade política dos grupos subalternos, já mencionada, também as fragilidades no campo educacional, marcadas por uma lógica excludente, são elementos desafiadores no processo de gestão coletiva das classes subalternas. Podemos observar como, também nos grupos de economia solidária entrevistados, o não acesso ao conhecimento técnico acaba interferindo na busca da gestão coletiva dos associados (SALAZAR, 2008, p. 90).

Isso pode ser confirmado se observarmos o perfil educacional da população em idade ativa – PIA de algumas regiões metropolitanas do país. O que pode

ser encontrado nas médias das estimativas mensais, para o período 2003-2009, da Pesquisa Mensal de Emprego - PME¹⁸, realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre

Nessa pesquisa podemos observar que embora haja um aumento contínuo da escolarização da PIA nos últimos anos, ela ainda é considerada baixa. No ano de 2009, por exemplo, 38,8% da PIA era sem instrução ou possuía menos de oito (08) anos de estudo, uma redução de 7,4 pontos percentuais em relação ao ano de 2003. Mas representa ainda, mesmo com o recuo citado, mais de 1/3 da população em idade ativa, conforme dados apresentados na tabela 7.

Tabela 7 - Distribuição da população em idade ativa, segundo os grupos de anos de estudo (em %)* - 2003 a 2009

Grupos de anos de estudo	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sem instrução ou com menos de 8 anos de estudo	46,2	45	43,7	42,8	41,5	40,2	38,8
8 a 10 anos de estudo	19,4	19,2	19,1	18,7	18,5	18,3	18,2
11 anos ou mais de estudo	34,4	35,9	37,2	38,5	40,0	41,5	43,0

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

Se observarmos a distribuição das pessoas ocupadas segundo os anos de estudo vemos que do universo de ocupados apenas 1,7% são sem instrução ou possuem menos de um (01) ano de estudo, enquanto 4,1% possuem entre um (01) e três (03) anos de estudo, conforme vê-se na tabela 8.

Tabela 8 - Distribuição das pessoas ocupadas segundo os grupos de anos de estudo (em %)* - 2009

Grupo de anos de estudo	2009
-------------------------	------

¹⁸ A PME é uma pesquisa domiciliar urbana realizada através de uma amostra probabilística e que produz indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho nas regiões pesquisadas.

Sem instrução e com menos de 1 ano de estudo	1,7
1 a 3 anos de estudo	4,1
4 a 7 anos de estudo	19,2
8 a 10 anos de estudo	17,4
11 anos ou mais de estudo	57,5

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

Isso mostra que das ocupações existentes a maior parte é preenchida pelas pessoas com maior escolarização. O que não significa que a maior parte dos desocupados seja composta por pessoas com menor escolarização, ou que o problema do desemprego esteja diretamente relacionado com o tempo de dedicação escolar, como se pode observar na tabela 9.

Tabela 9 - Distribuição das pessoas desocupadas segundo os grupos de anos de estudo (em %)*

Grupos de anos de estudo	2009
Sem instrução ou com menos de 8 anos de estudo	20,3
8 a 10 anos de estudo	23,3
11 anos ou mais de estudo	56,4

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

Esse resultado revela na verdade a situação de desemprego estrutural existente no país, na qual as pessoas com menores níveis de escolarização encontram maiores dificuldades de inserção laboral inclusive em formas atípicas de trabalho, como é o caso da economia solidária. Mas também revela, que é grande o contingente de desocupados com maior tempo de dedicação escolar.

Por outro lado, se considerarmos o nível de escolarização da PIA para todo o Brasil, vemos que a situação não é diferente. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD realizada anualmente pelo IBGE com a finalidade de produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico, no ano de 2008 revela situação semelhante.

Conforme dados da tabela 11, estima-se que para o ano de 2008 10,2% da PIA possuía menos de um (01) ano de estudo ou era sem instrução; 12,6% estudaram entre um (01) e três (03) anos e 28,2% delas cursaram entre quatro

(04) e sete (07) anos de estudo. Isso significa que 51% da população cursou menos de oito (08) anos de estudo, ou possuem o ensino fundamental incompleto.

Tabela 10 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo e os grupos de anos de estudo – PNAD 2008

Grupos de anos de estudo	Pessoas de 10 anos ou mais de idade
	Brasil
Números absolutos (1 000 pessoas)	
Total (1)	160.561
Sem instrução e menos de 1 ano	16.362
1 a 3 anos	20.257
4 a 7 anos	45.316
8 a 10 anos	27.655
11 anos ou mais	50.703
Números relativos (%)	
Total (1)	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	10,2
1 a 3 anos	12,6
4 a 7 anos	28,2
8 a 10 anos	17,2
11 anos ou mais	31,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Inclusive as pessoas com anos de estudo não determinados.

Embora a PME seja realizada em poucas regiões metropolitanas e somente para áreas urbanas, os resultados obtidos podem dar sinais da representação da escolarização da PIA no país, conforme mostram as estimativas da PNAD. Por conseguinte, pode-se inferir que o nível de escolarização entre os associados dos grupos de economia solidária no Brasil também é baixo.

Voltando-se a atenção para o fato da economia solidária se configurar numa estratégia de enfrentamento da pobreza, que busca formas de geração de trabalho e renda para pessoas excluídas do mercado de trabalho, não é difícil compreender que o perfil educacional do associado seja baixo. Contudo, é importante frisar que em muitos casos há associados nos empreendimentos com nível de formação elevado e com possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal. Mas, seguramente, essa não é a regra, nem o perfil preponderante dos associados.

Assim, no cenário apresentado, muitas vezes ocorrem situações nas quais parte do grupo se abstém da participação na condução do negócio por não se sentir preparado para a tarefa, enquanto outros componentes do empreendimento se posicionam a frente do negócio estabelecendo uma relação hierarquizada com os demais associados. Há casos ainda, em que essa relação hierarquizada se firma mesmo sem a abstenção dos demais na condução das decisões de grupo.

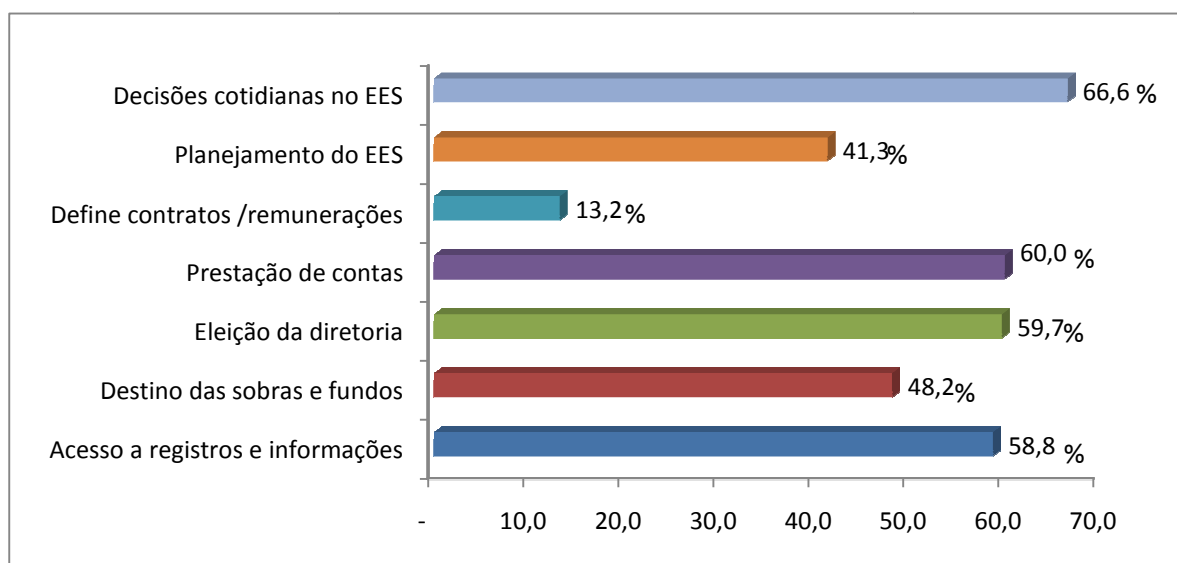
A cultura do trabalho autogestionário, não hierarquizado, no qual todos são responsáveis pela gestão do empreendimento de forma democrática e cooperativa, de modo geral, não está presente entre os trabalhadores. A maior parte dos associados enfrenta dificuldades de se colocar num papel protagonista, diferente daquele que desempenhou a maior parte da vida, seja no aspecto laboral, seja nos aspectos político e social. Ademais há dificuldades em conhecimentos administrativos, contábeis e de gestão, que atrapalham o sucesso econômico dos empreendimentos.

Em geral, a grande maioria dos grupos enfrenta dificuldades para tocar os seus próprios negócios e não possuem os conhecimentos adequados à viabilidade econômica e associativa das atividades que realizam. No mais das vezes, é superficial o conhecimento sobre os diversos aspectos práticos que compõem (ou deveriam compor) a atividade. Se é verdade que um grande desafio enfrentado pelas organizações econômicas populares é o desenvolvimento de formas de trabalho que sejam economicamente viáveis e emancipadoras, são relativamente poucos os trabalhos que vêm conseguindo desenvolver tais relações (KRAYCHETE, 2006, p. 2).

Essa discussão poder ser confirmada quando analisamos dados do mapeamento da economia solidária do ano de 2007 referentes às formas de participação dos associados nos empreendimentos de economia solidária, conforme demonstra o **gráfico 5**.

Quando falamos de participações mais amplas, como as decisões do cotidiano, sua manifestação é a mais expressiva, ocorrendo em 66,6% dos grupos. Como também é expressiva a participação quando se trata de prestação de contas, que ocorre em 60,0% dos grupos. Nesse caso, contudo, já é pré condição da prestação de contas a presença da maioria dos associados de forma que as contas possam ser aprovadas. O que sugere que haja uma mobilização maior da diretoria para que todos participem.

Gráfico 5 – Formas de Participação em Empreendimento de Economia Solidária – 2007



Fonte: Fonte: MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária/SIES

Quando as questões tornam-se mais específicas a participação começa a reduzir. Isso pode ser notado no que se refere à destinação de sobras e fundos, cuja participação ocorre em menos da metade dos grupos (48,2%); no planejamento do empreendimento, momento que se define o rumo do negócio, em que a participação ocorre em 41,3% dos grupos; e por fim na definição de contratos e remuneração dos associados, cuja participação atinge apenas 13,2% dos grupos.

Esse afastamento da autogestão também dá mostras do estabelecimento de uma solidariedade divergente daquela proposta pela economia solidária. A relação hierarquizada demonstra uma solidariedade de cima, que para resolver problemas imediatos acaba por não estabelecer a relação de reciprocidade e de dependência mútua da solidariedade pregada pela economia solidária.

De toda forma, torna-se difícil também, no cotidiano dos grupos, atrelar as exigências do conceito de solidariedade emancipadora com as exigências de gestão do mercado, razões que reforçam a necessidade de processos formativos adequados às necessidades dos grupos e das pessoas que fazem parte dele.

Esses dados dão mostras do desafio da autogestão em empreendimentos econômicos solidários e demonstram a importância de ações de elevação de escolaridade para esse segmento. Essa iniciativa, se atrelada a conteúdos de formação política e participação social, pode se tornar um embrião de novas formas de sociabilidade na economia solidária.

Ademais, não se pode negar a mudança de paradigma dessas novas práticas de trabalho. Ao instituir como elementos centrais dessa nova economia a solidariedade e a autogestão, acompanhadas de cooperação, democracia, participação, a preocupação com o meio ambiente, com a não reprodução de preconceitos e segregações étnicas, de gênero, reconhece-se um outro padrão de sociabilidade.

Na sociedade capitalista, a possibilidade dos princípios da autogestão se firmarem plenamente, são remotas ou nulas, mesmo em iniciativas de economia solidária, as quais pregam os princípios de autogestão. O que ocorre é autonomia na heteronomia.

Mesmo ocorrendo a participação e a democratização das decisões, os vínculos sociais são híbridos o que permite uma grande variedade de formas de relação interna nos empreendimentos. Os empreendimentos de economia solidária têm objetivo de seguir os princípios da autogestão e se esforçam para tanto, mas o que alcançam de fato é algo próximo a gestão coletiva e não a autogestão social.

Como se vê, a relação entre autogestão, solidariedade e economia solidária é contraditória. A polissemia da solidariedade destacada no início desse trabalho se manifesta também no interior da economia solidária quando são estabelecidas relações de dominação entre os componentes dos grupos, paralelamente em que se buscam formas de emancipação social e política, por meio de incentivo à participação, elevação de escolaridade e formação política, por exemplo.

Vêm-se imbricadas formas de solidariedade opostas num mesmo movimento social, político e econômico que é a economia solidária e num mesmo grupo de produção. Mas as divergências de formas de solidariedade não se encerram aqui. A

relação entre economia solidária e mercado dá contornos ainda mais complexos aos elementos até então apresentados.

Da mesma forma, a autogestão, não vivenciada ou vivenciada parcialmente pelos empreendimentos de economia solidária no que se refere à gestão do empreendimento propriamente dita pode tomar dimensões ainda maiores de seu descumprimento ou afastamento quando se explicita suas contradições com a lógica capitalista. Sua polissemia também é observada quando se nota uma série de concepções da autogestão com concessões para sua identificação.

3.3 Economia Solidária, Capitalismo e socialismo

3.3.1 A crítica da Economia Solidária

O segundo ponto de tensão na vivência da autogestão nos empreendimentos de economia solidária está na sua relação com o mercado que se traduz na influência da ideologia da lógica capitalista no interior dos grupos. A busca da autogestão atrelada à experiência de heterogestão está presente nos empreendimentos e em muitos casos se apresenta como um entrave para o seu fortalecimento.

Ademais, influencia esse processo a atração que o mercado exerce sobre os sujeitos, até mesmo por sua lógica impregnar a vida em amplos aspectos, transformando em mercadoria todas as coisas e todas as pessoas.

Tudo isso nos remete a necessidade de atentar para o fato de que se vive neste momento sob o modo-de-produção capitalista e que a economia solidária se apresenta como forma atípica e residual de trabalho não assalariado cuja permanência resulta em ambigüidades e contradições.

Um dado de realidade que se faz necessário reconhecer é a existência dos mercados, isto é, a predominância ou hegemonia da atividade econômica que ocorre em função e através desses mercados, em detrimento de outras formas de produção e distribuição (ou apropriação) do excedente econômico [...]. Uma segunda observação importante neste ponto é que, não obstante a impossibilidade prática de que os mercados ocupem todos os espectros da atividade econômica, a natureza da expansão do capitalismo implica uma tendência inerente à mercantilização de todos os espaços possíveis (sociais, tecnológicos etc.) da vida humana que se

ampliam e modificam ao longo do tempo e através da história. Em palavras simples, a acumulação capitalista tende a transformar tudo em mercadoria, ainda que esse “tudo” se modifique com a vida (TAUILE, 2002, p. 109-110).

Um dos pontos fundamentais da economia solidária e da autogestão é a propriedade coletiva dos meios de produção. A separação dos trabalhadores de seus meios de produzir é uma marca capitalista que resulta em outra, a alienação do trabalho. Considerando que a alienação do trabalho inscreve os trabalhadores numa situação de subordinação, ela também é ponto importante a ser superado.

Contudo, além dessa etapa de socialização dos meios de produção no caminho da eliminação da alienação é necessário a retomada do controle do processo global de trabalho. A socialização dos meios de produção é, portanto, requisito, mas pouco diante do fundamental (NOVAES, 2008).

Os grupos produtivos da economia solidária possuem em sua maior parte pequena estrutura produtiva, dotada de baixa capacidade tecnológica e, por conseguinte, altos custos de produção, o que se traduz numa incapacidade de enfrentamento do grande capital.

Mas, a fim de melhorar a produtividade do trabalho e obter melhores retornos ou simplesmente garantir a continuidade do empreendimento, é comum a introdução de severas regras de gestão que oprimem os trabalhadores. Ocorrendo assim a exploração dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores, que passam a se comportar como capitalistas.

Daí uma cooperativa de produção ter a necessidade, contraditória para os operários, de se governar a si própria com toda a autoridade absoluta necessária e de os seus elementos desempenharem entre si o papel de empresários capitalistas (LUXEMBURGO, 2002, p. 21).

Com isso vemos formas de divisão social do trabalho no interior da economia solidária que ao contrário de eliminar a alienação, contribuem para a sua manutenção. O que ocorre, por exemplo, quando grupos produtivos vendem seus produtos para uma única empresa que determina todo o processo produtivo: forma de produzir, prazos rígidos e divisão do trabalho. Isso elimina completamente a autogestão do grupo.

Isso demonstra afastamento da autogestão e mais ainda da solidariedade moderna. Mostra ainda uma mistura de princípios da economia solidária juntamente com relações capitalistas de produção. O que nos remete a idéia de empreendimentos “híbridos”, conforme caracterizou Luxemburgo quando analisou as cooperativas de produção, ou “anfíbios”, conforme recharacterizou Novaes, uma vez que híbridos não se reproduzem (LUXEMBURGO, 2002; e NOVAES, 2008).

Considerando que as condições de produção dos empreendimentos de economia solidária são inferiores as do grande capital, o nível de preços dos produtos e serviços, posiciona-se acima da média de outros similares disponíveis no mercado. Numa perspectiva de desenvolvimento local, na qual a comunidade próxima deve ser o público alvo dos grupos a fim de ofertar aos trabalhadores locais produtos que não agredam o meio ambiente e que foram produzidos por relações de produção mais humanas e solidárias, essa premissa não se sustenta.

A razão da dificuldade de aquisição dos produtos e serviços da economia solidária pela comunidade local está exatamente no preço. Surgem daí compreensões de que a economia solidária, sem capacidade de competir com o grande capital, deve buscar nichos de mercado especialmente aqueles formados por consumidores que desejam consumir produtos e serviços produzidos de forma socialmente justa e ambientalmente responsável, por possuírem uma consciência cidadã (WELLEN, 2008).

Segundo essa premissa a economia solidária não se voltaria para um público homogeneizado ou massificado, mas se dedicaria a produzir um produto especial para um público igualmente especial. Com isso deixa-se de lado a oferta do valor de troca, uma vez que o preço não é importante, e assim oferta-se o próprio valor de uso. Ou seja, estabelece-se a própria comercialização da relação social (WELLEN, 2008).

Trata-se da relação coisificada entre pessoas, na qual não somente a mercadoria passa a ser tida como possuidora de capacidades humanas, como, dialeticamente, capacidades humanas são vendidas como sendo mercadorias. Fortalece-se o fenômeno da reificação que recebe subsídios dessa forma especial de relação mercantil, na qual o cliente, ao comprar uma mercadoria, por um acréscimo de preço, recebe como bônus certificados de solidariedade e cidadania (WELLEN, 2008, p.110).

Assim, a solidariedade se transforma numa mercadoria como outra qualquer, cujo papel na economia solidária é agregar valor por suas qualidades subjetivas. A prática da solidariedade, portanto, torna-se meramente acessória, anulando seus sentidos e significados positivos (vida pública, emancipação) e também os negativos (moral, aprisionamento). Vê-se assim a *coisificação da solidariedade*.

Nesse sentido, Novaes aponta a vivência de uma autogestão limitada ao salientar a atração que o mercado exerce mesmo sobre os socialistas, que procuram ponderar a existência da autogestão ou do socialismo com o mercado. Embora a defesa da socialização dos meios de produção esteja presente, a dimensão da circulação está incluída nos moldes capitalistas (NOVAES, 2008).

No enfrentamento da alienação é necessário, nos termos de Marx, superar a tirania da circulação. Com a propriedade dos meios de produção os empreendimentos de economia solidária dão um passo importante no planejamento da produção, ainda que em alguns casos isso lhes escape, como ocorre com as cooperativas que produzem para grandes empresas capitalistas, fato já mencionado neste trabalho. Mas para o controle global do processo de produção falta ainda o controle da dimensão da circulação.

Contudo, na economia solidária o que se vê é a defesa de combinação da “autogestão da produção e a competição no mercado, cooperação e competição, eficiência da cooperativa e anarquia da produção” (NOVAES, 2008, p.44).

Assim, as cooperativas da economia solidária não se parecem sociedade por cotas, nem com falsas cooperativas¹⁹, na verdade elas mais se parecem com

¹⁹ Entre as cooperativas existentes encontram-se falsas cooperativas, também chamadas de *cooperfraudes* ou *coopergatos*, que na verdade configuram-se em empresas capitalistas formadas com o objetivo de fugir de obrigações trabalhistas. Na maior parte das vezes são cooperativas de trabalho, que encontram uma forma “conveniente de substituição de trabalho assalariado regular por trabalho contratado autônomo”. Em alguns casos os trabalhadores de empresas formais são demitidos, as empresas transformadas em cooperativas, e os mesmos trabalhadores ora demitidos continuam a trabalhar como cooperados sob a pena de ficarem sem trabalho (SINGER, s/d).

**empresas capitalistas, razão de profundas críticas de seus opositores
(WALTIER, 2004).**

A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual. [...] Dessa forma, a economia solidária propõe abolir o capitalismo e a divisão de classes que lhe é inerente (SINGER, 2004, p.7)

A citação de Singer é bastante representativa da crítica que se trava em torno da autogestão. O socialismo que se prega nesse sentido, é o socialismo de mercado o que para Novaes significa “mudar tudo sem mudar nada” (NOVAES, 2008, p.3, s/d).

3.3.2 Os propósitos da ES – limites e possibilidades

A forte crise do emprego que atingiu todo o mundo, mas especialmente os países da periferia, resultou num quadro social complexo, como já mencionado neste trabalho. Sobretudo com o agravamento da crise nos anos 1990, os trabalhadores em suas comunidades e as instituições organizadas passaram a buscar saídas para geração de trabalho e renda através de formas de trabalho não assalariadas, baseadas em relações de reciprocidade e solidariedade mútua.

Essas iniciativas buscavam a superação do desemprego e a reprodução ampliada da vida. Além do estabelecimento de relações sociais que superassem a competição e a substituíssem pela cooperação como forma de fortalecimento do grupo.

Assim, não é difícil encontrar elementos significativos de solidariedade em feiras populares, entre os artesãos pobres, entre as pequenas empresas e seus clientes locais. Inclusive, pelo menos uma parte dessas organizações econômicas parecem ser portadoras de uma **racionalidade econômica** especial, de uma lógica interna baseada em um tipo de comportamento e de práticas sociais em que a solidariedade ocupa um lugar e um papel central. Estas experiências demonstram que há muitos benefícios a serem obtidos através de associação e cooperação entre as pessoas e as empresas individuais e pequenas (RAZETO, 1999, p.102, grifos do autor, tradução livre).

Nesse sentido a economia solidária se apresenta como um fenômeno social novo que surge como resposta dos trabalhadores à opressão capitalista. Constituindo-se como uma forma de trabalho atípica com uma racionalidade interna própria e distinta da economia capitalista, de forma que esta racionalidade diferente se constitui como parte de sua força.

Ao se estruturar a partir de uma nova racionalidade, diferente da racionalidade capitalista e em razão das transformações mencionadas a economia solidária objetiva ser um mecanismo contra situação de extrema vulnerabilidade social vivenciada pelas populações pauperizadas.

Mas, além de estratégia de enfrentamento ao desemprego e a pobreza, este fenômeno se constitui num “germe de uma nova cultura do trabalho”, cuja transformação se dá a partir de elementos políticos e culturais, o que a afasta da concepção que limita a economia solidária à solução de problemas imediatos dos pobres (SALAZAR, 2008, p.54).

Nesse sentido, economia solidária procura estabelecer relações de trabalho não alienadas, autônomas e desmercantilizadas, por isso busca a valorização do trabalho a partir de valores extra-econômicos. É nesse sentido que elementos como solidariedade, democracia, respeito ao meio-ambiente, igualdades de gênero e etnia, ganham sentido na vivência interna dos grupos (SALAZAR, 2008).

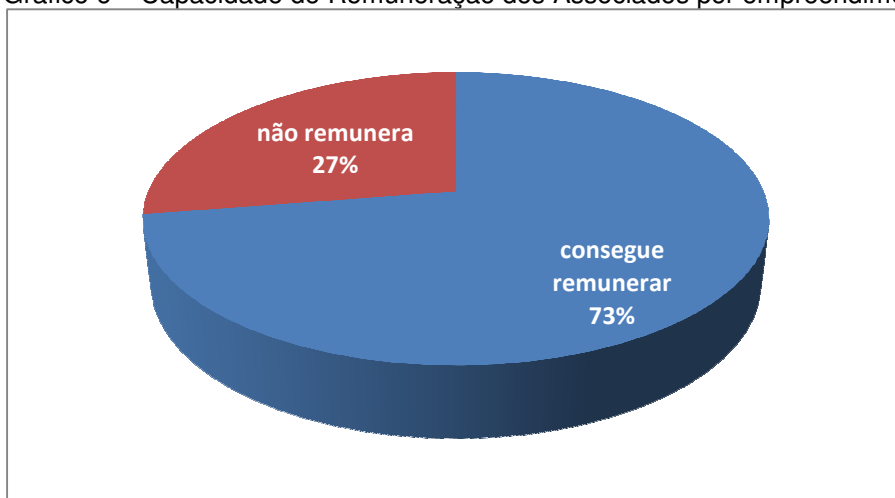
Está claro, contudo, que as metas de uma nova cultura do trabalho não se concretizarão numa sociedade capitalista. Destaca-se, porém, que a ambigüidade da economia solidária permite a busca de novas formas de sociabilidade ao passo em que também se insere na dinâmica da acumulação capitalista, garantindo a coesão social (SALAZAR, 2008).

A luta pela sobrevivência econômica dos trabalhadores é fundamental, além de se constituir em elemento motor da adesão dos trabalhadores à economia solidária. Todavia, quando analisamos os resultados econômicos de grupos, que como já mencionado, em sua maior parte são tomados pelas mais

diversas fragilidades, seja na produção, gestão ou comercialização dos produtos e serviços, vemos sinais de que algo além da remuneração dos sócios se configura em fator de permanência no grupo.

Isso se confirma quando vemos que nem todos os grupos conseguem remunerar seus sócios, conforme demonstrado na capítulo 2 e recuperado aqui mais detalhadamente. No mapeamento do MTE/SENAES, os empreendimentos de economia solidária pesquisados, quando questionados sobre a capacidade de remuneração dos sócios, entre os que responderam à pergunta, 27% deles afirmaram não conseguir remunerar-se, conforme apresentado no gráfico 6. Ao todo, 16.854 grupos responderam a questão, o que representa cerca de 77% dos grupos mapeados, enquanto 23% dos grupos não responderam a pergunta proposta.

Gráfico 6 – Capacidade de Remuneração dos Associados por empreendimento - 2007

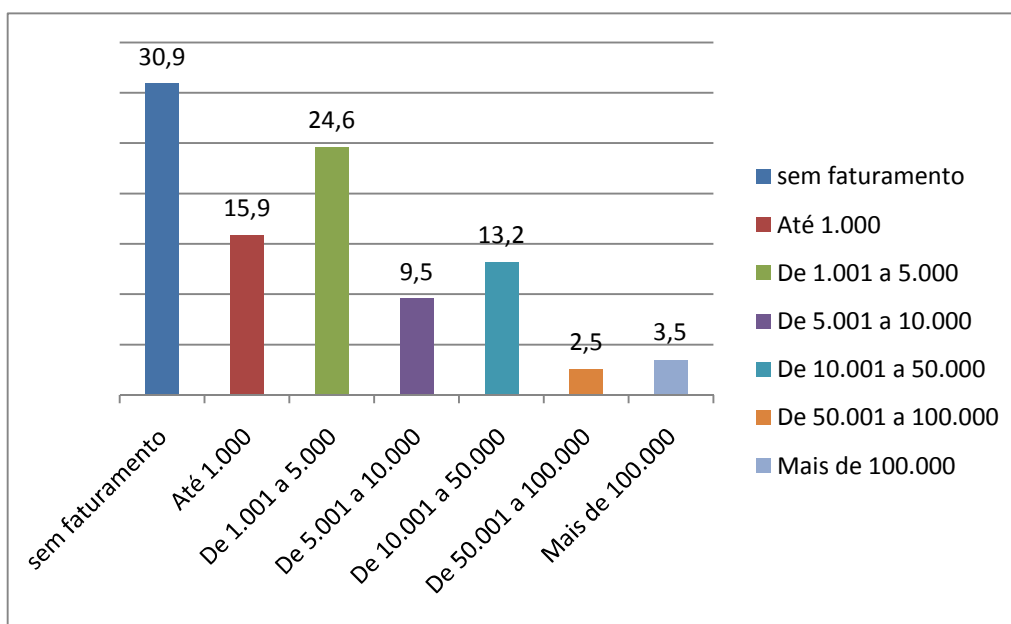


Fonte: Fonte: MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária/SIES Fonte:

Essa análise pode ser feita também pela perspectiva do faturamento dos grupos. No gráfico 7, observamos as classes de faturamento mensal por grandes regiões brasileiras segundo empreendimentos mapeados. Proporcionalmente, de todas as faixas pesquisadas, a opção sem remuneração é a mais representativa, 30,9%. As menos representativas são aquelas que figuram entre 50.001 e 100.000 de faturamento mensal e aquelas que possuem faturamento superior a 100.000, o que representa respectivamente 2,5% e 3,5%

dos grupos. Isso nos revela que é baixo o faturamento dos grupos de economia solidária mesmo quando comparados no seu próprio universo, dificultando, por consequência, uma remuneração justa, quando ocorre.

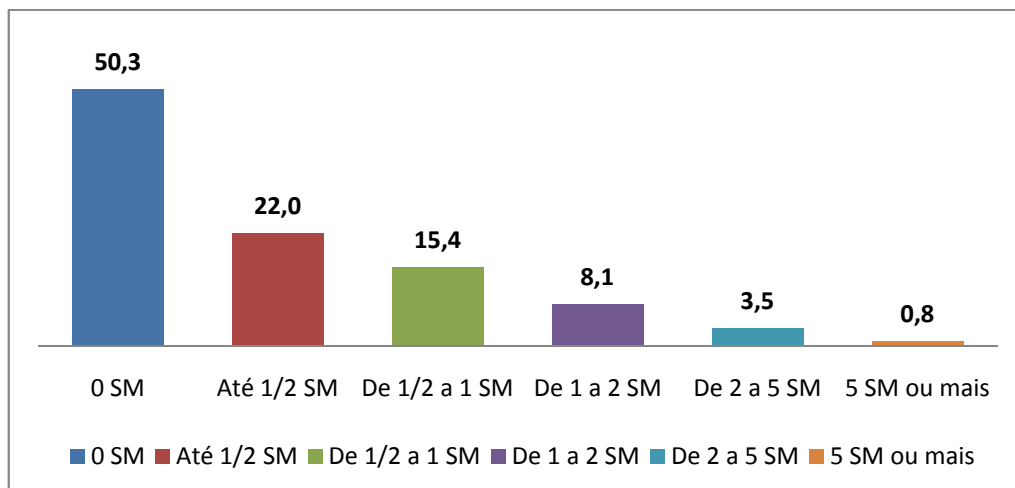
Gráfico 7 – Empreendimentos de Economia Solidária por classe de faturamento mensal (em %) - 2007



Fonte: Fonte: MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária/SIES

A partir do gráfico 8 constatamos ainda que mais da metade de todos os empreendimentos mapeados, 50,3%, afirmam ter renda mensal de 0 SM. Ademais, 22% dos associados recebem remuneração mensal de até ½ salário mínimo, 15,4% são remunerados entre ½ e 1 salário mínimo e 8,1% atingem entre 1 e 2 salários mínimos, o que juntos representa 45,4% dos associados. Assim, apenas 3,5% e 0,8% dos associados recebem respectivamente entre 2 e 5 e 5 ou mais salários mínimos.

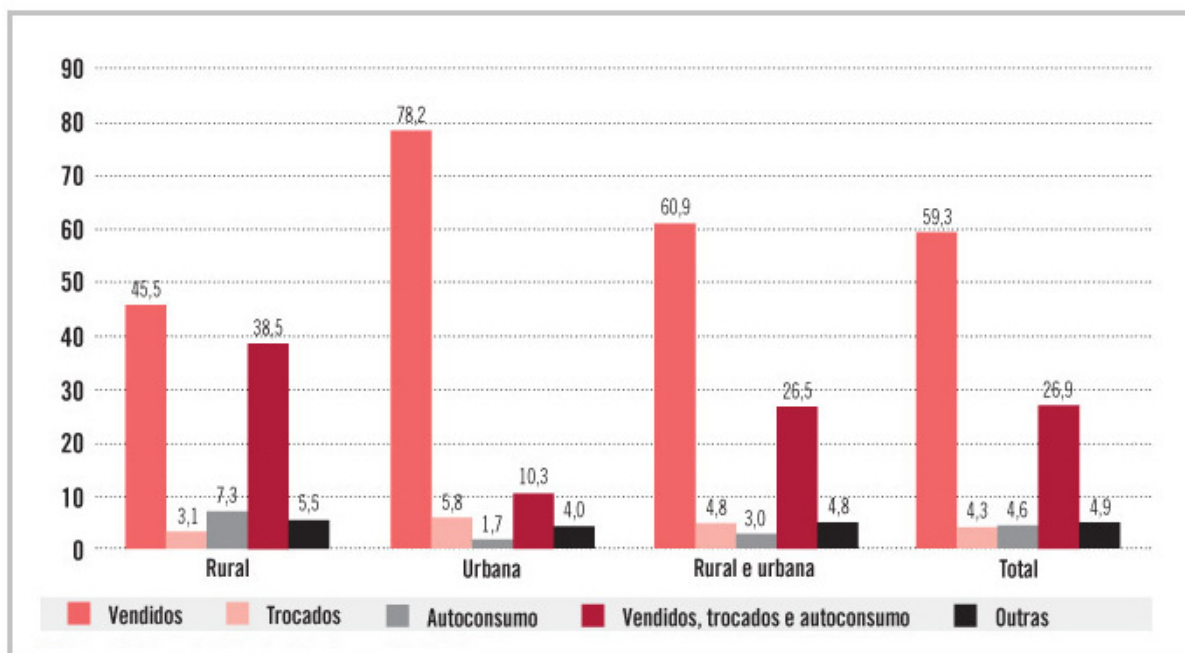
Gráfico 8 – Proporção de empreendimentos de economia solidária por classe de remuneração mensal em salários mínimos (SM) - 2007



Fonte: Fonte: MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária/SIES

Por outro lado, há uma pequena parcela dos grupos, conforme demonstra o gráfico 9, que produz para troca, para autoconsumo, ou ainda, para venda, troca e autoconsumo, além daqueles que exclusivamente vedem seus produtos e serviços. Isso demonstra que apesar da falta de faturamento e remuneração, ou da obtenção de faturamento e remuneração baixos, os grupos acabam por ter acesso a produtos e serviços via troca e autoconsumo. Assim, nesses casos, de ausência de remuneração ou baixa remuneração, de certa maneira, a inserção nos grupos permite o atendimento de demandas econômicas ainda que de maneira precária.

Gráfico 9 – Proporção de empreendimentos segundo destinação dos produtos ou serviços, por área de atuação (em %) – 2005 e 2007.



Fonte: MTE/SENAES

Elaboração: Dieese

Obs: a) considerados apenas os empreendimentos com informação para área de atuação

b) O item é de múltipla escolha

Esses dados confirmam que a permanência dos associados nos empreendimentos de economia solidária perpassa a questão econômica, por mais essencial que ela seja. Contudo, revelam também o caráter da precariedade da viabilidade econômica das iniciativas. Mas a despeito da não sustentabilidade financeira do empreendimento, existem outras razões para que os grupos perseverem.

Embora a viabilidade econômica seja objetivo central nas unidades de economia solidária, nossa hipótese central está fundamentada na perspectiva de que o que vem sustentando essas práticas não é a sua rentabilidade econômica, mas os laços que os grupos estabelecem no campo dos valores extra-econômicos. Ou seja, aspectos que incidem na mudança de valores, comportamentos e atitudes. Um dos mais importantes, dentre tais aspectos, é a dimensão educativa que se constrói a partir da inserção dos sujeitos sociais nas unidades de economia solidária (SALAZAR, 2008, p. 180).

As relações que se estabelecem no interior dos grupos marcadas por solidariedade de baixo, colaboram no processo de fortalecimento dos trabalhadores, seja no aspecto da estima, do conhecimento de um “mundo novo” descoberto no trabalho coletivo ou do fortalecimento pessoal, um empoderamento na vida social comum, baseado em metas ideais e comuns,

uma união ativa que existe a partir de objetivos específicos e mutuamente importantes (SALAZAR, 2008).

Podemos confirmar isso através do depoimento de duas associadas, obtidos em entrevista realizada pela professora Silvia Salazar em sua tese de doutoramento. Nos depoimentos, as entrevistadas revelam a preocupação com o processo de aprendizagem e na solidariedade entre elas e mencionam as dificuldades de sustentabilidade do grupo, além de apontar, segundo sua percepção, o que garante a permanência do grupo.

“A gente tem preocupação de passar as coisas que aprende para as outras aqui. E através dessa ação solidária que a gente pode ajudar as outras. Nós tentamos ter uma ação solidária uma com as outras no nosso trabalho, participando e levando o conhecimento” (Entrevistado do Grupo 01 - Grupo de produção de peças íntimas).

“A gente adora vir aqui para poder conversar. Nós somos muito amigas. Da construção dessa amizade, de tá uma sabendo da vida da outra, uma se preocupando com a outra, e por todos esses anos de convivência o que sustenta hoje o grupo é essa amizade. Apesar da gente ter esse tempo todo de trabalho (desde 2003) a gente ainda não se sustenta com o produto do grupo. Então o que mantém o trabalho é o gosto realmente de estar trabalhando aqui com essas pessoas” (Entrevistada do Grupo 06 – Associação voltada para a produção de bolsas e acessórios). (SALAZAR, 2008, p.217).

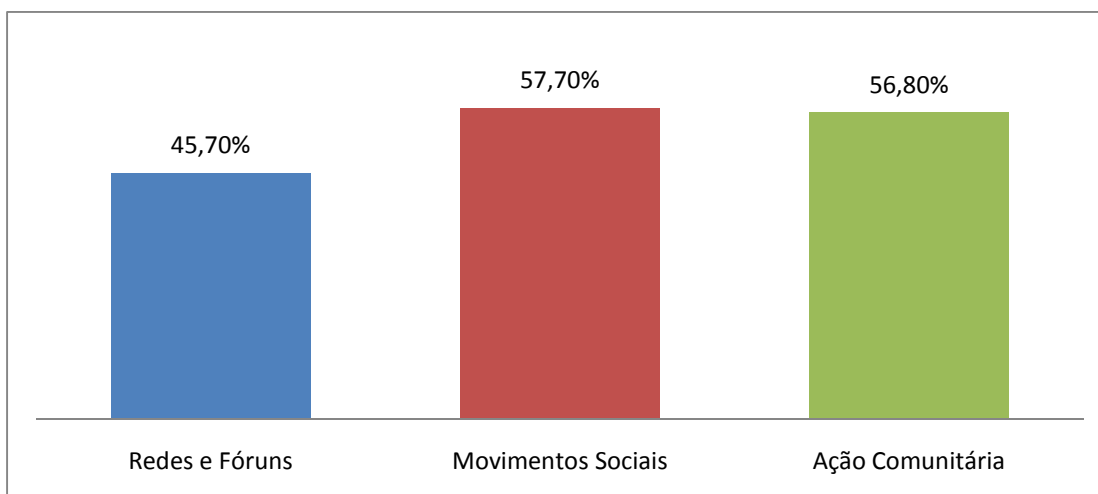
Assim, observamos que há espaço para o estabelecimento de novas relações sociais no âmbito do trabalho, baseadas na cooperação e na solidariedade. Mas para que essa potencialidade seja explorada é necessário um processo de elevação de escolaridade e de formação política, técnica e gerencial dos associados de empreendimentos de economia solidária. Com esse aporte, situações de desnivelamento de conhecimentos podem ser minimizadas e o estabelecimento de relações hierarquizadas nos grupos reduzido. Além de possibilitar melhoria na gestão e na qualidade dos produtos e serviços.

Para tanto devem ser utilizados os espaços de educação formais bem como os espaços não formais. A formação para o trabalho, a elevação de escolaridade, a qualificação profissional são muito importantes no processo desenvolvimento do grupo, da unidade produtiva, do produto do trabalho. Mas é imprescindível a formação política e a participação social, seja em assembléias de bairro, em reuniões de orçamento participativo, seja nas

discussões dos fóruns de economia solidária. Há necessidade de uma mudança política e cultural associada às necessidades econômicas que permitam a compreensão de si, de si no mundo e no conjunto da sociedade (SALAZAR, 2008).

Mais ainda, é experiência [na participação política] que pode restaurar condições de sociabilidade (ameaçadas sobretudo em situações extremas de marginalização econômica), à medida em que resgata o senso de pertencimento a uma coletividade, fortalece laços de confiança e respeito mútuos, aumenta o reconhecimento da autoridade, e no plano pessoal, promove a capacidade de expressão, a auto-estima e a existência de projetos de vida. Quando suas características políticas são exercidas de forma plena, a economia solidária chama a atenção para a importância da participação ativa em processos coletivos e pode contribuir para fortalecer a cidadania e promover a dimensão substantiva da democracia (CUNHA, 2003, p.48)

Segundo mapeamento da SENAES a participação política e social parece ser uma prática significativa nos grupos de economia solidária. Nesse sentido, a participação dos empreendimentos econômicos solidários na sociedade civil foi classificada segundo três categorias: redes e fóruns, movimentos sociais e ação comunitária. Observou-se que mais da metade dos grupos estão ligados à movimentos sociais (57,7%), que se configura na principal forma de participação, seguida da ação comunitária (56,8%). Já a participação em redes e fóruns ocorre em 45,7% dos grupos.



Fonte: Fonte: MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária/SIES

Essa participação também é fruto da ação das entidades de assessoria e fomento que estimulam a participação nos movimentos sociais e principalmente nas redes e fóruns da economia solidária, onde questões ligadas aos grupos são tratadas e onde se buscam soluções para problemas comuns. Pode-se citar entre tais instituições as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, por exemplo (CUNHA, 2003).

É importante frisar, mais uma vez, que a economia solidária está inserida na sociedade capitalista cuja lógica contamina a vida social, estando inserida num cenário de avanço do capital sobre o trabalho. A economia solidária, portanto, não se desenvolve num cenário ideal, pelo contrário, a realidade social impõe toda a sorte de desafios para esta nova forma de trabalho.

Por essa razão, é necessário relativizarmos aqui a discussão sobre participação que fizemos no item 3.2 deste trabalho. Naquela passagem discutiu-se que a participação não atingia a expressiva maioria dos grupos como era de se esperar da economia solidária. Argumentou-se que a participação se dava de forma mais intensa em discussões menos fundamentais para os grupos ou em casos que a presença de todos ou da maioria era uma exigência formal.

Contudo, voltando-se a atenção para o fato da economia solidária estar sob a ofensiva do capital, que os grupos são marcados pela baixa escolarização, qualificação profissional e impregnados da cultura hierárquica de mando a participação deve ser reavaliada. E nesse caso, patamares como aqueles expressos no gráfico 5 devem ser considerados satisfatórios, ou ainda, sinais de potencialidade de construção de nova sociabilidade.

Afinal a economia solidária enfrenta grandes desafios culturais para a consecução de suas metas, o que permite a reavaliação dos resultados. Por outro lado seria utopia partir da premissa de uma mudança completa da sociabilidade. Assim, a economia solidária diante de seus limites, apresenta possibilidades que merecem ser avaliadas na dimensão de suas potencialidades, nem mais, nem menos.

Por fim, é importante frisar no que tange às razões da economia solidária, que é fundamental que a questão do trabalho, da crise do emprego, da necessidade de oportunidades de trabalho digno para todos, esteja incluída nas lutas da sociedade civil. Todavia, a economia solidária é insuficiente para a superação do trabalho alienado e enfrentamento da capitalismo (MONTAÑO, 2002).

3.3.3 Economia Solidária e Socialismo

Entre as correntes de pensamento existentes na economia solidária há uma em especial que defende a premissa de que este fenômeno social possui a capacidade de transformação sistêmica. Pois, seria através da economia solidária que se chegaria a superação do capitalismo. Essa tarefa, contudo, se daria através de uma revolução social pacífica, por dentro do modo-de-produção capitalista.

O caminho para o socialismo, nesse caso, se daria através da preservação de parte do próprio capitalismo, mantendo aspectos considerados positivos no capitalismo, o que ocorreria por meio do socialismo de mercado.

Esta perspectiva parece ter origem no fracasso dos projetos socialistas, principalmente a derrocada do socialismo real nos anos 1980, que provocou

algo como um intervalo ideológico na esquerda. Assim, ganham espaço correntes reformistas que buscam a solução das necessidades imediatas dos pobres (GERMER, 2006).

Com o agravamento da crise do emprego, surgem iniciativas espontâneas do movimento social somadas a iniciativas fomentadas por instituições sem fins lucrativos e iniciativas estimuladas por ações governamentais. Desse último grupo fazem parte alguns setores da esquerda, que, sem projetos alternativos concretos, passaram a identificar na economia solidária a expressão de seus ideais através de uma estratégia de construção socialista (GERMER, 2005).

Entendemos por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma (SINGER, 2004).

A perspectiva de que a economia solidária se traduz num meio para superação do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista se baseia em dois pontos principais: 1) a continuidade da economia solidária à luta histórica dos trabalhadores pelo socialismo; 2) o cooperativismo como forma típica do “modo-de-produção solidário” através da socialização dos meios de produção.

A concepção de que o movimento da economia solidária representa a continuidade da luta histórica dos trabalhadores contra o capitalismo apresenta algumas limitações. Ao tratar desse ponto, em geral, considera-se o início do movimento cooperativista como o exemplo desse cenário de enfrentamento trabalho-capital. Contudo, vejamos dois pontos.

Primeiro, o movimento cooperativista foi uma das etapas da luta dos trabalhadores contra o capital, mas não a única, diversas outras formas de luta foram impetradas como o próprio sindicalismo. Segundo, a fase da qual é referenciada como antecessora da experiência da economia solidária é a fase conhecida por cooperativismo utópico, cujos idealizadores frequentemente mencionados são socialistas utópicos Proudhon, Fourier e principalmente, Owen (GERMER, 2005).

As experiências cooperativas lideradas por Owen não podem ser classificadas como revolucionárias. Na verdade, tais iniciativas foram organizadas por pequenos capitalistas na busca de complementação da produção através da comercialização e processamento final de matérias primas e também por trabalhadores numa reposta defensiva diante das intensas transformações que a sociedade passava naquele momento. As expectativas dos trabalhadores se resumiam ao aspecto econômico da experiência na medida em que buscavam a basicamente a satisfação de suas necessidades. Essas ações, nesse momento, não se integravam ao aspecto ideológico, político e cultural da luta contra o capitalismo (GERMER, 2005).

Foi posteriormente a esse período que os trabalhadores a partir da tomada da consciência de classe, ocuparam espaço na arena política.

Consequentemente, entram em disputa idéias vinculadas a mudança econômica através da produção cooperativa, limitada pelo poder do grande capital monopolista e a vertente da ideologia que visava a tomada do poder do Estado (GERMER, 2005).

Mais tarde, com a revolução russa, vem a idéia superação da propriedade privada, a substituição pela propriedade social, bem como a substituição do mercado pelo planejamento integrado da produção e da distribuição. Essas premissas ganharam o mundo, como possibilidade de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, até a derrocada do socialismo real em tempos mais recentes (GERMER, 2005).

Diante desse cenário, o que se vê é que a economia solidária não é resultado da luta histórica dos trabalhadores contra o capitalismo e nesse ponto se assemelha sim com o cooperativismo utópico no sentido de que surge com o objetivo de busca de solução para o problema imediato do desemprego. E nesse sentido, é também, retrocesso na luta dos trabalhadores contra o capitalismo.

No que se refere ao cooperativismo há diferentes experiências cooperativas que vão desde a associação de pequenos capitalistas como Owen, passando

por cooperativas de produção, cooperativas de consumo e as fábricas-cooperativas assumidas pós falência. Não é difícil pressupor as dificuldades que cooperativas das mais diversas origens teriam para superar a ordem vigente.

Mesmo para as fábricas cooperativas seria impossível a superação do capitalismo, pela simples socialização dos meios de produção e o estabelecimento de novas relações sociais, descoladas do todo da sociedade. A propriedade dos meios de produção é ponto essencial para a transformação do modo-de-produção vigente, mas isoladamente resulta em poucas mudanças (GERMER, 2005).

Essa seria uma proposta de mudança isolada, descolada da luta política, da conquista da ideologia e da mudança cultural. Mudança pacífica, não revolucionária e, portanto, inócua. E ainda que supostamente o modo-de-produção solidário se confirmasse e as cooperativas se tornassem a base das unidades de produção, isso não garantiria a chegada ao socialismo nem a superação do capitalismo (GERMER, 2005).

supondo que a 'economia solidária' se desenvolva plenamente, de modo que somente subsistam cooperativas, estas estarão em concorrência umas com as outras sob a égide do mercado. Havendo concorrência, haverá necessariamente vitoriosos e derrotados e absorção destes por aqueles, ou seja, centralização do 'capital' e desemprego. A vitória na concorrência exigirá que cada cooperativa persiga a redução de custos unitários e, para tanto, o avanço tecnológico e o aumento das escalas de produção, ou seja, a acumulação. Para haver acumulação, terá que haver excedentes, o que exigirá a compressão da remuneração individual, no limite, ao custo de reprodução da força de trabalho, por um lado, e a maximização da rentabilidade por outro. Consequentemente, a concorrência implicará a transferência de 'capitais' entre setores em função de uma medida de rentabilidade média, que necessariamente terá que existir como fator de distribuição do trabalho social entre setores, uma vez que, tratando-se de uma economia não planejada, não haverá plano social de produção e distribuição. A medida da rentabilidade será necessariamente a atual e conhecida taxa de lucro. Todas estas características são características da economia capitalista (GERMER, 2005, p. 3-4).

Entende-se aqui que as cooperativas no modo-de-produção capitalista não conseguirão emancipar os trabalhadores em sua plenitude. Como vimos além da superação da propriedade privada dos meios de produção é necessário a eliminação da alienação do trabalho. No formato proposto, as cooperativas

não conseguirão superar a exploração e a opressão de classe própria das relações capitalistas (NOVAES, 2008).

o verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de “personificações do capital (MÉSZÁROS, 2002, apud NOVAES, 2008, p. 28)

Por tudo isso, para se falar em superação do capitalismo é necessário a retomada do controle do processo de trabalho como um todo pelos produtores associados. O rumo ao socialismo, portanto, passa pela socialização dos meios de produção, mas é necessário ir além. Ter o controle da produção, do processo de produção e da circulação, eliminando assim a alienação do trabalho.

Na economia solidária vemos a socialização dos meios de produção, mas os empreendimentos ainda estão submetidos à lógica do capital na circulação das mercadorias, e no processo produtivo se submetendo a regras que contradizem seus pressupostos.

Nesse sentido há duas possibilidades: a da vivencia incompleta da autogestão em empreendimentos de economia solidária ou a inexistência da experiência de autogestão em empreendimentos de economia solidária.

A primeira possibilidade, decorre do fato de que estando sob a égide do capital não seria possível atingir a autogestão da vida social. Nesse sentido, bem como são heterogêneas e contraditórias as experiências de economia solidária, não existindo assim, tipos puros que sigam todos os preceitos defendidos pelo movimento, também são mistas e contraditórias as tentativas de autogestão na economia solidária.

Em relação à segunda possibilidade, o que ocorreria de fato seria uma tentativa de se aproximar de uma gestão ampla e coletiva que abranja todas as possibilidades de socialização possíveis a cada empreendimento em suas contradições internas resultantes da existência dos mercados.

Temos assim, que a economia solidária não se configura num meio para a construção do socialismo. Suas fragilidades política, econômica, cultural e ideológica impõem limites a uma ruptura da monta da superação da ordem do capital. Seus sujeitos estão distantes da compreensão de seu papel na tentativa de superação do capitalismo e ainda estão impregnados pelas regras do mercado.

As unidades de economia solidária tem cumprido o papel de garantir a sobrevivência dos associados. Os níveis de remuneração são baixos como vimos, a precariedade é generalizada, muitos vezes sequer há remuneração. Mas é fundamental que se amplie a discussão da economia solidária para além da esfera econômica, tomando assim, as dimensões política, cultural e ideológica.

Se é fato que a economia solidária não possui a potencialidade da transformação sistêmica, também não se pode negligenciar os sinais que estas experiências apresentam de construção de uma nova sociabilidade. Essa potencialidade isolada num grupo que gira em torno de si mesmo, nada mais será que algo passageiro. Mas se estas experiências forem conduzidas a partir da luta política, da consciência de classe dos trabalhadores, do enfrentamento do capitalismo, elas podem ser sim o caminho para novas relações sociais.

Mas para a transformação do modo-de-produção vigente, mesmo com o melhor dos cenários, a economia solidária por si só não poderá conduzir ao socialismo.

O caminho para condução ao socialismo neste momento histórico é questão central do debate para pesquisadores que reconhecem os efeitos deletérios do capital sobre o trabalho, sobre as condições de vida da população do mundo inteiro, para a existência de um exército cada vez maior de descartáveis do sistema. Depois das derrotas sofridas e da imensa dominação do capital, as respostas não estão dadas. Mas não caberá à economia solidária o papel de motor dessa transformação.

4 CONCLUSÃO

Neste trabalho buscou-se analisar se as relações sociais atípicas da economia solidária convergem para a estruturação de um novo modo-de-produção socialista. Para isso percorreu-se os seguintes caminhos: 1) a análise da economia solidária com o movimento cooperativista do século XIX; 2) a apresentação das concepções teóricas da economia solidária; 3) uma discussão da relação da economia solidária com o terceiro setor; e por fim uma análise da economia solidária como meio para a estruturação de um novo modo-de-produção socialista.

Assim, entre as concepções apresentadas sobre o passado originário da economia solidária a opção reconhecida como aquela que representa mais adequadamente o fenômeno é aquela que atrela as intensas transformações políticas, econômicas, sociais e ideológicas ocorridas nas economias capitalistas em nível mundial, e especialmente no Brasil, a partir da década de 70 do século XX, ao surgimento da economia solidária.

Entende-se, portanto, que as experiências da Economia Solidária traduzem-se em iniciativas de enfrentamento ao desemprego e a pobreza em razão das especificidades da fase atual do capitalismo. Especificidades essas que impõem a super-exploração dos trabalhadores a fim de recompor os lucros capitalistas, que tendem ao decrescimento.

Esse cenário que resulta na piora das condições de trabalho, no desemprego em massa, formando um mercado de trabalho de trabalhadores instáveis, precarizados ou desempregados, excluídos e pauperizados.

É a partir desse contexto que se vê através de iniciativas espontâneas das classes trabalhadoras ou estimuladas pelas entidades de assessoria e fomento, universidades, governos e centrais sindicais, uma explosão de novos empreendimentos de economia solidária surgirem ao longo dos anos 1990. O que mostra a relação direta da economia solidária com a crise do emprego, oriunda da crise do capital.

Em paralelo ao crescimento dessas iniciativas, surgem também diversos conceitos para o que se convencionou chamar economia solidária. E, embora haja um certo consenso em abrigar-se sob a denominação “economia solidária”, os vários conceitos existentes indicam a pluralidade de concepções políticas e ideológicas dos teóricos-militantes que as desenvolveram (bem como seus seguidores) e de práticas vivenciadas pelos empreendimentos.

A existência desses conceitos revela também o esforço de elaboração teórica da economia solidária enquanto fato social novo que muitas vezes se expressam utopias. Verifica-se algo de projeção nos conceitos identificados, como se a definição do conceito conduzisse ao cenário desejado.

Entre as denominações identificadas observa-se um esforço de impor rigor a diferenças marcadas pela sutileza. Todavia, nota-se também que há convergência quanto aos princípios norteadores de todas as denominações, exceto com relação à economia social que assume um posicionamento reformista, conforme mostra o quadro 2. Essas diferenças se situam no privilégio de grupos específicos, como os setores populares, na defesa de valores próximos à religiosidade cristã, na ênfase à gestão do empreendimento e na defesa explícita da economia solidária enquanto força propulsora de um novo modo-de-produção socialista.

Esse conjunto de características revela que a economia solidária é um conceito em construção, cujas tentativas de teorização incorrem em imprecisões e insuficiências, embora não se possa desprezar os posicionamentos políticos e ideológicos por detrás de cada conceito. Posicionamentos esses que compõem os ramos de heterogeneidade e contradições da economia solidária.

A primeira contradição destacada nesse trabalho refere-se à relação entre economia solidária e terceiro setor. Assim, a concepção de terceiro setor adotada foi aquela que o reconhece como parte das medidas para a contra-reforma do Estado, amparada pela suposta escassez de recursos do públicos e pela suposta existência de uma nova questão social. Mas é reconhecido

também pela capacidade de resposta mais rápida às demandas das questões sociais, ainda que de maneira incompleta e não definitiva.

Por essa razão, notou-se que o movimento da economia solidária reage negativamente às tentativas de relacioná-lo com o terceiro setor. Isso pelo fato da economia solidária encontrar terreno fértil em espaços dominados pela esquerda, cujos atores reconhecem a crítica ao terceiro setor e procuram se desvincular dela na medida em que reconhecem os aspectos negativos do terceiro setor sobre o social.

Por outro lado, as organizações de assessoria e fomento da economia solidária juridicamente fazem parte do terceiro setor e proferem ideais distintos do padrão neoliberal de resposta à questão social. Contribuem para a estruturação de grupos produtivos e para verdadeiras experiências de transformação social, mas utilizam, como as demais, os recursos do Estado desviados das políticas estatais governamentais. Colaboram assim para produzir enormes questionamentos sobre o seu papel e sua função.

Já no que se refere ao ponto central da discussão, que analisa a economia solidária como caminho para o socialismo partiu-se da adesão da economia solidária aos seus princípios norteadores: autogestão e solidariedade. O que se verificou foi uma polissemia de significados para as expressões que se refletem na diversidade de experiências vivenciadas.

A autogestão enquanto democratização de todos os aspectos da vida social que conduz ao socialismo, através de um projeto que engloba as dimensões econômica, política e cultural se mostra limitado. Isso porque a autogestão vivenciada nos grupos ocorre apenas em aspectos específicos e é permeada por valores capitalistas o resulta em importantes contradições.

Estas contradições se manifestam nas diversas dificuldades que os grupos enfrentam no dia-a-dia do trabalho, seja de gestão ou na própria cultura do trabalho coletivo.

No que se refere à gestão, a baixa escolarização e qualificação profissional dos associados se apresenta como ponto de tensão na vivência da autogestão nos empreendimentos de economia solidária. Esse cenário resulta em maiores dificuldades dos associados em desenvolver qualificações necessárias ao processo produtivo e à gestão, o que dificulta o trabalho coletivo.

Por consequência, ocorre freqüentemente a abstenção de parte dos sócios na condução do negócio por não se sentirem preparados para a tarefa. Isso resulta no estabelecimento de relações hierarquizadas no interior dos grupos já que apenas alguns se posicionam à frente do negócio. Essa situação se torna ainda mais grave quando essa relação hierarquizada se firma mesmo sem a abstenção dos demais na condução das decisões de grupo.

Essas situações tornam-se especialmente complexas quando as relações capitalistas de produção invadem a lógica de funcionamento dos grupos. Por estar inserida na economia capitalista a economia solidária enfrenta dificuldades de implementação de suas propostas. Embora no nível da produção se possa atingir certo grau de autogestão, isso cai por terra quando parte-se para a circulação. Nesse ponto a economia solidária acaba por submeter-se à lógica do capital o que atrapalha mais uma vez a possibilidade de autogestão.

Isso leva à compreensão de que na sociedade capitalista, a possibilidade dos princípios da autogestão se firmarem plenamente, são remotas ou nulas. O que ocorre é autonomia na heteronomia.

Ainda que a participação e a democratização das decisões ocorram, e isso seja algo louvável diante das dificuldades enfrentadas, os vínculos sociais são híbridos e permitem uma grande variedade de formas de relação interna nos empreendimentos. Assim, constata-se que os empreendimentos de economia solidária buscam seguir princípios da autogestão, mas o que alcançam de fato é algo próximo a gestão coletiva de alguns pontos específicos e não a autogestão social.

Nesse sentido, para uma sociedade socialista, além da superação da propriedade privada dos meios de produção seria necessária a eliminação da alienação do trabalho. Contudo, a economia solidária por si só, não possui potencialidade de uma transformação dessa magnitude. É possível que ela colabore para a construção de uma nova sociabilidade se suas experiências forem conduzidas a partir da luta política, da consciência de classe dos trabalhadores, do enfrentamento do capitalismo. Mas a economia solidária por si só não poderá conduzir ao socialismo.

REFERÊNCIAS

1. ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
2. ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**. Latin America Studies Association of Korea, v. 18, p. 137-156, 2005.
3. ARRUDA, M. **Tornar o real possível**: a formação do ser humano integral – economia solidária, desenvolvimento e futuro do trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
4. Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/site/paginas/institucional/missao.html>>. Acesso em 10 fev. 2010.
5. BARBOSA, R. de M. **Uma análise sobre os discursos que tratam do terceiro setor no Brasil**: a ação das ONGs. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.
6. BEHRING, E. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, I; BEHRING, E; SANTOS, S; e MIOTO, R (Orgs.). **Política Social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.
7. BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
8. BITEMAN, M. F. **A disseminação das políticas públicas locais de economia solidária no Brasil**: os casos de São Paulo e Osasco. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.
9. BOSCHETTI, I. **Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2006.
10. CAEIRO, J. M. C. Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, jun. 2008.
11. CARCANHOLO, M. D. Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, p. 247-272, 2008.
12. CARCANHOLO, M. D. Pretensões e Inconsistências da crítica neo-ricardiana à lei da queda tendencial da taxa de lucro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 99-123, 2000.

13. CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. Capitalismo Especulativo e Alternativas para AL. In: **Anais...** XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006, Vitória - ES. Anais do. São Paulo: SEP, 2006.
14. CASTANHEIRA, M. E. M.; PEREIRA, J. R. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Revista katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, Junho 2008.
15. CASTRO, J. A aristocracia operária fora dos países imperialistas. **Revista Marxismo Vivo**, nº 18, p. 91-96, 2008.
16. CATTANI, A. D; DIAZ, L. M. **Desigualdade na América Latina**: novas perspectivas analíticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
17. COSTA, C.; PASQUAL, M. Participação e Políticas Públicas na Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. In: Garcés, M.; Giraldez, S.; Goldar, M. R.; Albuquerque, M. C.; Riquelme, Q.; Buroni, T. **Democracia Y Ciudadanía En El Mercosur**. LOM Ediciones/Programa MERCOSUR Social y Solidário. Santiago, 2006.
18. COSTA, P. de A. **Inovação em Economia Solidária: um desafio no campo político**. 2007. 206 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
19. CUNHA, G. C. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. In: SOUZA, R. de. S.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y (ORGs.). **Uma outra economia possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo. Contexto: 2003. p. 45-72.
20. CUNHA. G.C. **Economia Solidária e Políticas públicas**: reflexões a partir do caso da incubadora de cooperativas da Prefeitura Municipal de Santo André - SP. 2002. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
21. DEMO, P. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002. (coleção prospectiva; v. 6).
22. ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.
23. FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1974.
24. FIOVARANTE, E. Modo-de-produção, formação social e processo de trabalho. In: GEBRAN. P. **Conceito de modo-de-produção**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1978.
25. FRANÇA FILHO, G. C. de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análises & Dados**. Salvador: SEI v.12, n.1, p. 9-19, jun. 2002.

26. GAIGER, L. As Organizações do Terceiro Setor e a Economia Popular Solidária. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, vol. 37, n. 159, pp. 103-151, 2001.
27. GAIGER, L. I. G. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Revista Otra Economía**. Buenos Aires. v. 2, n. 3, 2008a.
28. GAIGER, L. I. G. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, jun. 2008b .
29. GAIGER, Luiz Inácio Germany. Economia Solidária Diante do Modo-de-produção Capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.
30. GERMER, C. M. A 'economia solidária': uma crítica com base em marx. In: IV Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas, SP. **Anais do IV Colóquio Marx e Engels**, 2005.
31. GERMER, C.M. A “economia solidária”: uma crítica marxista. **Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n. 14, 2º sem 2006, pp 193-214.
32. GRADE, M.; AUED, I. M. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra: fabricando uma nova sociedade. **Desafio Revista de Economia e Administração**, Campo Grande, MS, v. 1, p. 21-35, 2000.
33. HOBBSBAWM, E. **Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
34. JAMUR, M. Solidariedade: uma noção tencionada entre o privado e o público. **RAP. Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 39, p. 471-504, 2005.
35. KILSZTAJN, S.. O Sistema Financeiro Internacional no pós-guerra: o Acordo de Bretton Woods. In. **Revista de Economia Política**, 1989.
36. KRAYCHETE SOBRINHO, G. (Org.). **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. 248 p.
37. KRAYCHETE SOBRINHO, G. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: **Anais...** Seminário Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação, 2006, Salvador. Universidade Católica do Salvador, 2006.
38. LAVILLE, Jean-Louis. Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia. **Revista katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, jun. 2008.
39. LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. 2002 (Apresentação de Trabalho).
40. LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálisis**, Florianópolis, v. 10, 2007.

41. LISBOA, A. M. Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.
42. LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 1999.
43. MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
44. MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosófico**: primeiro manuscrito – trabalho alienado, 2007. Disponível em < <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>>. Acesso em 07 fev. 2010.
45. MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008.
46. MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.
47. MONTEIRO, S. T. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina**. São Leopoldo – RS, 1982.
48. MOTTA, E. de S. M. G. **A ‘outra economia’**: um olhar etnográfico sobre a economia solidária. 2004. 110 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
49. NASCIMENTO, C. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. Texto para discussão. Brasília: MTE/SENAES, 2004. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_autogestaocooperativismo.pdf. Acesso em 20 mar. 2010.
50. NASCIMENTO, C. Autogestão e economia solidária. **Internacional Socialista**: antologia. Lisboa, Ed. Antífona, 1997. (mimeo) CEDAC, 1985.
51. NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
52. NOVAES, H. T. **As Bases Sócio-históricas do Socialismo Autogestionário: a contribuição de István Mészáros**. In: A alienação em cooperativas e associações de trabalhadores: uma introdução.(org.) NOVAES, H. T. Disponível em: < http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/P&T_Novaes%20A%20alienacao%20em%20cooperativas%20de%20trabalhadores%20uma%20introducao.pdf> Acesso em 05 mai. 2010.
53. NOVAES, H. T. Qual autogestão? **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. v. 18, p. 70-95, 2008.
54. OLIVEIRA, M. Caminhos da Geografia: Transformações no Mundo do Trabalho, da Revolução Industrial aos Nossos Dias. UFU, 2004. Disponível em: <www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html>. Acesso em 20 jan. 2010.

55. **OS DIREITOS** fundamentais no trabalho como referência para pesquisas sobre o desempenho social e trabalhista de empresas no Brasil: Observatório Social, 2004. 345p.
56. RAZETO, L. La economía de solidaridad: concepto, realidad y proyecto : ¿pueden juntarse la economía y la solidaridad?. In: **Persona y sociedad**. ago. 1999, p. 97-110
57. RUBIN, I.I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Editora Pólis, 1987.
58. SALAZAR, S. N. **Trabalho e educação nas práticas de economia solidária: uma sociabilidade na perspectiva emancipatória?** 2008. 271 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
59. SINGER, P. **Cooperativas de trabalho**. Publicações. Brasília: MTE/SENAES. Disponível em: < [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ prog_cooperativatrabalho2 .pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_cooperativatrabalho2.pdf) Acesso em: 30 jul. 2010.
60. SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Revista Estudos Avançados**, v. 18, n. mai-ago. 2004.
61. SINGER, P. **Desenvolvimento: significado e estratégia**. Textos para Discussão. Brasília: MTE/SENAES. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentoestrategica.pdf. Acesso em 20 jun.2010.
62. SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
63. SOUZA, A. R. de; CUNHA, G. C. e DAKUZAKU, R. Y. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.
64. TAUILE, J. R. Do socialismo de mercado à economia solidária. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, p.107-122, jan./jun.2002.
65. VIANA, S. N. **Autogestão Social**. Curso de curta duração ministrado/Extensão. Cadernos de Formação, 2008. Disponível em: <[http://api.ning.com/files/qVI13lcX6Xa-e2zPUjVpbC2mzC5tIsqxBS6Gd-A0Gtws10DzZ-6jeYiDNUuOL*Wu5pS*JZKznFCmVD2qz5RMYIBp2C65voq/CF06AutogestoSocialversorede. pdf](http://api.ning.com/files/qVI13lcX6Xa-e2zPUjVpbC2mzC5tIsqxBS6Gd-A0Gtws10DzZ-6jeYiDNUuOL*Wu5pS*JZKznFCmVD2qz5RMYIBp2C65voq/CF06AutogestoSocialversorede.pdf)>. Acesso em 10 mai. 2010.
66. VIEIRA, P. de A. **Coerência e Aderência da Economia Solidária: em estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul**. 2005. 468 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
67. WALTIER, A.M.T.G. **As relações de trabalho nas instituições de economia solidária – um paralelo Brasil – França**. 2004. 256 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

68. WELLEN, H. A. R. Contribuição à crítica da 'economia solidária.' **Revista Katálysis**. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 105-115 jan./jun. 2008.
69. ZARPELON, S. R. **A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONG's e o cooperativismo da CUT**. 2003. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.